2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

VOLUME 5

A CRIAÇÃO DE UM NOVO FUTURO NA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA & TECNOLOGIA, ESPORTES E JUVENTUDE

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

VOLUME 5

A CRIAÇÃO DE UM NOVO FUTURO NA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA & TECNOLOGIA, ESPORTES E JUVENTUDE

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA
Presidente: Nilmário Miranda
Vice-presidente: Elói Pietá
Diretores: Flávio Jorge, Iole Ilíada, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

COLEÇÃO 2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
Coordenador: Elói Pietá
Organizador do volume 5: Juarez Guimarães
Assistente de organização: Natália Guimarães Duarte Sátyro

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Preparação: Lizete Mercadante
Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224 – 04117-091 São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br
www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C928 A criação de um novo futuro na educação, cultura, ciência & tecnologia, esportes e juventude / [organizadores] Juarez Guimarães, Natália Guimarães Duarte Sátyro. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
152 p. – (2003-2010 O Brasil em transformação ; v. 5)

ISBN 978-85-7643-092-6

1. Política - Brasil. 2. Educação - Brasil. 3. Cultura - Brasil. 4. Ciência e tecnologia - Brasil. 5. Esportes. 6. Juventude. 7. Brasil - Política e governo - 2003-. 8. Brasil - Políticas públlicas. I. Guimarães, Juarez. II. Sátyro, Natália Guimarães Duarte.

CDU 32(81)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

9 **Apresentação**
Elói Pietá

11 **Prefácio**
Juarez Rocha Guimarães
Natália Guimarães Duarte Sátyro

Educação

19 **A concepção sistêmica da nova política educacional**
Fernando Haddad

29 **As novas políticas educacionais da inclusão e da diversidade social**
Francisco Chagas

39 **A construção de uma política pública nacional e integrada para a educação**
André Lázaro

45 **Os avanços da educação e seus desafios atuais**
Paulo Corbucci

53 **A superação das políticas neoliberais na educação do Brasil**
Selma Rocha

Ciência & Tecnologia

69 **A construção de um Sistema de Inovação Industrial**
Luiz Antonio Elias

79 **Ciência & Tecnologia em um novo projeto de nação: diretrizes, metas e desafios**
Newton Lima

Cultura

87 **Uma revolução na política cultural**
Juca Ferreira

95 O desafio da construção de uma política pública nacional
Frederico Barbosa

111 A superação da lógica mercadológica e a nova política pública da cultura
Morgana Eneile Almeida

Esportes

119 Um novo paradigma de políticas de esporte
Orlando Silva

Juventude

133 A construção de uma política pública de juventude
Beto Cury

141 Diversidade e desafios da construção de uma política de juventude
Severine Macedo

A CRIAÇÃO DE UM NOVO FUTURO NA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA & TECNOLOGIA, ESPORTES E JUVENTUDE

Apresentação

Este livro faz parte da coleção "2003-2010 O Brasil em transformação", que a Fundação Perseu Abramo organizou a pedido do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como anunciamos no primeiro volume, o objetivo da coleção é "registrar as mudanças ocorridas no Brasil durante os oito anos do governo dirigido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os livros que a compõem resultam de um trabalho coletivo realizado ao longo de 2009 e finalizado em 2010, elaborados a partir de exposições orais feitas por ministros e outros altos dirigentes do governo federal, além de intelectuais e lideranças sociais que também acompanharam de perto os acontecimentos nacionais neste período. Estas avaliações, gravadas em áudio e depois adaptadas à linguagem escrita por um organizador de cada livro, têm, ao final, os textos submetidos à aprovação de seus autores".

A Fundação Perseu Abramo, instituída pelo Partido dos Trabalhadores em 1996 para promover a reflexão política, disseminar os conhecimentos produzidos, formar quadros políticos, preservar a memória do partido e da esquerda brasileira, apresenta agora o quinto volume da coleção, intitulado *A criação de um novo futuro na Educação, Cultura, Ciência & Tecnologia, Esportes e Juventude,* organizado por Juarez Guimarães.

O título é longo, porque procura dar conta das muitas mudanças que fortaleceram as políticas de universalização dos direitos após 2003, numa marca indelével sobre o que significaram, para o povo brasileiro e para a história, os dois períodos do governo Lula.

O próximo livro da coleção nos trará como tema principal a Cidadania e os Direitos Humanos, volume organizado por Matilde Ribeiro.

Os outros temas trazidos nos demais volumes da coleção serão: o novo papel do Estado e das empresas estatais, a Saúde, a democracia brasileira. Com isso, buscamos contribuir para a melhor compreensão do Brasil nesta primeira década do século XXI.

A Fundação agradece a generosa contribuição dos autores e dos organizadores, e, do mesmo modo, agradece à Fundação Friedrich Ebert (FES), que também contribuiu para a publicação dos primeiros volumes desta coleção.

Elói Pietá
Coordenador da coleção 2003-2010 O Brasil em transformação

Prefácio

A criação democrática de um novo futuro: Educação, Cultura, Ciência & Tecnologia, Esportes e Juventude

O governo Lula se destaca na mídia e no imaginário social pelos feitos na área das políticas de assistência social, muito em razão dos resultados alcançados pelo programa Bolsa Família, pelo reconhecido esforço no enfrentamento da fome por meio do investimento, desde o início de seu primeiro mandato, em políticas de segurança alimentar e nutricional e pelas políticas de geração de trabalho e renda em seu conjunto.

Este livro mostra que as mudanças de paradigmas nas políticas sociais alcançam um espectro mais amplo do que o alardeado pela mídia. A leitura dos artigos aqui presentes deixa claro que houve uma reestruturação no governo federal para a inserção de novas agendas, como é o caso das políticas de juventude; houve o desenvolvimento institucional de setores antes precarizados e subvalorizados, como é o caso da cultura e dos esportes; houve proposição de uma nova concepção de política, como no caso das políticas educacionais, antes com foco em um nível de ensino, o ensino fundamental, agora visando a construção das bases de um sistema integrado que envolve todos os níveis e modalidades de ensino. Toda essa reestruturação apresenta-se, claramente, como a abertura de novas portas de inclusão social.

Ao se ler o livro, vêm logo à mente as perguntas suscitadas pela escritora inglesa Virginia Woolf, em sua obra *Um teto todo seu* (2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004): e se Shakespeare tivesse nascido mulher, ele teria tido mesmo condições de desenvolver os seus talentos? Ou ainda: quantas mulheres na história da humanidade teriam nascido Shakespeare e não puderam sê-lo por lhes terem sido negadas a educação, a liberdade, o direito de construir a própria vida?

Então, nos perguntamos: se Aleijadinho, Machado de Assis, Clarice Lispector ou Pixinguinha tivessem nascido em um contexto de extrema penúria, violência e morte, como são hoje ainda muitas periferias no Brasil, eles teriam tido a possibilidade de criar suas obras? Quantos brasileiros e brasileiras pobres nasceram com talentos e potencialidades para serem grandes criadores de arte ou ciência – como Villa Lobos, Carlos Chagas, Cecília Meireles ou Niemeyer – ou para se tornarem atletas de feitos extraordinários e foram impedidos de sê-lo? Ou, pensando mais simplesmente, como floresceria o imenso potencial criativo de um povo inteiro educado e com acesso democratizado à cultura?

O que unifica este volume é a clareza de que foram construídas novas pontes e portas de inserção social para que não percamos nossos possíveis talentos, e que isso vem sendo feito por meio das políticas sociais do governo Lula, voltadas para estimular a capacidade e o potencial de criação dos trabalhadores e do povo brasileiro. O desafio das políticas para Educação, Cultura, Ciência & Tecnologia, Esporte e Juventude é exatamente o de superar centenárias carências, interdições e opressões que impedem a plena autonomia criativa dos brasileiros. Fez-se real a geração de oportunidades a públicos muito distintos, antes sem essas possibilidades.

Mais de um terço deste volume ocupa-se em refletir sobre as políticas nacionais de educação, a partir da exposição do ministro Fernando Haddad, de secretários do Ministério da Educação (MEC), de especialistas, educadores e lutadores pela grande utopia de uma educação pública, universal e de qualidade, no Brasil.

Na área da educação, pode-se falar que houve uma mudança de paradigma de política pública, uma expansão historicamente inédita e a criação de perspectivas que prometem elevar o padrão histórico da educação do Brasil para um novo patamar em um período próximo. O Plano Nacional de Educação (PNE) construiu um conjunto de políticas sistêmicas e integradas, que abarcam da pré-escola à pós-graduação, superando um período de fragmentações, descontinuidades e falsas oposições. O orçamento do MEC praticamente duplicou, o número de vagas nas universidades públicas federais dobrou, criaram-se novas escolas técnicas em uma escala sem paralelo, há uma melhora empiricamente verificada em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a produção científica de reconhecimento internacional.

Mas, principalmente, tem-se um mapa dos caminhos a serem percorridos para superar o analfabetismo, incrustado nos núcleos duros da miséria brasileira, para garantir a permanência do aluno nos anos mais adiantadas do

ensino fundamental, a universalização do acesso ao ensino médio e a democratização do acesso às universidades. São desafios de tal monta que só podem ser vencidos por uma política ousada de educação integrada a um plano de desenvolvimento econômico e social mais amplo.

A consciência de que a universalização da educação está no centro dos impasses da construção republicana da nação está límpida em pensadores clássicos do Brasil como Manoel Bonfim, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Em particular, este último vinculou definitivamente a educação à pedagogia da liberdade dos brasileiros. É essa consciência que se faz presente agora, amadurecida e com a força do que se tornou inadiável.

NOVAS PORTAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Por sua vez as exposições de Luiz Antonio Elias, secretário executivo do Ministério da Ciência & Tecnologia, e do professor Newton Lima, ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos esclarecem sobre os esforços e investimentos para a constituição no Brasil de um sistema nacional de inovação, que institucionalize os vínculos entre a busca do conhecimento e a pesquisa de novas formas de produção. Embora o Brasil já tenha construído, por intermédio de suas universidades públicas, um dos mais ativos polos de produção de ciência do mundo, essa conquista encontra-se desigualmente distribuída territorialmente e, mais ainda, com ligações ainda parcas com o sistema produtivo. Nas políticas públicas inauguradas pelo governo Lula e em processo de maturação em relação à produção da ciência e seu uso estão, em grande medida, as chaves do futuro do país.

O grande mérito das políticas culturais, expostas pelo ministro Juca Ferreira, explorando as ricas trilhas abertas pela gestão de Gilberto Gil, e debatidas por especialistas da área, está certamente em incidir diretamente sobre os grandes impasses da formação da cultura brasileira. Pensando a cultura como corpo simbólico da nação, em sua unidade mas também no pluralismo de suas identidades, retoma-se de forma crítica o registro da civilização brasileira como formada pela mestiçagem e sincretismo. A ponte com os Modernistas de 1922, Mário de Andrade à frente, está firmada no compromisso posto em prática de recuperar, alentar e promover o papel do Patrimônio Histórico, agora em uma dimensão mais larga, a casa grande e também a senzala, os monumentos como a paisagem natural. O programa Pontos de Cultura, com sua ancoragem nas manifestações populares em todo o país, representa certamente um passo decisivo no sentido público da ação do Ministério.

Os fundamentos de uma política pública nacional – as estruturas institucionais, os pactos federativos, as novas legislações e os sistemas de gestão, a mobilização do investimento e do pessoal qualificado – ainda estão em construção. Está se criando um espaço público que transita e dialoga do erudito ao popular, em vez do privado mercantil que segmenta e elitiza. O que se vê, portanto, é a formação, também aqui, de um novo paradigma de política pública e um imenso potencial criativo pela frente.

O ministro dos Esportes, Orlando Silva, anota como o esporte foi ao centro da agenda nacional com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Essas conquistas do governo Lula, mais vistosas, combinam-se com um trabalho inicial mas também de forte potencialidade de construção de políticas públicas de inclusão social por meio do esporte e das dimensões formadoras do lúdico. Importante ressaltar o papel do presidente Lula na ampliação da noção de esportes para além do futebol. Ultrapassamos a época em que éramos somente o país do futebol para inaugurar uma nova era, a de ser um país de muitos atletas de alto rendimento em todos os esportes, de ser um país plural.

Por fim, é no governo Lula que a juventude entra na agenda governamental como foco de políticas públicas. Estamos falando do reconhecimento desse público como alvo de políticas específicas. Nesse caso, as ações foram muito além da estruturação de uma Secretaria Nacional de Juventude que, obviamente, estará sujeita às intempéries das mudanças institucionais que sempre ocorrem com a troca de governos, haja vista a fartura de exemplos em todos os governos democráticos recentes. Entretanto, o que se fez foi a estruturação de marcos legais que traz novas perspectivas de atendimento a esse público, e mais, que o transforma em sujeito de direitos. Um sujeito reconhecidamente plural, o que leva ao consequente reconhecimento das demandas distintas de nossas juventudes. O secretário nacional da Juventude, Beto Cury, elucida os passos dados na construção de políticas públicas nacionais para aquele segmento da sociedade mais vitimizado com os vetores da crise social, do desemprego à violência, do abandono da escola à perda de esperança com o futuro.

Três aspectos se sobressaem na leitura dos artigos: primeiro, a importância do papel do presidente na formação de novas agendas: na fala dos autores aqui reunidos torna-se evidente o empenho por parte de nosso presidente para que muitas dessas mudanças ocorressem. De acordo com o cientista político Thomas Dye, política pública é tudo aquilo que "o governo escolhe fazer ou não fazer". Definitivamente não é por omissão que o presidente Lula se

destaca. Segundo, as mudanças de paradigmas nas políticas sociais, acompanhadas de um desenvolvimento institucional dentro da estrutura dos três níveis de governo para a viabilização dessas mudanças. E, por fim, observa-se a reestruturação (ou coordenação) do pacto federativo como base para novas formas de gestão de políticas públicas.

Assim, chega uma época em que presenciamos conquistas reais e estimativas de um porvir que muitos, de várias gerações, não acreditaram poder vivenciar: a diminuição sistemática da desigualdade de renda seria o ponto mais alto dessas conquistas. Entre outros exemplos destacam-se os resultados da análise da dinâmica de inclusão social desencadeada entre os anos de 2003 e 2010, realizada pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), em seu comunicado nº 58, de julho de 2010, que anuncia como possível para o ano 2016 a erradicação da pobreza extrema (a superação da condição daqueles que vivem com menos de um quarto do salário-mínimo) e a redução a 4% dos que vivem em pobreza absoluta (menos de meio salário-mínimo). Os mais desacreditados diriam que é "uma flor ainda desbotada", ao que responderíamos: sim, "é feia, mas é uma flor e furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio", com o perdão de Carlos Drummond de Andrade.

A noção de que o Brasil é o país do futuro está banalizada na história da cultura brasileira e é reiteradamente utilizada para adiar os compromissos com as heranças de um passado colonial, escravista e antidemocrático, que persistem. O que se trata agora, ao invés, é de presentificar o futuro, atá-lo aos compromissos de uma geração e realizá-lo no horizonte do tempo histórico visível.

A reflexão sobre as políticas públicas, presente neste livro, faz convergir as razões que sustentam a esperança nova. E ela é nova justamente porque aposta democraticamente no futuro, como fruto do potencial de criação do próprio povo brasileiro.

Juarez Rocha Guimarães
Natália Guimarães Duarte Sátyro

EDUCAÇÃO

FERNANDO HADDAD

A CONCEPÇÃO SISTÊMICA DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL

Como cientista político tenho o hábito de ler programas de governo e depois checar, o que não é uma prática recorrente entre os políticos do Brasil. Ao analisar os dois programas na área de educação do governo do presidente Lula, diria que nós, sem sombra de dúvida, fizemos mais do que prometemos. Tanto em 2002 como em 2006, se alguém tiver a paciência de ler e fazer uma checagem, verá que nada do que está ali deixou de ser enfrentado e quando havia alguma meta quantitativa, ela foi superada. Muitos princípios foram resgatados e uma série de questões conceituais foi trabalhada na direção do programa de governo.

No plano prático de ação governamental, entendo que nós construímos uma matriz em que os eixos de atuação do Ministério da Educação (MEC) não mais focavam especificamente uma etapa de ensino, como antes. Os eixos foram considerados à luz da lei – da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Nós trabalhamos os eixos da educação básica, da educação profissional e da educação superior sem cair no antigo discurso da necessidade de se adotar uma política de foco por falta de recursos.

Apresentamos uma proposta ao presidente que, para sair da política de foco e de "cobertor curto", só teria um jeito: aumentar o cobertor. E isso significava ter uma política para a educação básica, outra para a educação profissional e outra ainda para a educação superior. Naquele momento estava claro que a política de foco dos governos anteriores levou a um desmonte tanto da rede federal de educação superior, quanto da rede federal de educação profissional. Para não falar do descaso com uma agenda de educação superior profissional, que transcende a rede federal, como no caso do Sistema S, sobre o qual o MEC

tem atribuição de fiscalizar. Isso nunca tinha sido feito durante seus 60 anos de existência, e começou apenas em nosso governo.

Com base no diagnóstico e na proposta apresentada, o presidente dobrou o orçamento do MEC. Sem dúvida, é o presidente que mais investiu em educação, em seis anos foi o maior incremento orçamentário da história do ministério; se ainda considerarmos que quanto mais alto o orçamento, mais difícil é aumentá-lo proporcionalmente, esse feito se torna ainda mais importante. Não é pouca coisa e é óbvio que prestamos contas ao presidente do que fizemos.

Para isso, criamos um sistema de monitoramento de programa a programa. No caso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), são mais de 40 programas novos monitorados individualmente por um painel de controle que nos dá a real situação de cada programa específico. É possível demandar um número, uma estatística específica, gerados automaticamente desse sistema de gestão, relativo a cada escola, a cada município, a cada estado e a cada instituição de ensino apoiada. É um painel de controle onde conseguimos enxergar as 27 mil escolas que recebem recursos do PDE Escola, por exemplo, ou as 10 mil que vão receber o Mais Educação e assim por diante. Essa gestão foi premiada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap); alcançou o primeiro lugar em inovação em gestão pública de 2009, referente ao exercício de 2008.

Em relação às linhas e às colunas da matriz, trabalhamos com quatro pilares: avaliação, formação de professores, gestão e financiamento. Em cada um desses eixos temos intervenções específicas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Do ponto de vista da avaliação, o governo será reconhecido como o governo que estruturou e consolidou um sistema de avaliação que não tem paralelo no mundo. Há quatro anos vou para o exterior e visito a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (Unesco), converso com os ministros da Educação de outros países e observo que o sonho deles é ter um sistema de avaliação como o nosso.

Avaliamos todas as escolas, começamos pelas urbanas e em 2009 passamos a avaliar também as rurais em proficiência de matemática e de leitura. Lançaremos a Prova Brasil de Ciências na edição 2011 e devemos começar a prepará-la agora, sobretudo para o 9º ano. Assim, teremos português e matemática no 5º ano e português, matemática e ciências no 9º ano. Para o ensino médio, reestruturamos o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com quatro provas – linguagens, matemática, ciências e humanidades.

Hoje o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), é aplicado em todos os cursos de graduação num ciclo de três anos e combinamos a avaliação do Enade com outras dimensões tão importantes quanto o desempenho do aluno na prova. Para efeitos regulatórios, considera-se a avaliação da infraestrutura, mas, sobretudo, o maior peso é no perfil do corpo docente – regime de trabalho e titulação – aspectos estes que não eram considerados para efeitos regulatórios. Então, fixamos nosso foco fortemente sobre o corpo docente, o desempenho dos alunos, a infraestrutura e a organização dos cursos.

É importante ressaltar que, antes, avaliava-se a educação superior, mas sem consequência regulatória nenhuma, ou seja, o MEC não tomava providências em relação aos cursos com conceito insatisfatório, com baixo desempenho, simplesmente divulgava os resultados. Não se fazia análise de corpo docente, de projeto político pedagógico, de infraestrutura – era só desempenho do aluno no Provão; divulgava-se e ponto.

Pela primeira vez, foi possível, por termos avaliado todos os cursos, reunir a avaliação dos cursos de graduação do âmbito Sinaes e da pós-graduação num único indicador, que atribui conceito às duas mil instituições avaliadas, o Índice Geral de Cursos (IGC). Hoje temos uma radiografia do sistema de ensino superior em que você enxerga os requisitos de qualidade.

O que podemos afirmar a partir desse quadro é que, no plano da avaliação, tivemos uma mudança significativa do patamar iniciado no começo dos anos 1990 e que foi ganhando impulso até o final da década. Acredito que o governo Lula vai entrar para a história como o governo que estabeleceu marcos definitivos da avaliação da educação no país, sem prejuízo de aperfeiçoamentos que possam ser feitos. Ele consolidou um patamar inédito nessa área. Ressalto, entretanto, que mais do que avaliar, o mais importante é o que fazer após a avaliação, porque é aí que as divergências se tornam significativas. Se nós temos uma radiografia de todas as redes de ensino do país, é óbvio que temos como cumprir o preceito constitucional que determina a obrigação da União de equalizar as oportunidades educacionais.

Fizemos um balanço dos municípios com os menores valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina a Prova Brasil com o fluxo, impedindo que a indústria da repetência pudesse ganhar força e para que o desempenho dos alunos nas provas melhorasse. A pergunta feita foi a seguinte: será que os recursos federais estão indo para as redes que mais precisam? A resposta foi não. Ou seja, os municípios que mais precisavam eram os que menos recebiam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE), porque esses municípios eram os que tinham menos capacidade técnica de apresentar os projetos em resposta às resoluções do FNDE. Resultado: os recursos públicos, que já eram poucos, iam para as cidades mais bem preparadas administrativamente. Com o Ideb, isso mudou. Temos hoje uma lista de 1.800 municípios prioritários e, se o município não tem capacidade técnica de formular seu plano de desenvolvimento educacional, o MEC manda uma equipe para formulá-lo junto com a Secretaria Municipal de Educação. Esse plano, que ganhou o nome de Plano de Ações Articuladas (PAR), tem duas características centrais: é multidimensional, ele parte de um diagnóstico geral dos problemas educacionais no município, procurando enfrentar a todos, e é plurianual, o que impede descontinuidade de política pública, seja por troca de ministro, seja por troca de secretário. Isso garante a continuidade das ações estabelecidas de comum acordo entre o MEC e a Secretaria de Educação; o que faz da política educacional uma política de Estado e não uma política que está à mercê de troca de comando aqui ou acolá.

Essas duas dimensões, a multidimensionalidade e a plurianuidade, garantem que aquele diagnóstico dê ensejo a diversas ações monitoradas e, se houver uma mudança de diagnóstico, ela é pactuada pelo MEC. Essa dimensão de gestão é essencial. A partir do momento que se tem o módulo público do PAR na internet, essa gestão se torna mais eficiente e democrática, porque o Ministério Público pode acompanhar a execução do PAR, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o pai de família, os conselhos escolares, ou seja, é um instrumento de acompanhamento ao qual todos têm acesso. Em muitos casos, o PAR se tornou o embrião do futuro plano municipal de educação e, a partir do diagnóstico, as pessoas começam a pensar sistemicamente.

Temos um conjunto de ações em que o MEC mantém o contato direto com a diretoria da escola, via sistema, mas a conversa é diretamente com a diretoria da escola. A mediação é feita pela Secretaria de Educação, que valida o plano da escola apresentado ao MEC, também via sistema, com senha própria.

Essa foi uma grande conquista não só em relação às redes, mas em relação às escolas individualmente consideradas. Temos um conjunto de ações mediadas pelas secretarias, mas que são estabelecidas diretamente com a escola. Um exemplo é o Mais Educação, por intermédio do qual estamos indo para dez mil escolas que passarão para o regime integral. São escolas em regiões metropolitanas com Ideb abaixo da média nacional. O PDE Escola foi reformulado e está atendendo a 50% das escolas, todas abaixo da média nacional.

A avaliação para nós é um instrumento de gestão, não de punição. Para a educação superior, tem efeitos punitivos porque a legislação manda fechar

cursos e, como ela é majoritariamente privada, se a pessoa não segue a legislação, não pode continuar oferecendo curso, então a avaliação se tornou a base da regulação. No ano de 2009, por exemplo, fechamos 2.500 vagas em universidades, descredenciamos uma instituição mineira, suspendemos vestibular em vários cursos e o anúncio não causou tanto impacto; portanto, posso concluir que esse processo está naturalizado. Curiosamente, esse é o padrão de 30 anos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que sempre funcionou assim e nunca ninguém questionou, mas na graduação, como envolve lucro, as pessoas reagem. Mas agora, se não tem qualidade, suspende-se a oferta.

Estamos tomando as medidas necessárias para sanear o sistema, essa é uma tarefa que não termina e isso fez nossa graduação chegar à posição que chegou. Estamos em 13º lugar na produção científica mundial, vencemos seis posições desde o início do governo Lula, e hoje já sonhamos em estar entre as dez maiores nações produtoras de conhecimento. Não é difícil superar a Espanha e a Coreia, estamos prestes a fazer isso, forçando pela qualidade.

DUPLICAÇÃO DO INVESTIMENTO

Em relação ao financiamento, o MEC dobrou o investimento, devemos terminar o governo com 5% do investimento público em educação. Já estamos em 4,6% e acho perfeitamente possível chegar a 5% se nos comprometermos com 1% a mais no próximo período de investimento direto; não total, pois já estamos em 5,1% no investimento total. Se chegar a 6% com investimento direto ou a 7% com investimento total, acredito que teremos atingido um patamar razoavelmente adequado para cumprir as metas estabelecidas tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto no PDE. É possível o próximo governo se comprometer com essa meta se aprovar a Emenda Constitucional (EC-59), que acaba com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), amplia a matrícula de 6 a 14 para 4 a 17 anos e exige que o PNE fixe uma meta percentual do PIB investida em educação, dispositivo que FHC [Fernando Henrique Cardoso] vetou alegando inconstitucionalidade. Estamos mudando a Constituição para que os próximos presidentes não vetem mais sob essa alegação. A Emenda constitucionaliza todos os programas sociais da educação, transporte, alimentação e livro didático que estão restritos ao ensino fundamental pela Constituição. Assim passamos a contemplar toda a educação básica (educação infantil, fundamental e média). Essa emenda complementa a emenda que aprovamos, a que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (Fundeb), o ensino fundamental de nove anos e o piso nacional do magistério.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sobre a questão dos professores, posso afirmar que a sociedade ainda não atentou para o que está acontecendo. Na área de formação de professores, estamos transformando uma exigência legal em um direito, exigimos formação, que é também um direito do professor. Promovemos uma mudança conceitual: todo professor em exercício que não tem licenciatura, ou que tem licenciatura e atua numa área diversa, tem o direito de entrar em uma universidade pública às custas do MEC. Quer estudar? Basta que o secretário do Estado constitua um fórum permanente de formação do magistério e organize oferta e demanda, o MEC participa com o plano estratégico e os recursos. Assim, 21 estados fizeram seus planos e matriculamos 21 mil professores em 2009, com previsão de matricular 331 mil até o final de nosso governo. Embora haja 660 mil professores sem licenciatura ou licenciatura diferente de sua área, alguns estão em fim de carreira e dificilmente você vai convencer quem está a seis ou sete anos para se aposentar a fazer quatro anos de licenciatura, a não ser que haja um plano de carreira para valorizar o professor. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo ainda não aderiram, mas já informaram que vão aderir.

A partir de agora, todos que desejarem ser professores não precisarão mais pagar pelo curso, mesmo que ingressem em uma instituição particular de boa qualidade. Já passou pela Câmara e agora está no Senado uma lei que altera o financiamento estudantil de maneira tal que o licenciando terá acesso automático ao crédito educativo e, depois de formado, se ele atuar em escola pública, sua dívida será abatida à razão de 1% ao mês, bastando que ele cumpra 20 horas de jornada semanal. Em cem meses de atuação profissional, ele não paga nenhum centavo para o fundo de financiamento. O mesmo vale para o médico que atua no Programa Saúde da Família.

Essa mudança aplica-se tanto para professores em serviço quanto para futuros professores, mas ainda não foi compreendida pela sociedade brasileira; estamos com uma campanha na TV para estimular as pessoas a fazerem o magistério, o que combina com essas ações.

Efeitos práticos: em 2003, se nós comparássemos o salário do professor com o salário de profissionais não docentes, a diferença a favor dos não docentes era de 86%, ou seja, em média um profissional não docente com o superior incompleto ganhava 86% a mais do que o professor com, no mínimo, superior

incompleto. Não havia como atrair profissionais gabaritados para a carreira. Em 2007 essa diferença caiu para 61% e, de acordo com a Pnad de 2009, referente, portanto, ao ano de 2008, chegamos a 53%, ou seja, derrubamos a diferença entre o não docente e o docente em 33 pontos percentuais em cinco anos. Ainda é uma diferença grande, mas esse dado é referente a 2008, antes da entrada do piso em vigor que começou valer em 2009, isto é, antes da entrada plena do Fundeb. Ou seja, muito brevemente podemos ter uma surpresa positiva e derrubar o índice ainda mais.

Também defendo que no PNE nós tenhamos uma meta sobre isso: a de zerar essa diferença em alguns anos. E uma lei federal do piso é instrumento que nós podemos ter, uma vez que abre a possibilidade de, ao se verificar que esta tesoura está abrindo, você pode fechá-la aumentando o valor do piso. Assim, podemos, em pouco tempo, mudar essa relação e, portanto, mudar o perfil do professor. Hoje tem muita gente com vocação para a docência que foge da carreira por falta de condições, de atrativos. Se você oferece formação gratuita e salário compatível, muda o quadro e, daqui para frente, cada vez mais a mudança virá pela formação. O Ideb avançou de 3,5 para 4,2 em nosso governo. O Ideb precisa romper um teto, sobretudo a partir da organização do magistério. Atração de bons profissionais com formação gratuita e carreira adequada e, sobretudo, a questão do salário inicial, que atrai a juventude.

Na educação profissional e na educação superior, o tratamento foi semelhante: aumentar a bolsa para mestres e doutores e punir os que não cumprem a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em descumprimento ao artigo 52 (o que exige um terço de mestres e doutores e um terço em regime integral).

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) é um sucesso inquestionável e todas as universidades aderiram por meio de seus colegiados superiores. O governo Lula já dobrou as vagas de ingresso. Essa demanda não foi incluída em nosso programa de governo, era uma demanda histórica da União Nacional dos Estudantes (UNE), que nós cumprimos. Dobramos as vagas nas universidades públicas e aumentamos mais 100 mil nas particulares, oferecendo bolsas. Ou seja, se levarmos em consideração o Programa Universidade para Todos (ProUni), nós triplicamos as vagas gratuitas, e se juntarmos com o ProUni, serão 300 mil. Em um governo, triplicamos o acesso gratuito à educação superior, o que será um dos legados da democratização. Em relação à permanência desses jovens na

universidade, nós criamos o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com 330 milhões de reais só para assistência estudantil.

Não levamos vagas para o interior porque é caro, mas são mais de 100 cidades brasileiras com novos *campi*, alguns começando pela terraplanagem. O presidente que mais havia criado universidades fora Juscelino, e Lula o superou. Lula criou uma vez e meia o número de escolas técnicas construídas ao longo de 100 anos, de Nilo Peçanha a Fernando Henrique Cardoso: são 214 contra 27 do presidente Itamar Franco. Conta-se o modelo de escola técnica que estamos entregando porque ela tem um compromisso com a educação básica, com professores das áreas de ciências e matemática e tem espaço para curso superior de tecnologia, importante para criar uma cultura de graduação diferente do bacharelado tradicional. São escolas com qualidade, tanto que o setor privado já olhava os cursos superiores de tecnologia como nicho de expansão, por não terem Provão nem referencial de universidade pública. Como criamos isso, teremos agora como exigir qualidade também do setor privado.

Com relação ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), já estamos com 650 polos em operação, e vamos terminar o governo com mais de 850 polos instalados. Estamos em uma etapa de qualificação tecnológica e a perspectiva que temos na UAB é de que ela possa abrigar 600 mil alunos; era o número de alunos em toda a rede federal quando chegamos.

Temos a possibilidade de democratização do acesso e o bom da história é que o desempenho dos estudantes nos polos da UAB é igual ou superior ao do aluno do ensino presencial. Nós usamos a experiência do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) e conseguimos replicá-la em todo o território nacional, sem perder em qualidade. O modelo foi o do Cederj porque lá o desempenho dos alunos era igual, ou melhor, e o desafio era replicar esse modelo para outros estados.

Sobre a reforma do Sistema S, nós estabelecemos um prazo de transição de seis anos e ainda não dá para notar os efeitos do acordo mas, até o final do próximo ciclo, veremos uma mudança programática de atendimento voltado ao aluno de ensino médio de escola pública e de baixa renda. Sabemos que o ensino médio reforçado pela educação profissional muda completamente de registro. Falamos de um ensino médio que não tinha livro didático, nem alimentação escolar, nem transporte escolar, não tinha fundo e hoje tem tudo isso. Além do programa Brasil Profissionalizado, que recupera e reestrutura a rede de ensino estadual do ensino médio, temos a reforma do Sistema S e a da rede federal, que agora oferece ensino médio também por intermédio dos ins-

titutos. Sem contar ainda a mudança do Enem, que vai por abaixo o vestibular tradicional. Já são 50 as instituições públicas que adotaram o Enem como fase única e não farão mais processo seletivo de entrada. Outras 26 vão adotar como primeira fase a nota combinada, em uma perspectiva de transição para adoção de fase única. Isso tudo é uma mudança profunda para a juventude.

Até então, o Brasil pensava a pós-graduação para 1% e alfabetização para 99% da população. Hoje estamos mudando o ensino fundamental e cuidando de duas etapas que não eram consideradas, o ensino médio e a graduação. A graduação só era valorizada na rede pública, que atende 13,7% dos jovens entre 18 e 24 anos, ou seja, não era para valer. Na verdade, a rede pública fazia aquela triagem para a pós e a massificação da graduação permanecia para o setor privado. Nós qualificamos a rede instalada e estamos cuidando da graduação como se cuida da pós-graduação, e do ensino médio como se cuidava do fundamental.

Para isso, a inclusão do ensino médio e da educação infantil no Fundeb foi essencial. Para a pré-escola, por exemplo, estamos chegando a 73% de atendimento de 4 a 5 anos. Nós sabemos que a matrícula da pré-escola aumenta em 35% as chances de concluir o ensino médio, porque se cria a base para o ensino fundamental de qualidade. Por que as pessoas não terminam o ensino médio? Por causa da repetência, do fracasso escolar. O primeiro fator que leva à evasão é quando se tira o jovem da escola para trabalhar, outro é a educação sem futuro profissional e, por fim, falta de perspectiva de educação superior. Demos um tratamento novo no ensino médio, estamos discutindo o projeto pedagógico para essa nova etapa e vamos progredir. Aliás, é a primeira vez que conseguimos aumentar 2% no atendimento na faixa etária de 15 a 17 anos e isso também tem a ver com o programa Bolsa Família ter sido estendido para essa faixa etária, porque esses 30 reais a mais, às vezes, significam a condução do aluno e garante sua presença na escola.

É importante dizer que a matrícula no Brasil inevitavelmente cairá, não tem como segurar, porque estamos saindo de 4 milhões de nascimento/ano para um aporte de 3 milhões e meio/ano, isto é, não haverá como evitar a queda de matrícula. É o que os economistas chamam de polos demográficos.

Na área da educação especial, invertemos o perfil das matrículas, hoje tem mais criança com deficiência em sala regular do que em escola especial e a primeira vez que isso aconteceu foi em 2008. É realmente um dado muito bom. Estamos equipando as escolas com seis mil laboratórios multifuncionais para crianças com deficiência – impressora em braile, Dosvox, Mecdaisy etc., – de maneira que nenhum município vai deixar de ter pelo menos uma

escola com uma sala multifuncional para crianças com deficiência. E isso nós incorporamos ao Fundeb de maneira inovadora, uma forma de induzir uma dinâmica de matrícula diferente da que temos hoje. Até 2007, era preciso uma opção do estudante, ou pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) ou pelo ensino regular. Criamos uma linha de financiamento pelo Fundeb: se o aluno frequentar a escola regular e, simultaneamente, estiver sendo assistido nas suas especificidades no contraturno, o Fundeb paga como se fossem dois alunos, duas matrículas. Isso cria uma lógica de aproximação das escolas especiais com a escola regular no sentido da inclusão, porque a escola especial não vai ficar com medo de perder o convênio com a prefeitura, ela terá o seu papel na inclusão, mas um papel complementar. Não podemos privar o aluno especial da escola regular, isso dá outra percepção da convivência com a diversidade. Não podemos privar as crianças de conviver com a diferença. Claro, se um surdo congênito precisa de uma escola especial, onde a libra seja a língua oficial, tudo bem, mas ele pode estar na escola regular por um turno.

São todos esses avanços que dão a tônica sobre a educação no governo Lula. O governo responde pelos meios, é difícil responder pelo fim. Se fosse um Estado unitário, você poderia, como no Estado francês, mas num sistema federativo é difícil o governo responder por tudo. Ao responder pelos meios, atingimos certos objetivos, porque em cada uma das dimensões da Educação oferecemos condições para que todos possam melhorar. Temos expectativas de que os indicadores permanecerão melhorando. Eu resumo nossa trajetória em uma frase: na década passada tivemos aumento no atendimento em detrimento da qualidade, nesta década estamos ampliando o atendimento e melhorando os indicadores de proficiência e esse é o grande feito, melhorar atendimento e alcançar mais qualidade.

FRANCISCO CHAGAS

AS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA INCLUSÃO E DA DIVERSIDADE SOCIAL

O MEC, até 2003, praticamente não avançou na mudança de estrutura e na mudança de concepção para alavancar a Educação, mesmo tendo havido tentativas importantes como a primeira proposta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), piso para os professores, discussão sobre alfabetização e grande percepção em relação à educação básica. Porém, não houve uma estrutura capaz de dar sequência a todas as mudanças citadas. A partir de 2004 é que a ação sistêmica foi ganhando corpo. Não era um conceito muito claro e a primeira mudança foi na estrutura do MEC, com a recriação ou criação de pelo menos quatro secretarias. Mesmo que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tenha sido concebido no segundo mandato de Lula, as suas bases foram criadas no primeiro mandato. O PDE é um conjunto de ações reformuladas, ampliadas e algumas criadas no segundo mandato.

Além da ação sistêmica que se conformou na nova concepção da educação brasileira, tivemos alguns parâmetros que começaram a ser explicitados nas políticas do MEC em 2004 e que, consequentemente, estão dentro do PDE. Em primeiro lugar, o regime de colaboração, porque amadurecemos e concluímos que o ensino superior precisa estar articulado com as vias municipais e estaduais e a grande presença do regime de colaboração tem que ser nas escolas básicas, sob responsabilidade dos estados e municípios. Isso está formulado na Constituição de 1988, que, em seus artigos 23 e 217, afirma que a educação deve ser feita em regime de colaboração e cooperação. Esse parâmetro é importante porque está presente desde 2004 na concepção da educação, a partir da qual foi sendo construído o PDE.

O Plano Nacional de Educação começou a ganhar mais visibilidade pública por conta das metas que estavam colocadas. Outro parâmetro importante dentro do PDE é a qualidade da educação, ou seja, tentamos começar uma equação que garantisse a qualidade e a quantidade. O conceito trabalhado foi o de qualidade social da educação.

Esses são os parâmetros de concepção para desenvolver a educação. O próprio PDE tem eixos bem distintos e organizados. A educação superior configura um nível e a educação básica constitui outro e existe a educação profissional, que não é um nível e sim uma modalidade da educação básica colocada como eixo no PDE. E outro eixo, ainda, é a alfabetização.

INCLUSÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No que diz respeito à educação básica, quando fui para o MEC, coloquei três livros em minha mesa: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o PNE e a Escola do Tamanho do Brasil, programa de governo para a educação do governo Lula no primeiro mandato.

Temos alguns eixos importantes para alavancar a educação básica. Primeiro, o financiamento, que foi uma mudança de conceito substancial para a educação básica inclusive na visão sistêmica e, segundo, o aumento dos recursos. Muda o conceito porque sai da focalização do ensino fundamental e coloca a educação básica da creche ao ensino médio, garantindo as modalidades, mesmo isto sendo vetado pelo Fundef, aprovado no governo anterior. O Fundef não era para todo o ensino, só para quem estava matriculado na idade regular de 7 a 14 anos de idade. O financiamento recebeu uma mudança significativa no conceito e também no valor: o Fundef no governo passado colocava 400 milhões de reais de complementação da União para diminuir as desigualdades regionais. Já a sua nova versão, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2009, entrou com 5 bilhões de reais e em 2010 com, no mínimo, 10% do total geral do Fundo.

A segunda mudança significativa na questão do financiamento foi a do salário educação, que do ensino fundamental ampliou-se para toda a educação básica. Outra mudança foi quando o MEC repassou o salário educação direto para os municípios, uma medida decisiva na política estruturante.

Em relação ao financiamento, trabalhamos uma terceira questão já em 2004 no Fundeb: começamos o movimento para trazer de volta os recursos tirados pelo governo anterior pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), de 18% da União para a educação. Basicamente, foram os três movimentos no campo do financiamento.

O segundo eixo na educação básica foi a gestão democrática. Ainda não avançamos o suficiente, mas criamos cinco programas para alavancar a gestão democrática. Um programa para os dirigentes municipais de educação, outro para os diretores de escola, outro para os conselhos municipais de educação, um para o fortalecimento dos conselhos escolares e um para que municípios e estados efetivassem os planos municipais e estaduais. São necessárias leis em relação ao regime de cooperação. A colaboração é mais efetiva dentro do sistema em seu conjunto, enquanto que a cooperação é mais específica, são aspectos diferentes em relação aos nossos entes federados.

Outro tema é a questão da inclusão educacional, no sentido de garantir que todos na idade escolar estejam matriculados. Aqui houve mudanças estruturantes, com a entrada de criança de seis anos na escola, o que dá condições a uma parte da sociedade brasileira ter acesso mais cedo aos estudos regulares.

Dentro do ensino fundamental de nove anos, se fez boa discussão daquilo que chamamos de ciclo de alfabetização do ensino fundamental, da criança entre 6 e 8 anos. A ideia é que a criança chegue aos 8 anos alfabetizada, procurando evitar que ingresse no 5º ano sem saber ler e escrever. Dentre as 28 diretrizes do Plano de Educação Articulada, uma é alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade.

Outra questão importante é o ensino médio interligado ao ensino profissional, que saiu da Secretaria de Educação Básica (SEB), foi para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e se transformou no Brasil Profissionalizado, que é a possibilidade de os estados oferecerem o ensino médio profissionalizante, uma mudança estruturante significativa.

A inclusão educacional abrange aspectos que ampliam as condições de acesso à escola pelos estudantes brasileiros das camadas mais pobres da população. Se não houver condições de ir à escola, eles não vão, e isso não é direito subjetivo, porque não há condições de seu exercício efetivo. Um desses aspectos é o acesso ao livro didático. O Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) é um programa de Estado, sendo aperfeiçoado para toda a educação básica, para todas as escolas. Para o ensino médio, deixou de ser um programa apenas de distribuição de livros de literatura, incluindo agora os livros didáticos, para todos os alunos. Além disso, a alimentação escolar abrange agora não apenas as escolas de educação básica, como também as de ensino médio. E até 30% da merenda escolar deve ser comprada da agricultura familiar, o que estimula o desenvolvimento regional.

Na educação básica, trouxemos como política educacional a valorização profissional, alterando três questões. Em primeiro lugar, a formação dos pro-

fissionais da educação, incluindo os educadores que não são docentes, criando a área 21 de profissionalização, os profissionais da educação. Paralelamente, criamos o Profuncionário, um programa para formar à distância os profissionais de escola. Na área da formação, iniciamos alguns programas como o Pró-Licenciatura de profissionais que davam aula, mas não tinham licenciatura. Responsabilizou-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para isso, garantindo formação para todos. Nesse aspecto, temos déficit de professores que estão na educação, temos déficit de professores que precisam ir para a educação e temos um problema maior, a falta de formação continuada. Formou-se a Rede Nacional de Formação Continuada para que as universidades brasileiras se aproximassem das redes estaduais e municipais a fim de fazer a formação. O MEC, com isso, promoveu a articulação do regime de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios.

Na educação infantil, comparando as estatísticas do Inep e do PNE, chegou-se à conclusão de que mesmo as crianças nessa faixa etária precisavam estar na escola. O governo anterior manteve o foco no ensino fundamental e a educação infantil, por isso, sofreu um estrangulamento. Nesse nível, milhares de professores sequer têm formação de nível médio. Daí a iniciativa de criar um programa que resolvesse minimamente tal problema.

Quanto à valorização profissional, estabeleceu-se o piso salarial de 950 reais para profissionais com formação de nível médio e carga horária de 40 horas, além de ser possível o plano de carreira. Uma lei que beneficiou cerca de 40% da categoria, antes desprotegida. Foi um grande avanço. O mais significativo não é o valor do piso, mas o conceito de um piso estabelecido como carreira, o qual os municípios e estados podem aplicar. Importante ressaltar que houve cinco governadores que pediram a inconstitucionalidade do piso e o Supremo Tribunal Federal (STF) tem uma liminar sobre dois pontos desses conceitos. O STF suspendeu dois terços de hora atividade garantida na carga horária e suspendeu a incorporação das gratificações fora do piso.

Por último, vale destacar a valorização da carreira, para a qual o CNE aprovou as diretrizes dos planos nacionais de carreira, que devem se tornar uma lei nacional.

Outro eixo é a avaliação. Avançamos na educação básica porque saímos do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb), que usava amostragem de 20%, e fomos para a Prova Brasil, que universaliza a avaliação. Outra mudança significativa foi criar um indicador. O Ideb é um indicador que leva em consideração duas variáveis: o fluxo do estudante e a aprendizagem, por meio da Prova Brasil. Isso cria as condições para que o Estado consiga implementar

políticas educacionais de melhor qualidade. O índice está em 3,8 pontos e veremos a quanto chega no próximo Ideb. A meta é atingir 6 pontos em 2021. O ensino superior avançou mais do que a educação básica.

A mobilização social esteve sempre presente em todas essas políticas, em forma de atividade nas políticas estruturantes desenvolvidas. Para todos os programas da educação básica foram criados comitês, formados com várias organizações da sociedade civil. Como orientação do Estado brasileiro, essa organicidade da mobilização ainda é insuficiente. Por isso, tivemos a disposição de fazer a Conferência Nacional de Educação. Perdemos oportunidade no início de nosso governo de fazer a Conferência e, depois, acertamos em construir a Conferência Nacional de Educação Básica, Profissional e a Conferência Geral de Educação, no segundo governo Lula. Como uma conferência convocada pela União, colocando no mesmo espaço a sociedade civil e o poder público, foi a primeira conferência nacional de educação no Brasil.

A Conferência inova na concepção e, ao mesmo tempo, garante organicidade para ela própria, com etapas municipais, estaduais e nacional, viabilizando a participação de todos os segmentos presentes diretamente na escola, além de setores que não estão diretamente envolvidos com a educação. Tem perspectiva de ser uma Conferência de Estado para que, de tempos em tempos, possamos conferir as ações impulsionadas no país. O governo iniciou uma discussão que envolveu o Ministério Público, família, igrejas e vários segmentos da sociedade.

Os desafios a enfrentar são complexos. Precisamos avançar no sistema nacional da educação. O sistema tem como base um planejamento de Estado, o Plano Nacional de Educação, tem que ser internalizado pelos entes federados. Deve ter diretrizes, metas, mas principalmente estratégias para o Estado brasileiro. Quais são as estratégias para 2011? Se é articulado, precisamos avançar no financiamento da educação: chegamos a 4,7% do PIB nacional e acreditamos que vamos terminar o governo Lula com 5% do PIB. Em 2006 eram 3,6%, conseguimos passar 4,7%, como chegarmos agora a 6, 7 ou 10% do PIB? Sem dúvida, com o avanço na gestão democrática, construindo parâmetros para a gestão da educação brasileira, de acordo com um princípio da responsabilidade social. Precisamos avançar muito em relação à valorização profissional, apesar dos ganhos obtidos em relação ao piso e à formação. Não soubemos resolver a equação da qualidade e quantidade, o que desorganiza o fluxo dos estudantes, considerando a diversidade da população brasileira. Em 2002, nos vangloriávamos de ter 97% das crianças na escola, mas não se garantia o fluxo. Mesmo assim, deixar 3% fora da escola corresponde a cerca de 600 mil crianças. A

questão da qualidade e quantidade é um desafio enorme que, dentro do sistema educacional, significa regular também o sistema privado.

O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO

A principal dívida do Estado brasileiro é com os analfabetos. Há uma espécie de pacto de que o Plano Nacional de Educação deve ser atribuição do Estado. Entretanto, a responsabilidade é dos três entes federados, mas é o MEC que, em geral, recebe as críticas.

Realizou-se recentemente o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Belém (PA). O financiamento da EJA hoje vem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Quando explicamos aos observadores estrangeiros que a regra de financiamento da educação de jovens e adultos no Brasil segue a mesma regra da educação básica, eles afirmaram que é um grande avanço e que o fator de ponderação utilizado é muito grande. Para entender: o Fundeb é um fundo contábil, que junta outros recursos dos estados e municípios e, depois, divide esse fundo por matrícula. Cada nível de matrícula tem um peso: convencionou-se corretamente que o peso 1 é do ensino fundamental, 1,3 do ensino médio, 1,3 da educação infantil em tempo integral. Para jovens e adultos o peso era 0,7 e passou para 0,8. Isso significa que, em 2009, o Fundeb destinou mais de 5 bilhões de reais para a educação de jovens e adultos, por essa regra.

Como o Fundeb faz o ressarcimento ao município por matrícula, mas não obriga que o município aplique tal recurso no mesmo nível onde aferiu a receita, pode haver uma receita de jovens e adultos alta aplicada em outro setor, porque a lei só obriga a entrada do recurso, o que considero correto porque responsabiliza o gestor por suas ações. Na hora de brigar com o Fundeb, nós do MEC não podemos nem perguntar se o que se está aferindo de recursos do Fundeb para EJA do seu município já foi aplicado em EJA. E ninguém sabe por que a cultura do gestor de EJA não é a cultura de política pública. Portanto, há um grande esforço de nossa parte em qualificar gestores de EJA. Temos encontros estaduais com gestores para que a política tenha no quadro do Estado pessoas capazes de entender o desafio da educação para jovens e adultos.

O marco institucional do Fundeb é um avanço para a educação de jovens e adultos, mas temos dificuldades em melhorar a sala de aula porque poucas universidades brasileiras oferecem disciplinas de educação de jovens e adultos, seja na pedagogia, na licenciatura etc. No fundo, a percepção que

tenho é de que a elite não quer enxergar o país que tem e como nossas universidades são, em geral, muito elitistas, não incorporam esses problemas na sua agenda educacional.

Tivemos recentemente a boa notícia que a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad) sobre educação de jovens e adultos revelou que o programa focalizado no Nordeste atingiu um resultado razoável. Nosso programa de alfabetização é muito organizado. Para as 106 mil turmas em funcionamento, temos o nome de cada analfabeto que participa do programa, turno em que está, seu professor, endereço onde a classe funciona e o horário da turma. A efetividade é baixa por vários problemas: alfabetização do alfabetizando, falta de óculos e uso político que o programa acaba tendo, porque se o prefeito nomeia como coordenador da turma o seu cabo eleitoral, isto não é monitorável. Temos que criar outros meios para ter mais efetividade. O tema demanda ainda muito trabalho.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Com relação à diversidade, na questão dos quilombolas avançamos pouco, pois são regiões distantes e difíceis de trabalhar. O presidente Lula tem cobrado resultados nessa área.

Na educação indígena, tivemos um avanço extraordinário ao adotar o conceito eco-educativo que, tal como orienta a Constituição, entende que a identidade indígena se dá por seu território, o qual ultrapassa limites de fronteiras dos estados. O que preside a política indígena educacional é o território indígena. O governo de Rondônia, por exemplo, mandou fechar dez escolas de ianomâmis, porque estavam fora do limite de território. Fizemos valer o decreto presidencial e, em uma semana, tiveram que reabrir as escolas, porque a prioridade são os indígenas. Em 2007, estabelecemos convênios com 18 estados e investimos 117 milhões de reais na educação indígena: cerca de 80 milhões para construção de escolas e 40 milhões para formação de professores. Hoje, detectamos que na questão indígena, os estados, de modo desigual, não têm dado sequência ao que tem sido combinado e financiado. Estamos atuando fortemente na formação de professores indígenas e na produção de material educacional indígena. Estamos concluindo uma Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que se fez em cada aldeia regionalmente e, agora, acontece em nível nacional. Representantes de 245 etnias participaram das conferências.

No campo, onde há uma das maiores defasagens educacionais, estamos implementando programa para escolas multisseriadas. Hoje existem 49 mil delas no Brasil, com 1,3 milhão de alunos. Desenvolvemos um programa para

tais escolas. Estamos conseguindo montar uma rede que envolve universidade, a Secretaria de Estado, o município e a escola, de tal maneira que se faça um fluxo de formação e informação entre a universidade e o professor local. Estamos avançando num acordo com a equipe do Pró-link rural e preparando um computador específico para a escola multisseriada, com exercícios que dialogam com o material didático e o professor.

Para enfrentar a questão da vulnerabilidade, temos um conjunto de ações para escolas mais frágeis. Nossa maior ação é o Programa Mais Educação, programa integral que amplia espaços e oportunidades, inspirado no programa de Nova Iguaçu (RJ) e Belo Horizonte (MG). O MEC financia a escola que mantém o aluno em sete horas de atividades diárias orientadas para a aprendizagem. Escolhemos as escolas pelo Ideb, selecionando aquelas em que há maior nível de dificuldade. É um programa para quem realmente precisa, as escolas com mais dificuldades, os relatórios nos comovem porque há uma efetiva mudança na vida das crianças.

Fazemos o acompanhamento da frequência escolar dos alunos do programa Bolsa Família; são 15 milhões de alunos acompanhados nominalmente a cada dois meses. Está em curso um seminário promovido pelos ministros da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social com operadores estaduais de educação, saúde e assistência para discutir como acompanhar a condicionalidade em cada município, partindo da premissa que se a família não cumpre a condicionalidade, ela precisa ainda de mais ajuda, porque não está chegando sequer aos serviços públicos universais. Mudamos a lógica de penalizar o pobre por sua pobreza. Trata-se agora de apoiar aquele que não acessa o sistema universal.

Instituiu-se um comitê interestadual e intergovernamental reunindo os Ministérios da Educação, Saúde e Assistência e os seus correlatos estaduais e municipais das três áreas. São nove entes federados para que possamos juntos formular políticas. Por exemplo, recebemos a informação de que um determinado aluno não foi à aula porque sofre de uma doença doméstica; o que adianta essa informação se o gestor, que é do município, não faz nada? Então, precisamos retornar a ele esse olhar e cobrar. Qual nossa lógica de educação? Estamos cobrando da educação muito mais do que ela pode fazer e, se não colocarmos a Saúde e Assistência como apoio, não venceremos a vulnerabilidade social. Mas, ao mesmo tempo, requeremos ter um protagonismo nesse avanço. Estamos debatendo a questão da busca ativa: se a criança faltou à aula, a escola é quem deve procurá-la; se a criança nunca foi à escola, a assistência social tem que localizar e trazê-la, mas isso precisa ser, também, uma política do governo local.

Precisamos discutir a questão ainda de política racial, gênero, combate ao preconceito relativo à homofobia e direitos humanos. Há avanços, mas sem regime de colaboração ativo focalizado em metas de redução de desigualdades, nosso esforço demorará mais tempo para ser concretizado.

Há uma área voltada para educação e direitos humanos, que trabalha uma rede de proteção, como o Programa Protege, por intermédio do qual os professores identificam a violência na escola, e a escola precisa criar um ambiente de acolhimento ao aluno com um conceito forte de direitos humanos. Temos um plano nacional de educação em direitos humanos que envolve vários setores. Pessoalmente sou contra criar novas disciplinas, pois seria uma fragmentação. Temos constatado que há muito preconceito e discriminação na escola, particularmente contra negros, pobres e homossexuais. Precisamos definir qual será efetivamente o material que devemos trabalhar em sala de aula com os alunos, acerca dessa questão.

Há uma incompreensão em relação à responsabilidade cultural do MEC. Nosso foco é trabalhar em colaboração com estados e municípios e desenvolver um conjunto de atividades que envolve iniciativas culturais nas escolas. O Programa Mais Educação tem arte e cultura, desenho, *hip hop*, banda, fanfarra etc., e abarca cinco mil escolas, as mais pobres. Fizemos uma escolha política, educação é uma coisa e cultura outra, porque isso que nos ensejou a política organizada atual.

André Lázaro

A construção de uma política pública nacional e integrada para a educação

O que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz de novo é um enunciado sobre o lugar da educação numa estratégia nacional. O PDE foi elaborado pessoalmente pelo Ministro da Educação. Todos nós o discutimos, mas foi do ministro a grande iniciativa intelectual do documento, que formula um projeto para a educação com uma clareza, nitidez e forma nunca antes conhecidas no país.

O PDE avança no sentido de gerar um modelo de gestão da educação como política pública que dá forma ao regime de colaboração entre estados e municípios. Com uma visão sistêmica, articula os níveis de cada um. Nós, que já trabalhamos com universidades, sabemos das diferenças que as unive rsidades têm no que se refere à sua relação com a educação básica. O PDE enfrenta isso com enorme coragem, considerando as universidade públicas federais parte do problema e não apenas solução, trouxe à tona uma demanda por articulação política que não estava visível e portanto, não era cobrada.

Revolucionárias são as grandes inovações cujos efeitos ainda estão em curso: quando fizemos a Prova Brasil em 2005, foram realizadas duas pesquisas, uma sobre escolas e outra sobre redes que tiveram bom resultado na Prova Brasil. O ministro nos orientou a ler esses dois relatórios e selecionar ações que poderiam se tornar diretrizes para o sistema de ensino funcionar melhor. Assim chegamos às 28 diretrizes que compõem hoje o decreto presidencial Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação. Eram metas muito simples, como por exemplo alfabetizar crianças até os oito anos de

idade, focalizar o ensino no aprendizado das crianças, estabelecer regras claras para indicação e permanência do diretor na escola, planos de carreira para os funcionários, atividades complementares, participação dos professores no projeto pedagógico da escola. Enfim, diretrizes que emanaram de experiências bem-sucedidas. Isso, por um lado, teve grande impacto na política, porque todos os 27 estados assinaram esse documento, comprometendo-se com as 28 diretrizes. Por outro lado, um trabalho interno do MEC muito importante foi construir indicadores e conectar o orçamento do ministério às diretrizes.

Houve, portanto, uma formulação política, que é o PDE, uma tradução dessa política em referências de procedimento, que são as diretrizes, e finalmente uma amarração de indicadores com o orçamento do ministério. Isso permitiu que se produzisse um instrumento de diagnóstico muito bom das redes de educação. Na primeira versão, o diagnóstico dos municípios tinha 54 indicadores e, dos estados, 82 indicadores, englobando quatro dimensões: as práticas pedagógicas, a formação de professores, a infraestrutura e a gestão democrática. A questão da gestão democrática deixou de ser uma bandeira política apenas, para ganhar forma em ações financiadas. Se a escola não tem conselho escolar, há uma ação orçamentária no programa, pelo qual apoiamos tecnicamente os municípios e estados para que montem conselhos escolares. Quero chamar a atenção para o Plano de Ações Articuladas (PAR) para a Educação, o qual ganhou a forma de um instrumento de gestão que conecta aquilo que nós identificamos como qualidade social da educação com orçamento do ministério, o que nos permitiu avançar muito, porque hoje cada estado e município tem um diagnóstico de sua rede. Com isso, o PAR gera um convênio plurianual com o município e o estado e permite que um novo gestor municipal conheça o diagnóstico que seu antecessor fez sobre a educação naquele município. Que ações ele quer implementar? De que maneira o MEC leu isso? Quanto o MEC está disposto a financiar? É um processo importante ligar uma concepção de educação expressa no PDE com um instrumento de avaliação da rede e um elemento de financiamento do município. Isso é um avanço extremamente positivo.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) foi criada em 2004 com o objetivo de enfrentar as desigualdades na educação. Temos programas de alfabetização e educação de jovens adultos, os programas de assuntos para a diversidade (educação no campo, indígena,

quilombola, direitos humanos, ambiental, gênero e diversidade, e um tema voltado para a relação escola-comunidade). A Secad foi desenhada com a perspectiva de atuar como um instrumento institucional para enfrentar a desigualdade em educação.

A agenda da Secad é uma agenda dos movimentos sociais. Não há nela uma frase que não tenha sido antes faixa de passeata, exatamente para enfrentar essa desigualdade. O ganho obtido foi uma visão mais orgânica da desigualdade, uma apropriação do discurso sobre a desigualdade pelo MEC.

DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Do ponto de vista prático, se ao fim de nosso mandato os movimentos sociais que geraram nossa pauta não estiverem mais fortalecidos, nossa avaliação seria que erramos. Há uma preocupação política da Secad de fortalecer o diálogo com os movimentos sociais. Daí, temos uma Comissão Nacional de Alfabetização em educação de jovens e adultos: estão nessa comissão os dirigentes estaduais e municipais de educação, as universidades, os movimentos sociais do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os movimentos indígenas, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). Procurou-se criar, no interior da Secad, um conjunto de comissões com foco na desigualdade. Então, temos a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, uma de educação no campo, uma de educação escolar indígena e outra de material didático indígena, uma preocupada com a questão racial, um Grupo de Trabalho (GT) que reúne todo o MEC para tratar do Brasil sem homofobia. Temos quatro grandes comissões nacionais com a intenção de criar uma instância de debate público sobre a agenda.

Quanto à alfabetização e educação de jovens e adultos, a inovação é que havia no MEC, quando chegamos, uma secretaria de alfabetização e uma de educação de jovens e adultos que não conversavam, não estavam na mesma estrutura e não trabalhavam juntas. Então, reunimos tudo em uma única estrutura para garantir a continuidade das políticas.

Para falar de alfabetização de jovens e adultos há duas dimensões: a do problema e a do esforço.

Como o problema está apresentado? Há 14,2 milhões de analfabetos no Brasil, dos quais pouco mais da metade, quase 55%, estão no Nordeste,

e o restante nas demais regiões do país. No entanto, São Paulo tem 10% dos analfabetos do Brasil, 1,4 milhões e não há nenhum programa público nesse estado para combater o analfabetismo. Alguns municípios aderiram ao Programa Brasil Alfabetizado, mas não há nenhum esforço orgânico do estado paulista para enfrentar essa realidade.

No Nordeste, a maior taxa de analfabetismo é na Bahia e o governo Jacques Wagner está fazendo um esforço fenomenal para reduzi-la, tanto que na última Pnad o analfabetismo no Nordeste caiu 0,5%, enquanto nas demais regiões a queda foi de 0,9%. É um índice bastante expressivo. Esse analfabeto brasileiro tem idade média de 54 anos e não tem óculos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, há 1,7% de analfabetos, um número razoavelmente decente se imaginar que cada faixa etária no Brasil compreende de 2,8 a 3 milhões de pessoas. Então, chegaram analfabetos à idade de 15 a 17 anos no Brasil cerca de 50 mil jovens, no ano retrasado. O analfabetismo tem um reduto muito grande, basicamente na área rural. Dos 14 milhões, 9 milhões estão na cidade e 5 milhões no campo. Na cidade, isso corresponde a uma taxa de 8% e, no campo, a uma taxa de 23%. Então, o campo é a área mais afetada pelo problema do analfabetismo.

O esforço que estamos fazendo é muito consistente. Temos o Programa Brasil Alfabetizado que financia bolsas para o alfabetizador, para o coordenador, merenda, transporte, livro didático. Colocamos algo em torno de 400 milhões de reais por ano ou mais para a alfabetização de jovens e adultos. Quem executa a alfabetização são os estados e municípios, por um entendimento de que isso é responsabilidade pública. O formato do programa permite que o movimento social participe da alfabetização, não há nenhum impedimento de que o alfabetizador ou coordenador seja uma pessoa do movimento social que tenha analfabetos em seu corpo. Aquele que a secretaria de estado ou município indicar como alfabetizador será validado, porque eles sabem quem é o melhor parceiro. O erro do desenho anterior é que, quem arbitrava as parcerias com as ONGs era o governo federal e com isso se eximia de responsabilidade o gestor local. Então, o prefeito reclamava que não sabia quem estava trabalhando na sua cidade e quais as ONGs escolhidas. Mudamos as regras, o poder público escolhe os parceiros, para o bem e para o mal, mas é ele quem escolhe.

Essa nossa agenda de alfabetização, educação no campo, educação indígena, educação de adultos, educação quilombola, movimento negro e

movimento de homossexuais era um desafio muito grande. À medida que o governo federal toma iniciativas e constrói políticas, a tendência dos movimentos sociais é vir conversar conosco e não com o estado de origem, responsável pela gestão do sistema. É curioso, porque ocupamos um lugar antes vazio, puxamos a atenção para nós e o esforço hoje é devolver a tensão para o nível local. Houve recentemente um encontro nacional dos fóruns do Programa Educação de Jovens e Adultos, onde ocorreram críticas ao MEC pela ação de cima para baixo. Na realidade, como essa agenda não foi ainda assumida nos estados e municípios, quem apoia os fóruns e chama para discussão é o MEC. É um pouco inevitável, portanto, que o MEC acabe sendo responsável por uma parcela considerável do processo.

PAULO CORBUCCI

OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS ATUAIS

No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) fazemos o acompanhamento das políticas federais na área de educação, assim como de outras áreas sociais. Temos uma publicação intitulada *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*. Em sua 17ª edição, fez-se um balanço dos 20 anos pós Constituição de 1988. Apesar de meu foco de atuação ser a educação superior, também venho acompanhando a educação básica. Nesse sentido, realizei estudo sobre o ensino médio, que tratou de analisar a redução das matrículas ocorrida a partir de 2005.

Começo pela afirmação que compartilho da compreensão que a educação deve ser vista de forma sistêmica, concepção que fez a diferença entre os últimos anos da política adotada pelo MEC e aquela vigente até 2002. Ao priorizar o ensino fundamental, a política educacional do período 1995-2002 deixou de contemplar outros níveis e modalidades de ensino, tais como a educação infantil, a educação profissional e a educação superior, na medida em que a expansão da oferta desta foi delegada ao setor privado.

Sob o enfoque sistêmico, nenhum nível de ensino é mais importante que outro, porque há o entendimento que um reflete e influencia os demais níveis. Os problemas que afetam a educação básica no Brasil não se encerram na escola ou nas secretarias, sejam elas dos estados ou dos municípios ou, ainda, no MEC. A problemática que envolve a educação é bem mais complexa, em termos de seus determinantes e condicionantes, de modo que as soluções mais efetivas tendem a assumir complexidade maior. Portanto, ao se enfrentar a questão educacional exclusivamente a partir de uma política *stricto sensu*, ampliam-se as chances de um fracasso iminente, porque o

desempenho educacional e o rendimento escolar são dependentes de outras variáveis, de outras questões que afetam o estudante, sua família e a comunidade na qual se insere.

Assim como foi um avanço pensar a educação como sistema, no âmbito federal, devemos agora tratar a educação como política integrada às demais políticas sociais. Aí sim, teremos resultados muito mais favoráveis do que quando a educação é vista sob um enfoque *stricto sensu*. Por exemplo, avançamos muito no acesso à educação, na oferta de ensino, e isso foi uma conquista inegável desses últimos 20 anos pós Constituição de 1988. Entretanto, ainda estamos longe de tornar a educação um bem de todos os brasileiros: se hoje temos quase 100% das crianças de 7 a 14 anos na escola, apenas 42% dos jovens de 15 anos puderam concluir o ensino fundamental. Aos 18 anos, a proporção se eleva para 75%. Portanto, um quarto dos jovens que deverão ingressar no mercado de trabalho o fazem sem um nível de escolaridade mínima. Nesse sentido, é pouco factível que todas as crianças que ingressem no 1º ano do ensino fundamental consigam concluí-lo apenas com políticas educacionais *stricto sensu*.

Como tem sido alardeado pelos meios de comunicação, nosso grande desafio hoje é o de prover ensino de qualidade para todos. No entanto, o senso comum tem associado ensino de qualidade às condições internas da escola, o que lhe confere dimensão bastante estreita, ao desconsiderar os fatores exógenos. Ainda que existam profundas disparidades em termos de condições de ensino intrínsecas à escola, quando se tem por referência os binômios centro-periferia e rural-urbano, assim como a questão regional, a qualidade do ensino, medida pelo rendimento e pela progressão dos alunos, é influenciada sobremaneira por suas condições socioeconômicas.

Portanto, melhorar a qualidade da educação pressupõe a garantia de condições adequadas para que esses alunos possam concluir a escolaridade obrigatória na idade correta. Quanto mais desfavoráveis forem as condições socioeconômicas dos alunos, maiores serão as necessidades de aportes em termos de assistência ao educando e de investimentos nas escolas por eles frequentadas, para fazer frente àquelas desvantagens. Ou seja, paralelamente à política universalista será necessário intensificar ações de natureza compensatória que ofereçam condições mínimas de rendimento escolar para esses alunos.

Nos últimos anos houve avanços significativos em relação ao monitoramento e avaliação da situação educacional brasileira, Com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e o estabelecimento de metas de médio prazo, será possível monitorar a evolução da educação básica ao

nível da unidade escolar. O Ideb foi um índice instituído juntamente com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. Trata-se de um indicador sintético, que é obtido mediante o desempenho dos alunos na Prova Brasil e pela taxa de aprovação. Em 2005, o Ideb nacional para o ensino fundamental correspondia a 3,6 pontos, numa escala de 0 a 10 pontos, tendo sido estabelecida a meta de 6,0 pontos a ser alcançada até 2022.

Recentemente, foi realizado estudo no âmbito do Ipea, a partir dos Ideb de 2005 e 2007, por meio do qual se verificou que, sob algumas categorias, houve ampliação das desigualdades existentes. Por exemplo, sob a ótica regional, as regiões Norte e Nordeste ficaram mais distantes das regiões mais ricas. Isso aponta para a necessidade de ampliarmos os investimentos e, provavelmente, para uma maneira diferenciada de realizá-los.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Outra questão que merece atenção diz respeito à alfabetização de jovens e adultos. É uma área que também requer intensificação de esforços e, principalmente, mudanças quanto às estratégias de intervenção. Neste caso, os dados têm evidenciado que os mais velhos e, sobretudo, os residentes em áreas rurais não estão sendo alfabetizados. De acordo com dados da Pnad, a taxa de analfabetismo neste grupo caiu somente 0,1%, no biênio 2007-2008. Se o Programa Brasil Alfabetizado atende a pelo menos 1,5 milhão de alfabetizandos ao ano, o que corresponde a mais de 10% do total de analfabetos no Brasil, não é razoável que a redução se dê em nível tão baixo.

A educação de jovens e adultos, que faz parte da educação básica, é responsabilidade de estados e municípios, ficando o MEC com a incumbência de exercer função supletiva e, principalmente, coordenar a política nacional para a área. Trata-se de uma questão para a qual ainda não vejo muita luz ao final do túnel. Não há respostas ou soluções imediatas para esse problema, o que nos leva a crer na necessidade de ampla e ousada mobilização nacional, tal qual um Plano Nacional de Alfabetização, que congregasse esforços de todos os entes federados, assim como da sociedade civil em geral.

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Tendo em vista que a taxa de frequência líquida no ensino médio regular ainda se encontra em patamar abaixo do desejado, e considerando que desde o início dos anos de 1990 vinha registrando crescimento contínuo, causou certa perplexidade e inquietação junto ao MEC e entre estudiosos da área o fato de, a partir de 2005, ter início a redução das matrículas nesse nível de ensino.

Diante da ausência de explicações plausíveis, realizamos estudo com o objetivo de identificar possíveis causas dessa ocorrência. Uma das razões identificadas diz respeito à redução da demanda por ensino médio, não porque as pessoas não queiram estudar, mas, sim, pelo fato de ter diminuído a quantidade de jovens que concluem o ensino fundamental. Paralelamente, tem aumentado a quantidade de pessoas que têm buscado a educação de jovens e adultos em nível médio, o que levou a um aumento contínuo das matrículas nesta modalidade. Além disso, houve melhora no índice de adequação idade-série e isso ajudou a diminuir o número de pessoas com 18 anos ou mais que frequentavam o ensino médio regular.

Ainda que tenha sido reduzido o total de matrículas no ensino médio regular, houve aumento da taxa de frequência líquida, que se refere à faixa etária de 15 a 17 anos, considerada a adequada a este nível.

Portanto, mais preocupante que a queda das matrículas no ensino médio regular é a redução do número de concluintes do ensino fundamental, o que certamente compromete a ampliação do acesso aos níveis de ensino ulteriores e, em última instância, a elevação da escolaridade média da população.

Com a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação, a ampliação dos investimentos em educação ganha espaço na agenda governamental. Isto, obviamente, poderá contribuir consideravelmente para a melhoria dos indicadores educacionais, seja em termos de acesso, conclusão ou de desempenho na educação básica. Em que pese o avanço que se espera com a implementação do PDE, deve-se reconhecer que há problemas cuja complexidade ainda está por ser desvendada e enfrentada.

Em relação à educação profissional, o principal avanço tem sido em termos de ampliação da oferta pela rede federal. Ainda que não seja suficiente para dar conta da demanda atual por este nível de formação, é incontestável que a ampliação da rede federal, ocorrida nos últimos anos, representou uma conquista inigualável na história da educação profissional no Brasil. De acordo com o MEC, de 1909 até 2002 foram criadas 150 escolas e de 2003 a 2010 serão mais de 200; ou seja, o número de escolas implantadas em oito anos será maior do que as que foram criadas em cerca de nove décadas.

Tais avanços foram possíveis em virtude da mudança de orientação da política para esta área, que revogou a proibição legal de expansão do ensino profissional pela União, determinada na gestão governamental anterior. Com isso, ampliam-se as oportunidades de formação profissional para aquelas pessoas que não têm acesso à educação superior.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROUNI

Desde 1999, temos acompanhado a expansão da educação superior pelo setor privado, a qual vinha sendo estimulada pelo MEC, inclusive como meio de compensar o corte de investimentos junto às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Os dados do Censo da Educação Superior mostravam que, com a proliferação das instituições privadas, o aumento da oferta passou a ser em proporção maior que o da demanda. Assim, a cada ano crescia a quantidade de vagas não preenchidas nas instituições privadas.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, estabeleceu como uma de suas metas o índice de 30% como taxa de frequência líquida a esse nível de ensino para os jovens de 18 a 24 anos. Sem dúvida alguma, a definição do índice não levou em conta a realidade brasileira, mas, sim, um padrão ideal alcançado pela maioria dos países desenvolvidos. Porém, atingir essa meta no prazo de 10 anos, sem uma mudança estrutural ou sistêmica da educação, não passa de uma ilusão. Se tomarmos a faixa etária de 18 a 24 anos, verificamos que mais de 30% desses jovens frequentam escola, mas menos de 14% a educação superior. Portanto, para alcançar a meta do PNE, teríamos de começar pela eliminação da distorção idade-série no ensino fundamental e assegurar a conclusão do ensino médio a um número muito maior de jovens do que o existente na atualidade.

A euforia causada pelo crescimento extraordinário das matrículas no setor privado, no período 1997-2003, quando foram registrados aumentos anuais sempre superiores a 11%, reforçou o entendimento de que poderíamos alcançar a meta do PNE pelas vias do mercado. Mas, desde essa época, o setor privado tem apresentado taxas de crescimento decrescentes, a ponto de, em 2008, equiparar-se ao crescimento das Ifes.

Em suma, a meta estabelecida pelo PNE no prazo de 10 anos não levou em conta os elevados índices de distorção idade-série, reprovação e evasão na educação básica, que confluem para uma baixa proporção de jovens que tenham concluído o ensino médio, bem como o insuficiente poder aquisitivo da maioria dos estudantes e de suas famílias, que inviabiliza o acesso ou dificulta sua permanência nas instituições privadas.

Tal entendimento reforça a necessidade de intensificar políticas e programas governamentais que afetam direta ou indiretamente o acesso à educação superior: visão sistêmica da educação, financiamento estudantil (Fies), expansão e democratização do acesso à educação superior pública e do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Embora acredite que o ideal seria que toda educação fosse pública, tal situação não seria factível, sobretudo num país como o Brasil. Nesse sentido, não podemos abrir mão do setor privado na educação superior, ainda que defenda um rigoroso monitoramento e avaliação da qualidade do ensino por ele ofertado.

Considerando que houve ampliação da demanda por educação superior por grupos de renda até então excluídos, nada mais justo que uma política pública que corrija esta situação, tal como vem ocorrendo por intermédio do ProUni.

Diante da grande expansão do ensino médio na década de 1990, que resultou no aumento da demanda por educação superior, e da crescente ociosidade das vagas no ensino superior privado, estavam criadas as condições que justificavam a implantação de um programa tal qual o ProUni: demanda potencial e oferta de vagas crescentes, associadas à baixa capacidade dos demandantes em preenchê-las. Assim, o caminho encontrado foi a concessão de bolsas por parte das instituições de ensino, em troca de contrapartida governamental na forma de renúncia fiscal, de modo a favorecer o acesso e a permanência de estudantes de segmentos de menor renda.

Em estudo publicado pelo Ipea (2009) sob o título *Brasil em desenvolvimento – Estado, planejamento e políticas públicas*, realizou-se análise comparada entre os períodos imediatamente anterior e posterior à criação do ProUni. De acordo com este estudo, ficou evidenciado que as maiores taxas de crescimento da frequência ao ensino superior privado couberam aos grupos de renda familiar *per capita* de até 3 salários-mínimos, ou seja, os elegíveis do programa.

Em que pese o aumento da taxa de frequência de negros ter sido maior que a de brancos no período de vigência do ProUni, foi menor que a do período anterior à implantação deste programa, o que configura desaceleração do ritmo de inclusão dos primeiros. Uma possível explicação para este fato pode estar associada ao menor nível de escolaridade da população negra que, em última instância, implica em menor número de demandantes efetivos, quais sejam, que tenham concluído a educação básica.

De qualquer modo, o programa tem atingido seus objetivos, uma vez que os grupos de renda que tiveram maior aumento da taxa de frequência no ensino superior privado foram justamente os que se situam na faixa de até 1,5 salário-mínimo, para os quais é concedida bolsa de estudo integral.

Outro indicador que o estudo apresenta é o que estabelece a relação entre as quantidades de bolsas concedidas pelo ProUni e o total de novas matrículas. Observou-se, neste caso, que o número de bolsas é maior do que

o aumento de novas matrículas. Isso pode significar que, num primeiro momento o ProUni atingia as pessoas que não frequentavam o ensino superior, mas agora estaria beneficiando também aqueles que já se encontravam matriculados. Caso o ProUni fosse extinto, é possível que o aumento de matrículas no setor privado se tornasse ainda menor. Nesse sentido, a importância do programa não se restringe ao estudante, mas também à própria sobrevivência do setor privado.

Sobre a regulação e o monitoramento da qualidade dos cursos, também houve avanços com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), uma vez que o Provão se limitava, quase que exclusivamente, a ranquear instituições de ensino e, durante sua vigência, nenhuma instituição ou curso com avaliação negativa foi fechado.

Com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), avançou-se ao instituir dois momentos de avaliação: no início e ao final do curso, o que permite aferir se houve incremento de conhecimentos e competências entre os estudantes. Portanto, já não se trata apenas de constatar a realidade, de maneira estática, mas, sim, ainda que de forma incipiente, de se ter uma visão de processo.

Efetivamente, o sistema atual de monitoramento e avaliação de cursos e instituições de educação superior já permitiu não só fechar alguns cursos com conceito negativo, como também controlar e/ou suspender a oferta de vagas de outros com desempenho insatisfatório.

Ainda que o setor privado tenha a prerrogativa constitucional de ofertar educação escolar, a Constituição Federal também atribui ao poder público a funções de regulação, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, é fundamental o papel que vem sendo exercido pelo MEC e o Conselho Nacional de Educação, no sentido de assegurar um mínimo de qualidade do ensino ofertado por essas instituições.

Com relação à pós-graduação, não há muito que falar, porque é a nossa ilha de excelência. O Brasil tem melhorado a cada ano sua posição no cenário mundial da pesquisa científica. Em grande medida, pelo fato de a cada ano crescer a quantidade de cursos de mestrado e doutorado, responsáveis pela maior parcela da produção nacional, sob a liderança das instituições públicas.

A pós-graduação é o nível de ensino mais oneroso e não gera retorno financeiro imediato para a instituição ofertante. São poucas as instituições que podem se dar ao luxo de ofertá-la, até porque existe um sistema de avaliação rigoroso por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que inibe a criação de cursos de qualidade duvidosa. Talvez

seja por essa razão que este órgão recebeu nova atribuição, qual seja, a de coordenar a formação de professores da educação básica. Se já vinha tendo êxito com a formação de mestres e doutores, por que não usar dessa *expertise* para formar bons professores para a educação básica?

Por fim, há a educação a distância, por intermédio do programa Universidade Aberta do Brasil, que pode ser um caminho para ampliar a democratização do acesso à educação superior. Mas, neste caso, cabe alertar que, se a educação presencial merece muito cuidado, a educação a distância exige um cuidado duplamente maior. De qualquer modo, acredito que as chances de êxito neste campo, por meio de instituições públicas, são sempre maiores.

Essas são minhas impressões sobre os avanços da educação nos últimos anos e dos desafios que se colocam no presente.

SELMA ROCHA

A SUPERAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

As observações que farei aqui se apoiam nas discussões e resoluções aprovadas na Coordenação Nacional de Educação e nos encontros nacionais do Setorial Nacional de Educação/Caed, bem como nas formulações dos programas de governo elaborados em 2002 e 2006. A abordagem que realizarei tem três vetores: o primeiro aponta elementos de um balanço do que significou o neoliberalismo na área da educação em nosso país, o segundo refere-se ao significado da política educacional desenvolvida nos dois mandatos do presidente Lula, e o terceiro refere-se aos desafios para os próximos anos.

Nossa primeira observação é a de que o ideário neoliberal tem como ponto de partida a premissa de que a exclusão de uma parcela da população do mercado de trabalho e de consumo é inexorável e funcional ao processo de acumulação capitalista. Os neoliberais, no plano teórico e prático, se ocuparam em defender e concretizar a redução de direitos como uma das formas de diminuir gastos, particularmente sociais, operando a retração do Estado e assegurando a exclusão social como instrumento da existência de um exército de reserva.

No caso da educação, durante os governos de FHC, a tradução dessas orientações se materializou em uma política movida pela focalização de ações e racionalização de gastos.

A política de focalização do MEC entre 1997 e 2002 foi apresentada à sociedade como uma política de eleição de prioridades em face das limitações do Estado. No caso da educação básica foi concretizada por reformas que visavam concentrar recursos na universalização do ensino fundamental sem estabelecer os caminhos, os tempos e, ainda menos, os recursos para que se pudesse

projetar a ampliação do atendimento à educação infantil e a universalização do ensino médio. Tratou-se, em verdade, de um redirecionamento de objetivos frente à Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tanto no que se refere à educação infantil quanto ao ensino médio. O governo, por meio do decreto nº 2.208/1997, promoveu a dissociação entre ensino médio e ensino técnico e proibiu a ampliação de vagas nas escolas técnicas. Em relação ao ensino superior público, a falta de investimentos foi evidenciada pela falta de docentes, de funcionários, de concursos públicos e de recursos para pesquisa.

A Emenda Constitucional 14 criou mecanismos de redistribuição de parte dos recursos dos municípios vinculados constitucionalmente em nome de uma racionalidade econômica que se sobrepôs ao princípio de autonomia dos entes federados, aspecto fundamental da República Federativa Brasileira, e feriu, sobretudo, o direito à educação em nome desse mesmo direito.

Vale ressaltar, por outro lado, que a ideia de prioridade faz ainda menos sentido se observamos as políticas voltadas à qualificação da escola pública, em particular em relação ao ensino fundamental.

As ações voltadas à chamada qualidade se restringiram à reprodução de conhecimentos – a serem materializados no chamado currículo mínimo – tendo como base os parâmetros curriculares, orientadores dos livros didáticos. A lógica de avaliação dos estudantes – centralizada nacionalmente por meio do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) – se constituiu na referência para políticas pontuais e para o financiamento de projetos de recuperação paralela e de reforço, linhas de ação que integram essa concepção.

Ao pretender a homogeneização de conhecimentos e de processos pedagógicos, a política educacional nesses tempos ocorreu na contramão de uma perspectiva inclusiva, isto é, que se ocupa das especificidades, das características e da identidade de cada um. Fez mais: subtraiu da escola o papel de criação e elaboração que lhe dá sentido. Observe-se, nesse caso, que o Saeb, criado em 1990, avaliava por amostragem, de dois em dois anos, alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio nas áreas de português e matemática. No entanto, a avaliação supunha focos específicos em cada uma das áreas, a saber: em português a leitura e em matemática a resolução de problemas.

Esse instrumento de avaliação, dissociado de qualquer outra política voltada a incentivar a avaliação interna e externa de cada escola, de cada município e estado induziu políticas voltadas a assegurar informações básicas para uma geração de pessoas pobres cujo destino deveria ser sobreviver no mercado informal de trabalho, nas periferias das grandes cidades ou no campo

exercendo – também minimamente – seus direitos políticos e sua cidadania, em meio a diferentes situações de violência material e simbólica.

Mas, ainda assim, decantando da escola sua função social e reduzindo o processo de conhecimento à mera e simples reprodução de (algumas) informações, visando o estabelecimento de habilidades e competências mínimas (a escrita, por exemplo, não foi considerada uma competência básica já às vésperas do século XXI), os números do Saeb não demonstraram modificações expressivas se tomamos as médias nacionais entre 1995 e 2001.[1]

Esta política foi justificada também em função da capacidade competitiva do país, nos marcos dos interesses dos blocos econômicos. Dessa maneira, a lógica e o léxico do mercado foram, pois, a baliza de políticas que, em vários estados, induziram a competição entre escolas, professores e adotaram a premiação como suposto indutor de qualidade. Trata-se aqui de uma operação ideológica cuja vocação foi a de legitimar a diminuição das responsabilidades do Estado frente aos sistemas e as unidades educacionais, transferindo para elas, e para os professores, responsabilidades que jamais poderiam cumprir ou, na melhor das hipóteses, não poderiam cumprir sozinhos. Além da afronta ética que esse discurso representou, o seu resultado efetivo foi ameaçador ao direito à educação na medida em que os governos, nesses casos, não se sentiram obrigados a apresentar alternativas efetivas às escolas e aos sistemas, comprometendo, evidentemente, as condições de aprendizagem. Os oito anos do governo FHC, como bem demonstraram as avaliações nacionais, não lograram transformar significativamente a qualidade da educação, o que significou, em termos objetivos, reforçar as desigualdades sociais e regionais. Ao final do governo FHC, o então ministro da Educação declarava que o investimento prioritário do governo tinha sido na universalização do acesso ao ensino fundamental e que só a partir daí o Brasil poderia se preocupar com a qualidade. O governo, ao fazer essa declaração, parecia dispor de um tempo social distinto daquele experimentado pelos setores excluídos da população cujas vidas dependem, em grande medida, do acesso ao conhecimento e não só do acesso à escola. A falta de sentido de urgência demonstrada era coerente com a naturalização da exclusão e das desigualdades realizada pelo governo em seu conjunto.

1. A média de proficiência em Língua Portuguesa na 4ª série do Ensino Fundamental em 1995 foi 188,3, em 2001 foi 165,1; na 8ª série em 1995 foi 256,1, em 2001 foi 235,2; na 3ª série do ensino médio a média em 1995 foi de 290,0, em 2001, 262,3. Em Matemática na 4ª série do ensino fundamental as médias passaram de 190,6 para 176,3; na 8ª série do ensino fundamental as médias passaram de 252,2 para 243,4 e, na 3 ª série do ensino médio, de 281,9 para 276,7.

Podemos então notar que a opção pelas políticas de focalização não se referiu apenas ao volume de recursos investidos pelo Estado, mas ao ideário orientador da política educacional. O governo brasileiro durante a era FHC abdicou do papel de colocar o Estado a serviço da inclusão e da superação das desigualdades de toda ordem. Tudo isso em nome de um fatalismo histórico que não fez mais que justificá-las, comprometendo o futuro de pelo menos uma geração de jovens e, dessa maneira, o desenvolvimento do Brasil – perspectiva abolida do ideário teórico e político que sustentou os governos do PSDB.

É preciso destacar que a ausência de investimentos da União, visando fortalecer os municípios na ampliação da oferta de educação infantil (uma vez que o Fundef limitou a possibilidade de expansão desse nível de ensino,[2] nos municípios); as políticas pontuais em relação ao ensino médio; o congelamento da expansão das escolas técnicas e a falta de investimento nas universidades públicas são parte do mesmo processo.

Essa linha de atuação foi inaugurada pela reforma da constituição prevista na Emenda 14, que alterou os incisos I e II do artigo 208 do capítulo da Educação na Constituição.

As modificações foram na direção de tornar prioritário o atendimento educacional regular no ensino fundamental às crianças e jovens e eliminar a obrigatoriedade da oferta desse nível àqueles que a ele não tiveram acesso em idade própria. Em contrapartida, as alterações apontaram a perspectiva de universalização do ensino médio como se o país pudesse e tivesse que optar entre um segmento ou outro da população.

Como decorrência dessa concepção, a Emenda redefiniu também o papel da União no que toca à assistência financeira e técnica aos estados e municípios. O texto constitucional, em seu artigo 211, previa que a referida assistência estaria voltada ao desenvolvimento dos sistemas de ensino, em geral, e a escolaridade obrigatória (ensino fundamental) em particular. A mudança realizada restringiu esse papel circunscrevendo-o às funções redistributivas e supletivas, cabendo aos municípios e estados o financiamento de seus sistemas de ensino. No mesmo sentido, foi introduzido nesse artigo um parágrafo voltado a restringir a colaboração entre estados e municípios ao atendimento ao ensino obrigatório, à época o ensino fundamental.

2. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), de natureza contábil, visava distribuir responsabilidades e recursos entre os estados e seus municípios para o atendimento exclusivo do ensino fundamental. Ele foi criado pela Emenda Constitucional 14 de 12.09.1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424, em dezembro de 1996.

É preciso registrar com ênfase que a colaboração entre os entes federados prevista, e não regulamentada, no artigo 211 deixava de ter como horizonte a educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e passava a estar adstrita ao ensino fundamental.

A esse respeito vale destacar que a confusão entre direitos e favores, histórica em nossa cultura política, promoveu o rebaixamento dos padrões de percepção e identificação dos direitos sociais, civis e humanos. A maioria dos governos depois da ditadura (1964-1985) promoveu ações espetaculares que não configuraram efetivamente políticas e, ainda menos, o direito à educação. O discurso neoliberal prometendo eficiência e competência, aos olhos da sociedade, destacou-se dessa tradição, de tal modo que as políticas de focalização foram apresentadas e percebidas socialmente como prioridades incontornáveis e necessárias em um país historicamente tão desigual.

A política educacional desenvolvida pelo governo Lula mostrou que o que parecia contingência foi tão somente escolha.

OUTRA CONCEPÇÃO

O governo Lula está transformando a educação brasileira, está mostrando que outro caminho é necessário e possível.

Em primeiro lugar porque honrou a definição constitucional, fruto da luta de milhares de educadores, pais, alunos e trabalhadores no país, que estabelece a educação como um direito. Para assegurá-lo estabeleceu uma política nacional de educação envolvendo todos os níveis, modalidades e etapas, bem como ampliou as condições de seu financiamento e deu passos importantes para a organização de um Sistema Nacional de Educação.

Em segundo lugar, como decorrência dessa concepção, o governo desenvolveu políticas voltadas à universalização da educação básica com qualidade e gestão democrática, envolvendo aqui o estabelecimento de uma política de inclusão, uma política voltada à educação de jovens e adultos, uma política voltada a atender às crianças, jovens e adultos no campo, uma política voltada à valorização da diversidade e compromisso com a superação de toda forma de discriminação e compromisso com a igualdade de gênero e étnico-racial. A aprovação do Piso Salarial Nacional (Lei 11.738/2008) e a tramitação da lei que fixa diretrizes nacionais de carreira estão contribuindo para um processo de valorização dos profissionais da educação que possibilite hoje maior dedicação a uma escola e aos alunos e, no futuro, que as próximas gerações queiram e possam se dedicar à docência. Destaque-se, aqui, no âmbito do ensino médio, a expressiva ampliação da oferta de educação

técnica e tecnológica, tendo como centro articulador os Institutos Federais de Educação (Ifes).

No caso do ensino superior, o compromisso com a ampliação do acesso foi assegurado por meio da expansão de vagas no ProUni e nas universidades federais, mas ao lado da política de expansão, a perspectiva de qualificação do ensino superior foi concretizada por meio do aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e de expressivos investimentos nas universidades federais públicas.

É preciso assinalar que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) articulou esse conjunto de políticas, incluindo-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)[3] que, coerente com a perspectiva apontada, passou a financiar a educação básica.

Em terceiro lugar porque buscou construir essa política nacional em diálogo com inúmeros setores sociais, mobilizando-os para que a educação se tornasse prioridade na agenda nacional. A Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em março de 2010, precedida das Conferências de Ensino Técnico e Tecnológico e da Conferência da Educação Básica, mostrou a disposição e o compromisso de governos municipais, estaduais, parlamentares, entidades, sindicatos, educadores, pais, estudantes, intelectuais e funcionários em discutir os rumos da educação nacional e, sobretudo, em definir propostas para o Plano Nacional de Educação que deverá ser aprovado até 2011.

A elaboração dessa política com a sociedade está permitindo a construção de consensos importantes no país, na perspectiva de torná-la prioridade, sem descuidar do necessário debate de ideias e concepções sobre o papel contemporâneo da educação, sobre as condições de produção do conhecimento, e da cultura em uma época em que as mudanças relativas a tempo e espaço são tão profundas; em que a possibilidade de acesso às informações em função da difusão da informática e da internet é cada vez maior.

O principal desses consensos diz respeito à construção do Sistema Nacional de Educação, para o que a regulamentação do regime de colaboração, previsto no artigo 211 da Constituição, é o primeiro passo.

Trata-se de avançar para a articulação de responsabilidades e competências entre os entes federados e para maior participação da sociedade nos conselhos vinculados à educação, bem como no Fórum Nacional de Educação a ser criado por sugestão da Conae.

3. Regulamentado pela Lei 11.494/2007.

É preciso indicar também que no âmbito da educação básica a política nacional de formação de professores desenvolvida pela Capes, a perspectiva do piso salarial nacional dos professores, associada ao projeto de diretrizes nacionais de carreira, que estabelece uma jornada de trabalho voltada a favorecer a permanência do professor na escola[4], são medidas que apontam para mudanças significativas na vida das escolas brasileiras. Para que a escola se constitua em um centro de produção, organização e difusão da cultura é imprescindível que o professor possa dedicar-se com seus pares a processos de acompanhamento dos alunos, que possa estudar e escrever, que possa participar sistematicamente de reuniões pedagógicas de elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico e do currículo, voltadas a compreender e interpretar as possibilidades e dificuldades dos estudantes no âmbito de avaliações processuais deles e da escola.

Além disso, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), como norteador do compromisso Todos Pela Educação e do estabelecimento dos Planos de Ações Articuladas (PAR), permitiu que os investimentos federais, técnicos e financeiros fossem destinados tendo-se como critério as necessidades dos municípios, buscando-se dessa maneira promover equidade na oferta educacional. Aqui temos uma mudança fundamental de paradigma, pois o sentido da avaliação passa a ser o de indicar ações específicas para cada situação, de acordo com as necessidades de cada lugar, isto é, assegurando que o Estado ocupe seu papel. Melhor explicando: referimo-nos aqui ao papel de buscar promover condições para realização da equidade, o que é totalmente distinto de uma política voltada a avaliar para promoção da competição entre sistemas ou unidades educacionais. É distinto ainda, das concepções que pretendem identificar apenas lacunas no processo de aprendizagem dos alunos, em vez de possibilidades reais, apontando o professor como responsável pelo chamado fracasso ou sucesso. Nesse caso, vale mais uma vez sublinhar que não se pode reduzir a complexidade do processo educacional a uma inespecífica competência individual dos educadores em sala de aula. Esse discurso sobre a competência se reveste de uma racionalidade que não é e não pode ser universal. Bem ao contrário, seu caráter funcional, e notadamente ideológico, procura reforçar a escola como espaço de reprodução de ideias e conhecimentos básicos para alunos pobres que, por sua condição social, teriam supostamente mais dificuldades de produzir conhecimentos. É o discurso sobre

4. Referimo-nos ao Projeto de Lei 1592/2003, de autoria do deputado Carlos Augusto Abicalil (PT-MT).

a profecia que se realiza. Esse "competente" professor (que não pode "não saber") torna-se um reprodutor que tem seu espírito crítico e investigativo, necessário a qualquer campo de ação humana que se refira à produção de conhecimento, limitado e até inibido. Para haver conhecimento é preciso que haja dúvida e experiência, com a elaboração que dela decorre. Esse discurso oculta uma premissa fundamental: a de que a investigação e a produção de conhecimentos não são caminhos possíveis para os filhos dos pobres das escolas públicas, são experiências para os filhos de outra classe social ou para aqueles que sobreviveram às condições do ensino fundamental e lograram chegar a níveis superiores de ensino. Observe-se que o esvaziamento provocado por esse discurso também torna indeterminado o papel da escola, e de suas dinâmicas; das secretarias de educação, fazendo crer à sociedade, que o professor bem formado tudo pode. A incontornável questão é que para que o professor e a escola possam produzir conhecimento, com o apoio das secretarias de educação e do governo federal, é preciso que haja o compromisso, das esferas de governo envolvidas, com uma educação que lute pelo destino de milhares de crianças e jovens e que, em decorrência, dispute aguerridamente a sua condição de exclusão. Sublinhe-se, portanto, que essa perspectiva não reconhece como válida e natural a tese de que alunos pobres estão fadados a aprenderem apenas o mínimo em função de sua condição social. Não. É preciso perseguir objetivos que permitam o crescimento intelectual e cognitivo dos estudantes. Tal crescimento não pode ser apreendido e incentivado apenas por avaliações nacionais, razão pela qual a complexidade do processo educacional precisa ser, a um só tempo, identificada e compreendida para que as políticas em todos os municípios do país proporcionem a inclusão e a garantia do direito à construção de conhecimento.

É preciso superar junto à sociedade certo ideário que entende que aos filhos dos trabalhadores não é possível oferecer possibilidades de criação e reflexão, capacidade analítica, de síntese, de comparação, de identificação, de formular problemas e buscar respondê-los. É preciso superar um ideário que não admite mediações com o conhecimento dos alunos, como se subjacente a essa perspectiva pedagógica não houvesse outra, política, que pretende superar a naturalização da miséria e das desigualdades sociais e culturais.

Outra dimensão importante a ser destacada diz respeito ao ensino técnico, ainda no âmbito da abordagem sobre a educação básica. Além da expressiva expansão de vagas no país, em 2003 tínhamos 140, em 2010 teremos 214 novas escolas técnicas federais, a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica em cidades-polo abriu a possibilidade de incentivo às políticas de integração

e desenvolvimento regional no âmbito de cada cidade. Tais iniciativas podem a um só tempo impulsionar a articulação de ações no campo das políticas sociais, do desenvolvimento econômico e da formação profissional. Ela possibilita que as cidades e regiões brasileiras planejem de forma integrada a formação profissional, concebendo percursos formativos para os jovens e adultos.

Em relação ao ensino superior: o ProUni, a política de cotas e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a ampliação da oferta do financiamento estudantil, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), associados ao grande investimento nas universidades públicas, por meio do Reuni, permitiram grande ampliação do acesso ao ensino superior no país. Por outro lado, o fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) está contribuindo para a qualificação dos Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes), razão pela qual deve merecer todo o aperfeiçoamento visando sua consolidação no Brasil.

Há, contudo, outro aspecto que tem merecido menor atenção da sociedade, mas representa uma marcante mudança nas condições de produção cultural no país. Referimo-nos aqui ao profícuo diálogo entre o ensino superior e a educação básica, particularmente importante na área da formação de professores por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse diálogo deve continuar, ele é fundamental para os processos de elaboração do projeto político-pedagógico das escolas e creches, para a construção e o desenvolvimento do currículo buscando valorizar uma abordagem multidisciplinar e a relação entre as várias áreas do conhecimento. Essa relação das escolas com as universidades, por meio dos processos de formação, contribui para que as unidades educacionais favoreçam a curiosidade epistemológica e um comportamento investigativo e criativo, seja no que se refere à prática dos docentes, seja em relação aos alunos. Na mesma esteira, o contato sistemático das universidades com a produção e os desafios da escola pública abre possibilidades de pesquisa e produção em muitos campos e pode ampliar os horizontes culturais de todos os segmentos que integram a comunidade educacional.

Essa relação precisa ser incentivada como uma questão estratégica para a realização dos objetivos da educação e a perspectiva de qualidade aqui indicada para todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

As transformações realizadas na educação brasileira nos últimos oito anos resultam do compromisso, do empenho e da política educacional desenvolvida pelo governo Lula. Resultam também da luta realizada nos últimos trinta anos por milhares de alunos, pais, profissionais da educação, intelectuais

e segmentos da sociedade brasileira comprometidos com o direito de crianças, jovens e adultos a uma educação democrática e de qualidade. Nos próximos anos, é fundamental que o governo a ser eleito continue comprometido com a transformação da educação, para que ela seja um direito; é fundamental também que a sociedade brasileira esteja mobilizada para participar do debate sobre a política educacional, particularmente sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação. Trata-se de tornar a educação uma prioridade nacional, porque embora o governo Lula tenha feito muito, muito ainda há por fazer se consideramos as desigualdades sociais, regionais e culturais no Brasil.

Parece-nos que um dos grandes desafios do próximo governo será ampliar e explorar o potencial das políticas estabelecidas nos últimos oito anos. Isso requer novos padrões de articulação das políticas públicas, seja internamente ao governo, seja com os governos estaduais e municipais. A superação da miséria e a melhoria nos padrões de distribuição de renda farão com que rapidamente novas demandas sociais surjam. Ao mesmo tempo a necessidade de diversificação de nossa base produtiva aponta o grande desafio de geração e socialização de conhecimento em todos os campos para ampliar a capacidade de produção e, sobretudo, fortalecer as condições de realização da cidadania e de nova vida societária. Esse caminho requer mais que ações verticais e específicas. Supõe que políticas sejam concebidas de forma articulada em várias dimensões para criar novas possibilidades de integração nos municípios e estados. É fundamental potencializar as políticas, os equipamentos públicos e os recursos materiais, incentivando a elaboração e a gestão de políticas no território, levando em conta as necessidades das pessoas. Parece-nos fundamental aperfeiçoar o pacto federativo, para definir políticas que possam ter continuidade e perenidade graças a sua base legal, mas também em função de sua capilaridade em cada lugar do Brasil.

Consideramos que a juventude seja um exemplo dessa possibilidade. Para nós é fundamental, nos próximos anos, pensar iniciativas que busquem assegurar aos jovens, em todas as regiões, o direito ao conhecimento e à cultura por meio da educação artística, científica e tecnológica, por meio do acesso ao esporte e ao lazer. É fundamental também a formação de valores que possibilitem às próximas gerações a luta pela afirmação da liberdade, contra toda forma de preconceito. O desafio de assegurar tais direitos se torna ainda maior se consideramos que teremos nos próximos anos um número expressivo de jovens no país, mais de 50 milhões até 29 anos. É o fenômeno denominado janela demográfica, uma janela porque a tendência é a diminuição significativa da população jovem até 2050. Nosso enorme desafio será o de continuar a

tornar os jovens sujeitos de direitos. Esse pode e deve ser nosso compromisso com as próximas gerações e com o país.

Por isso será tão desafiador quanto necessário aperfeiçoar os mecanismos de gestão das políticas públicas, bem como do pacto federativo. Isso supõe transformação de paradigmas, construção de lógicas e de canais de funcionamento permanentes e sistemáticas. Estamos falando de processos articulados de superação da fragmentação e não de choques (espetaculares) de gestão.

Particularmente no que se refere à educação também muitos serão os desafios. Hoje, como dissemos, temos indicadores nacionais importantes para orientar o desenvolvimento de políticas educacionais e a sua gestão, mas é preciso avançar na direção de incentivar que os municípios formulem políticas educacionais em nível local, em articulação com as políticas nacionais; construam instrumentos de avaliação que permitam planejar e replanejar anualmente as ações, em conjunto com as escolas e creches, de modo a incidir nos problemas e nas possibilidades com a rapidez necessária, considerando-se a duração dos mandatos de quatro anos nas cidades e nos estados. Nesse caso vale destacar a importância de que a avaliação se desenvolva de forma processual, que não se restrinja a indicadores numéricos e envolva os sujeitos da ação educativa. Em relação aos alunos, é fundamental que a avaliação, tal qual previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), seja processual, contínua e cumulativa e faça valer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o que nada tem a ver com processos automáticos de aprovação.

Para tanto, em nível nacional será imprescindível ampliar os indicadores que apreendem a realidade educacional. Devem merecer destaque os pontos que integram os Planos de Ação Articuladas e, ainda, as condições de gestão do projeto político pedagógico de cada escola, o que implica, como já apontado, a garantia de tempo na jornada dos educadores para estudo, análise sobre o processo de produção dos alunos, formação e realização de reuniões pedagógicas. As condições materiais das escolas, a existência e o funcionamento de canais democráticos como conselhos de escola, entidades e/ou espaços de representação dos estudantes também são aspectos a serem valorizados.

Em consonância com essa orientação, será fundamental ampliar os indicadores do Ideb. É necessário que conhecimentos no campo da história, da geografia, das ciências naturais sejam avaliados, visando contribuir para a indução de políticas e para a realização do direito à educação, que deve assegurar as condições essenciais para a interpretação do mundo. A referência nos próximos anos pode e deve ser, a nosso juízo, a base nacional comum dos currículos em cada nível de ensino, prevista na LDB.

Outro desafio estratégico para o país é a superação do analfabetismo. A inclusão social e a diminuição das desigualdades sociais dependem das condições de acesso à cultura e à comunicação, o que requer, evidentemente, a capacidade de leitura e escrita.

Em relação à juventude, outro aspecto central refere-se ao acesso e à qualidade do ensino médio. Sua reestruturação é urgente no país e pode ter como referência o projeto do Ensino Médio Inovador levado a efeito pelo MEC. Parece-nos que a orientação curricular, a relação com os alunos e todo o ambiente escolar devem ser transformados na perspectiva já apontada, a saber: tornar a escola um espaço efetivo de criação e investigação no campo das artes, das ciências e da tecnologia. É preciso que a reflexão sobre o mundo do trabalho e da produção tenham lugar, permitindo maior articulação com a formação profissional em nível técnico. Essa perspectiva nos separa daqueles que pretendem desenhar o ensino médio a partir do Enem.

Por fim, é preciso destacar dois outros desafios estratégicos para a educação brasileira.

Um deles é ampliação dos investimentos em educação em relação ao PIB. Considerando-se a proposta em debate na Conferência Nacional de Educação de que, nos próximos dez anos, se alcance a meta de 10%, é razoável pensar que nos próximos quatro anos se persiga o objetivo de alcançar investimentos da ordem de 6% a 7%. O custo aluno-qualidade, uma vez regulamentado, pode ser uma referência importante para tornar progressivos os investimentos em cada região do país.

O outro, já referido, diz respeito à estruturação do Sistema Nacional de Educação. Muitos aspectos precisam ser considerados para sua organização, na medida em que hoje os sistemas em nível federal, estadual e municipal não têm canais institucionais efetivos de articulação.

Por essa razão, podemos apontar como um dos pontos centrais para o ordenamento do Sistema a regulamentação do artigo 211 da Constituição, que prevê a colaboração entre os entes federados na oferta da educação. Trata-se de prever e fortalecer os sistemas para processos de planejamento integrado do atendimento educacional, por meio da organização da rede física, das matrículas, do transporte escolar, da alimentação escolar, da integração pedagógica entre equipes dos governos estaduais e municipais, entre outros aspectos. Para tanto poderão ter papel ordenador do sistema os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, desde que concebidos em processos democráticos, envolvendo todos os segmentos da educação e a maior participação possível da sociedade em cada lugar ou região.

Muitos ainda são os desafios para que o Brasil se desenvolva promovendo a justiça social e ampliando a democracia, mas observando o extraordinário legado deixado pelo governo Lula, sabemos que o caminho de transformações que nos separa desse futuro é muito menor, sobretudo porque nosso povo acredita e dele participa.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

LUIZ ANTONIO ELIAS

A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL

A política pública para Ciência & Tecnologia no Brasil vivencia um período muito curto de existência, e a palavra inovação só aparece efetivamente com o governo do presidente Lula. O Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa (CNPq), depois a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e todo o processo de formação das grandes instituições que dão base à pesquisa básica no Brasil são muito recentes.

Durante todo o período de 1950 para cá, especialmente até 2003, o que se tem, na verdade, é uma baixa articulação dos processos de C&T, uma fragilidade muito grande do sistema, que se concentrava basicamente no eixo Sul-Sudeste do Brasil, com as grandes universidades. A estrutura industrial brasileira, embora bem diversificada, era fraca no sentido de bancar um processo evolutivo que colocasse o tema da inovação como eixo central da agenda.

A formação de recursos humanos, tendo em vista a vasta base territorial do país, mostrava-se inexpressiva, concentrando-se também no eixo Sul-Sudeste. Os dados da Capes e CNPq claramente demonstram a forte concentração de estruturas de bolsas, especialmente nas grandes universidades brasileiras, no Sudeste do país.

A mudança radical começa em 2003, especialmente com a criação dos Fundos Setoriais, em 1999, que introduz elementos, ainda de forma desarticulada, da função da inovação. Esta passa a ser tomada como eixo central dinamizador do processo, para que venha trazer, a partir da base construída de formação em recursos humanos, maior articulação com eixos do processo produtivo. Não se trata de simples interação universidade/empresa, mas de articulações de políticas voltadas para um consistente planejamento, com focos específicos e pensadas para todo o território nacional.

Apresentarei a seguir alguns dos resultados de determinações dos programas de governo de 2002 e 2006, assegurando um plano nacional que pudesse dar consistência a esse movimento.

DIAGNÓSTICO

Estamos ainda numa posição intermediária, a meta do plano foi atingir o patamar de 1,5% do PIB em dispêndios nacionais, chegando a 2% na década seguinte, ou seja, a partir de 2010. Não é um processo simples. O dispêndio hoje financiado pelo governo é muito mais significativo do que o financiado pelas próprias empresas.

Em nível global, nos colocamos ainda numa posição intermediária, e torna-se necessário mudar a regra dessa matriz. O Brasil tem 48% da sua pauta de exportação formatada em recursos naturais. Embora tenha muita tecnologia no agronegócio brasileiro, ela se concentra fortemente em *commodities*. É diferente de países avançados, em que predominam tecnologias intensivas e diferenciadas, na fronteira do conhecimento da nanotecnologia, biotecnologia, programas sensíveis voltados para novos materiais. A tecnologia intensiva no Brasil se concentra numa pauta de exportação em torno de 17%, enquanto em países como a China esse índice vai a 48% e no Japão a 51%.

No que diz respeito aos dispêndios nas atividades inovativas, como percentual da receita líquida e vendas, em atividades selecionadas da indústria, o Brasil atua muito mais na importação de máquinas e equipamentos para atualização de seu parque tecnológico do que na aquisição de transferência tecnológica de desenvolvimento local ou de pesquisa e desenvolvimento, segundo os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec).

O que se apontou na Pintec, que deu premissas básicas para a elaboração do plano, foi que os custos para o processo inovativo eram elevados e havia riscos econômicos excessivos no sentido de que uma instabilidade de recursos provocasse a não contrapartida da empresa no risco do negócio. Ou seja, constatou-se na fase pré-competitiva uma escassez de fontes apropriadas de financiamento. Portanto, havia no início de 2003 uma forte desarticulação nos níveis de instrumento e principalmente nas fontes de fomento para se canalizar recursos para a C&T e para a inovação.

A distribuição dos pesquisadores se concentra muito fortemente no eixo da institucionalidade universitária, onde eles permanecem em tempo integral. Nesse aspecto, a situação brasileira é hoje inversa a dos países internacionais. Na Coreia, no Japão ou nos Estados Unidos, por exemplo, os pesquisadores estão mais concentrados no eixo das empresas do que nas universidades.

Em nenhum momento, mesmo em 2007, quando se instituiu o plano de C&T, se esqueceu da importância da pesquisa básica como elemento central, indutor do processo de conhecimento no país. Ao lado de se introduzir mais instrumento, mais capacidade, planejou-se elevar o grau de participação do CNPq e da Capes de forma articulada para a pesquisa. E foi necessário também que mudássemos um pouco essa matriz no sentido de trazer o processo de conhecimento para o setor empresarial.

Formamos, a partir de 2003, 36 mil mestres titulados e 10,7 mil doutores titulados. Elevamos, a partir de 2003, a capacidade da produção científica brasileira, medida em artigos científicos indexados em periódicos internacionais, com acréscimo significativo a partir de toda a base de formação de recursos humanos, especialmente da articulação CNPq e Capes. Hoje estamos com patamar de 2,12% de artigos indexados no total mundial. Isso é muito alto e coloca o Brasil entre o 11º e o 15º lugar em publicações e periódicos científicos internacionais.

Porém, do ponto de vista da apropriação do conhecimento para gerar valor, é um índice muito relativo. Evidente que temos um sistema de propriedade industrial muito fraco, o Brasil não conseguiu construir ainda um sistema de inovação industrial, com sua institucionalidade específica para a economia brasileira. O fato concreto é que se patenteia muito pouco o conhecimento no Brasil. O processo de padronização das leis brasileiras aos critérios internacionais, que ocorreu em 1994, de pouco nos serviu, porque as vanguardas não foram construídas e o progresso de conhecimento no Brasil em termos de patenteamento não foi verificado. Fato concreto também é que esse conhecimento, produzido no nível institucional, dentro das universidades, não se traduz na ponta para agregação de valor. Em 2000, o Brasil solicitou e teve a concessão assegurada, pelo escritório internacional norte-americano, de 220 patentes. Em 2006, obteve a concessão de 340 patentes de invenção. Se observarmos a Coreia, em 2000, foram 5.705 patentes. Em 2006, foram 10.643 patentes. Formamos recursos humanos, elevamos a capacidade de mestres e doutores, elevamos a produção científica brasileira, mas não incorporamos esse conhecimento à competitividade da economia brasileira. É uma realidade que, para ser superada, depende de mudarem a estrutura e a matriz da economia brasileira.

FUNDAMENTOS E DIRETRIZES

As premissas norteadoras do plano, com os programas de governo Lula, estabelecem forte correlação entre o grau de desenvolvimento do país e seu esforço em C&T. É necessário, portanto, mudar e alterar aquela correlação

direta segundo a qual pesquisa básica não se transforma em conhecimento, e que não incorporamos valor a partir desse conhecimento.

Nossa meta é alterar a prioridade da importação de máquinas e equipamentos para atualizar o parque industrial brasileiro. É necessário que se produzam aqui tais máquinas e equipamentos. É necessário ter mais patentes no país, que agreguem mais valor ao conhecimento, para o Brasil tornar-se mais competitivo. É necessário que se articule, fortemente, em um novo padrão de desenvolvimento, a política industrial com a política de C&T, elevando a capacidade do país em promover políticas públicas concentradas em eixos estratégicos.

É necessário criar condições de alterar esse padrão de desenvolvimento, olhando a questão da territorialidade, portanto, olhando as questões da desigualdade, introduzindo o eixo social como fator decisivo para construção da política pública.

Isso nos gerou a necessidade de integração, articulação e planejamento de políticas. Portanto, tornou-se fundamental que, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de uma política econômica estável e sustentável do presidente Lula, tivéssemos um Plano Nacional de C&T que se integrasse com as demais políticas e ao mesmo tempo mantivesse um foco claro e objetivo nas outras áreas. Por exemplo, como atuar no complexo industrial da saúde para elevar-lhe a capacidade tecnológica e melhorar a produção de fármacos no Brasil? Como integrar a ação do C&T com o Plano de Desenvolvimento da Educação, elevando a qualidade da Capes na articulação com o CNPq em áreas estratégicas nas quais o país é carente, como a engenharia que fará frente ao Pré-sal? Na área da agroindústria brasileira, como incrementar a capacidade da Embrapa com a agroenergia, no sentido de elevar a capacidade tecnológica do agronegócio brasileiro? Ou, ainda, como olhar o complexo industrial da defesa, com o poder de compra que o Brasil tem hoje, elevando a capacidade científica e a produção local, não só para a defesa nacional, mas para o impacto necessário na cadeia da microeletrônica, na cadeia de plásticos, na cadeia de bens sensíveis?

Como o plano tem uma gestão compartilhada e mantém o foco no investimento, colocar recursos em ciência, tecnologia e inovação não é custo, mas investimento, visando a modernização do parque industrial brasileiro.

Na outra vertente, mantiveram-se dois níveis de atenção, a dimensão regional e a dimensão sistêmica. A questão espacial foi tratada como uma dimensão necessária para o avanço do país: buscou-se o eixo estratégico da articulação federativa com os estados e com os municípios, mas principalmente

com os atores locais, priorizando a oportunidade que cada local oferece para elevar a capacidade produtiva.

Procurou-se articular a política industrial com a política de C&T, introduzindo-se um elemento adicional aos desafios tecnológicos competitivos conjuntos, além do marco regulatório instituído, que é o poder de compra como base de sustentação do processo de crescimento da política de inovação. Portanto, estamos estruturando nas áreas de saúde, pesquisa e desenvolvimento, agronegócio e defesa, as etapas do poder de compra como elemento central, ou seja, um fator decisivo para induzir o processo de inovação no país.

O Plano estabeleceu metas de 2007 a 2010 de investimentos em inovação de 1,5% do PIB, o que certamente alcançaremos em 2010. A intenção é construir uma proposição de plano para a década seguinte, 2010/2020, mas foi necessário dar esse salto inicial, a partir de uma visão realista do processo, para que não se propusesse uma meta inalcançável. A elevação da capacidade dos recursos humanos é o eixo fundamental que está em nosso programa de governo desde 2003, o eixo de desenvolvimento social, voltado para os centros vocacionais, para as olimpíadas de matemática, para os telecentros e para as tecnologias sociais. Temos também um consistente programa nas áreas de saneamento e habitação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério das Cidades.

EIXOS ESTRATÉGICOS

O Plano de organizou em quatro eixos estratégicos:

1º) Expandir e consolidar o sistema nacional de C&T: olhar a interrelação existente entre Capes/CNPq na formação de recursos humanos, mestres e doutores; elevar a capacidade de produção científica em áreas estratégicas sem esquecer as demais; focalizar com firmeza a formação de institutos nacionais daquilo que é excelência no Brasil e colocá-los em rede de forma articulada, para que o conhecimento possa ser gerado a nível nacional; considerar a questão da cooperação internacional como eixo de dimensão necessária especialmente na integração da América Latina.

2º) Promoção da inovação tecnológica nas empresas: introduzir o elemento das Leis Estaduais de Inovação a partir da alteração dos marcos regulatórios estaduais, elevando a capacidade dos estados em ter recursos efetivos para a C&T e Inovação. Introduzir o elemento da suspensão como elemento importante da associação entre empresa e governo para o risco tecnológico, ou seja, as empresas terem necessariamente que colocar contrapartidas para o processo do risco tecnológico no instrumento da suspensão, e elevar a capacidade de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Introduzir o

elemento novo que é o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), um sistema que dê conta de três eixos fundamentais: eixos da inovação, da certificação e metodologia para ser mais competitivo e da extensão.

3º) Eleger dimensões estratégicas da inovação na cadeia produtiva: não olhar os setores tecnológicos à semelhança dos planos anteriores, considerando apenas o setor automobilístico ou o metal-mecânico, mas focar dimensões estratégicas que possam causar na cadeia produtiva brasileira o impacto de uma inovação ou de um processo mais encadeado de desenvolvimento. E para isso, necessariamente, temos que olhar o território, a biodiversidade de recursos naturais em todos os biomas nacionais, não só na Amazônia. O mesmo vale para a tecnologia da informação, a energia nuclear ou o programa espacial brasileiro. A questão é: quais produtos poderão ser utilizados nessas cadeias para que possam ter impacto na cadeia produtiva da economia brasileira ?

4º) Eixo do desenvolvimento social voltado para os centros vocacionais, para a dimensão territorial na sua vertente social e para os telecentros. Temos uma rede nacional de pesquisa que está interligando um conjunto de pontos nacionais ao MEC, e ao mesmo tempo permitindo o acesso das comunidades. Hoje 52% dos acessos se dá basicamente pelas *lan-houses*. Estamos tentando implementar uma mudança nesse quadro ao prover a rede de pesquisa com fibra óptica, garantindo a inclusão social como subproduto do processo. Essa é a determinação do presidente Lula, que deveremos lançar em conjunto com outros ministérios: um programa amplo de banda larga que permita a universalização da acessibilidade. Em consonância com o PAC, é possível obras de infraestrutura: por exemplo, pode-se montar uma antena em uma comunidade ou em algum ponto estratégico que permita a acessibilidade a um conjunto maior de comunidades circunscritas àquela região geográfica.

Verifica-se hoje uma maior interlocução entre os elementos estruturantes deste processo para a consolidação do sistema, desde as universidades e empresas até os entes estaduais reunidos no Conselho de Secretários de C&T e as Fundações de Amparo à Pesquisa.

O sistema foi montado a partir dos avanços verificados de 2003 para cá na produção científica. Foram construídos elementos nucleadores de excelência dentro do país, elevamos a capacidade de produzir pesquisas, mas agora é necessário se apropriar desse conhecimento e, para isso, temos necessariamente que articular as fontes de fomento. São variáveis de uma grande matriz que está sendo formatada em nível nacional.

Identificamos que é necessário ampliar a capacidade de pesquisa científica no Brasil através de grupos de redes temáticas, não mais através do processo de

pesquisas isoladas. É necessário ampliar a capacidade de interlocução mesmo que seja para a ciência básica. É preciso identificar os núcleos de excelência que já têm trabalho em rede, que são promotores do processo de conhecimento e transformá-los em institutos nacionais. Hoje existem 123 institutos nacionais no Brasil, apenas na área da saúde são 39 institutos constituídos.

É preciso articular essas redes com núcleos internos, ou seja, com aqueles atores nacionais, estados, empresas, em um movimento de construção dos próprios institutos. Para tanto, criamos o Sibratec, com o propósito de ultrapassar as pesquisas básicas, chegar aos núcleos de P&D das instituições científicas e transformar os institutos nacionais ou em etapa inovativa ou de certificação e extensão.

A ponta final desse processo é a empresa, ou seja, é preciso criar musculatura para que as empresas participem deste risco de conhecimento com recursos, articulando-os com os pontos de fomento importantes para o processo, como a Finep, CNPq, BNDES, Capes, Ministério da Saúde, Petrobras e Fundações de Amparo à Pesquisa.

Articulamos um programa nacional com essas fontes de fomento de tal maneira que hoje, por exemplo, o programa espacial brasileiro pode elevar a capacidade de visualização do satélite brasileiro para a questão do desmatamento. Não podemos contar somente com satélite internacional, temos capacidade de desenvolver satélite local, impactando a cadeia produtiva brasileira.

Os institutos nacionais combinam pesquisa de fronteira do conhecimento, área estratégica de formação de recursos humanos, educação e divulgação de ciência em parceria com academias, órgãos públicos e órgãos das empresas estatais. Os institutos nacionais trabalham em rede, estão em quase todos os estados brasileiros e se estruturam a partir de redes temáticas. Foram 609 milhões de reais distribuídos, dos quais 216 milhões das Fundações de Pesquisa, 30 milhões da Capes, 17 milhões do Ministério da Saúde, 22 milhões do BNDES, 24 milhões da Petrobras, 190 milhões do Fundo Setorial e 110 milhões do CNPq. Isso dá uma dimensão desta base da articulação que não existia até o governo Lula. Antes, era cada um para si, atuando de forma fracionada. Foi realizado um trabalho exaustivo nos últimos três anos para mobilizar as Fundações de Amparo à Pesquisa, para que os governos estaduais reproduzissem nas suas legislações a lei de inovação, garantindo recursos para a C&T.

Foram muitas as áreas de conhecimento contempladas, entre outras, as Ciências Sociais com dez programas; 39 institutos na área da Saúde, sete na área da Amazônia, sete na área de Ciência & Tecnologia.

A natureza jurídica do instituto foi definida segundo um edital nacional que criou uma condicionalidade de participação: 1) instituir redes nacionais; 2) ter excelência com conjunto de critérios para demonstrar que a rede tem excelência nacional e internacional, julgado por comitê internacional isento; 3) ter capacidade de produção científica e conhecimento demonstrado. São institutos a ser avaliados anualmente, que deverão estar vinculados ao processo industrial e que terão que responder ao investimento da sociedade para dar o resultado do processo coletivo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES

Em relação às leis estaduais de inovação, temos dez estados com leis sancionadas (AM, CE, PE, BA, MT, MG, RJ, SP, SC e RS); um estado com projeto de lei aprovado, duas unidades da federação com projeto de lei em tramitação, quatro estados que elaboraram minuta de lei. Portanto, com as leis estaduais de inovação, teremos estabelecido em todo o Brasil, ao final do governo Lula, um instrumento importantíssimo para assegurar recursos humanos, pesquisa e conhecimento ao nível local.

Concentramos esforços na política industrial na última chamada pública da Finep, em 2009, com programas mobilizadores de saúde, bio e nanotecnologia, defesa e segurança pública, energia, desenvolvimento social e tecnologia da informação.

Há também o Programa de Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), em parcerias com Secretarias de C&T, Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e municípios; articulação com Escolas Técnicas/MEC. São centros de apoio à capacitação tecnológica e ao ensino de ciência para formação e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando a melhoria dos processos produtivos locais. O CVT é um elemento agregador, desde que bem trabalhado no processo.

Estão sendo construídos Centros Vocacionais Tecnológicos nos Territórios da Cidadania, com municípios eleitos e ações que podem ser reforçadas, mirando os elementos centrais para o processo de inclusão social por meio dos centros vocacionais tecnológicos, dos telecentros ou da acessibilidade pela banda larga.

Os recursos do Ministério da C&T e de outras fontes federais, de 2007 a 2010, somaram 41 bilhões de reais disponibilizados para que cada um dos atores tenha uma fatia nesse processo e se articulem cada vez mais os programas, identificando os problemas locais do município, gerando emprego e renda.

As conclusões do Plano podem ser assim resumidas: abrange toda a extensa gama de atividades de C&T no Brasil com a formação de recursos

humanos, pesquisa básica e pesquisa aplicada; prevê um vasto leque de instrumentos e iniciativas para incentivar a criação de empresas de tecnologia, a inovação nas empresas e a articulação e o fortalecimento dos institutos tecnológicos de apoio às empresas, o que corresponde a um verdadeiro PAC da inovação.

Elege áreas estratégicas para P&D: tecnologias da informação e comunicação, biocombustíveis, agronegócio, insumos para a saúde e energia nuclear; dá relevância à divulgação de C&T, à melhoria do ensino de ciências e a atividades para inclusão social com ênfase no desenvolvimento regional.

A política brasileira de C&T tem apoiado fortemente a formação de recursos humanos, a pesquisa básica e a pesquisa aplicada. A variedade de mecanismos de apoio e de incentivos à inovação nas empresas foi ampliada: capacitação de recursos humanos com foco nas engenharias e nos setores estratégicos, apoio à absorção de pesquisadores pelas empresas, apoio financeiro às atividades de PD&I nas empresas, apoio à cooperação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas, apoio ao fortalecimento dos institutos tecnológicos, fomento à criação e à expansão de capital de risco, utilização do poder de compra para incentivar as empresas intensivas em tecnologia. Nas décadas passadas foram dados passos importantes para tratar C&T como uma questão de Estado, bem como para transformar o Sistema Nacional de C&T em alavanca decisiva para o desenvolvimento do país. Nos próximos anos, a Lei de Inovação, a "Lei do Bem", e a expansão dos programas governamentais de apoio à P&D nas empresas deverão mudar o cenário da inovação no Brasil.

A política de C&T, enfim, enfatiza o desenvolvimento regional e a diminuição das desigualdades.

NEWTON LIMA

CIÊNCIA & TECNOLOGIA EM UM NOVO PROJETO DE NAÇÃO: DIRETRIZES, METAS E DESAFIOS

As considerações gerais que eram feitas no Programa de Governo em 2002 para Ciência & Tecnologia partiam de alguns marcos analíticos, construídos a partir de sete seminários nacionais. A C&T tem importância estratégica para a soberania nacional e para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, era patente a falta de integração e de utilização deste potencial para enfrentar os grandes problemas nacionais e as grandes desigualdades regionais. Existiam também muitos doutores e pessoas altamente qualificadas sem emprego, já que o Estado era o maior empregador, e quase o único.

O Ministério da Ciência & Tecnologia se fortaleceu relativamente nos últimos anos, na gestão do ministro Ronaldo Sardenberg, que atuou no sentido de buscar sua valorização e de integrá-lo a uma visão estratégica nacional. A criação dos Fundos Setoriais constituiu uma medida inteligente e possibilitou um aumento substantivo de recursos para C&T.

No entanto, o sistema de C&T do país, embora já tenha uma base razoável, ainda está longe de ter adquirido estabilidade e apresenta muitas fragilidades. Entre as suas fraquezas diagnósticas em 2002, destacavam-se:

1) A ausência de uma política de C&T integrada com as necessidades socioeconômicas, o que ficava também acentuado pela inexistência de uma política industrial adequada e de programas efetivos de inovações.

2) A significativa redução do apoio à pesquisa básica ocorrida nos últimos anos.

3) A falta de integração entre os diversos ministérios. Este problema ainda persiste hoje, embora em menor grau.

4) A ausência de ações integradoras no uso dos recursos dos fundos setoriais.

5) A centralização excessiva do sistema federal e a sua fraca interação com os sistemas estaduais e municipais.

6) A infraestrutura deteriorada de instituições de pesquisa e universidades, a situação crítica da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), completamente descapitalizada quando assumimos o primeiro governo.

7) A falta de políticas bem definidas e consistentes em áreas estratégicas como a de defesa nacional, nuclear e programa espacial.

8) A ausência de uma maior participação da comunidade científica e tecnológica na formulação das políticas.

As propostas do Programa de Governo apresentadas por Lula na 54º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2002, em Goiânia, abriam-se com a seguinte frase: "Para nós, o desenvolvimento científico e tecnológico é uma questão de soberania nacional. A superação de nossos graves problemas econômicos e sociais está intimamente ligada à criação e ao uso do conhecimento. A ciência e a tecnologia (C&T) no nosso governo serão usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, expandir postos de trabalho, promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos brasileiros. O nosso programa de C&T estará, portanto, intimamente articulado com nosso projeto de nação e visa contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país".

A partir desta premissa, o candidato Lula traçava as seguintes metas:

1) A política de C&T será tratada como um problema de Estado e não só de governo.

Procuraremos envolver de maneira permanente as universidades, instituições de pesquisa, empresas da área tecnológica, as organizações sindicais e outros setores da comunidade científica na formulação das políticas de C&T. Buscaremos implementar ações integradas e uma interação permanente em todos os níveis de governo (União, estados e municípios). A atuação do governo federal estará fortemente direcionada aos objetivos do desenvolvimento do país, da distribuição de renda e riqueza, da geração de empregos e da melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

2) O Estado terá papel indutor estratégico essencial na política de C&T.

Conforme prioridades democraticamente definidas, estabeleceremos projetos axiais que merecerão apoio financeiro, mobilização da comunidade de C&T, assim como proteção às atividades industriais relacionadas. Buscaremos

democratizar o acesso da população a tecnologias eficazes e de baixo custo que promovam a melhoria das condições de vida, especialmente da população carente.

3) Recuperar e aprimorar o Sistema Federal de C&T.

Entre os pontos a serem enfrentados, está o aumento substantivo no fomento à pesquisa básica, com garantia de continuidade; e a revisão do processo existente de competição individualizada, que tem pulverizado as iniciativas e enfraquecido instituições. Serão alocados recursos institucionais, não só para projetos individuais. Os Fundos Setoriais, um mecanismo novo e importante de financiamento, serão mantidos e ampliados, mas seu funcionamento será aprimorado, com uma estrutura de gestão mais democrática e uma utilização integrada aos interesses mais gerais do desenvolvimento nacional. Esses fundos representarão um acréscimo efetivo de recursos e não uma desculpa para se cortar recursos de outras áreas de C&T.

4) Os gastos em C&T não serão tratados apenas como custos correntes, mas como investimento num futuro melhor.

Teremos como meta, pela alocação de recursos públicos e estímulo ao investimento privado em C&T, aumentar progressivamente o percentual do PIB para esta área, que é hoje de menos de 1% do PIB, para algo próximo de 2% do PIB no final do nosso mandato, incluindo aí o apoio a alguns segmentos específicos de pós-graduação que definirmos como prioritários.

5) A vocação para a pesquisa da universidade pública será fortalecida.

As universidades públicas e institutos de pesquisa serão valorizados, terão um programa para a recuperação de sua infraestrutura e ganharão maior autonomia; mas serão cobradas a responder de forma mais eficaz às demandas da sociedade. O papel dessas instituições será ampliado em um abrangente projeto nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial. Será institucionalizada a relação das universidades públicas e institutos de pesquisa com empresas, pela definição de regras precisas e transparentes. Elas são um espaço privilegiado para a produção livre e crítica do conhecimento. É essencial a importância da liberdade de pesquisa, mas isto não pode resultar em falta de compromisso social.

6) As políticas industrial, agropecuária e de serviços serão articuladas às de C&T.

Isso é essencial para que a capacidade tecnológica alcançada no país possa redundar em benefícios econômicos e sociais para a população, bem como para a preservação e conservação dos nossos recursos naturais. O governo implementará uma política nacional de inovação, que esteja também em

consonância com a realidade e as necessidades regionais, buscando articular os sistemas locais de inovação e de produção.

7) Serão implementados processos e mecanismos para a democratização das decisões em C&T em todos os níveis, envolvendo a comunidade científica e tecnológica, e representantes da sociedade.

A formulação e a implementação de uma política renovadora, abrangente e democrática em ciência e tecnologia não é um problema só do governo federal: exige a participação intensa e permanente de todos os setores da sociedade brasileira, em particular da comunidade científica e tecnológica.

O grave problema das desigualdades nacionais, que também se reflete na nossa estrutura nacional de C&T, será enfrentado com decisão e mecanismos diferenciados. Questões de C&T que demandam definições políticas que dizem respeito à soberania nacional – como o uso soberano da Base de Alcântara, a crise do setor elétrico, a utilização da tecnologia nuclear, os usos da engenharia genética –, serão discutidos e tratados de maneira ampla e democrática, envolvendo os variados setores da sociedade e estabelecendo mecanismos de participação popular.

8) Adotaremos uma política externa de cooperação internacional, respeitando direitos assumidos por todos, mas se atuará com decisão se contrapondo às legislações restritivas e lesivas aos interesses nacionais.

A partir de discussões amplas com agentes de ciência e tecnologia, com entidades empresariais e sindicais e com parlamentares, será definida uma política que permita resguardar interesses nacionais em face das questões de propriedade intelectual, de intercâmbio de bens, serviços e conhecimentos. Será combatida sem tréguas a biopirataria e defendidos os nossos direitos sobre os conhecimentos aqui produzidos, assim como nossos recursos de biodiversidade.

9) O ensino de ciências no país será melhorado e o governo estabelecerá um Programa Nacional de Popularização da Ciência, envolvendo instituições científicas, universidades, centros e museus de ciência.

É fundamental não esquecer que a ciência tem também outro papel fundamental, além das suas aplicações tecnológicas no plano econômico: é o valor do conhecimento científico em si, como patrimônio cultural de toda a humanidade, como educação. É importante que o cidadão brasileiro adquira um conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento para que ele possa entender melhor o seu entorno e atuar com conhecimento de causa.

10) Será criado um programa de emergência para a recuperação da infraestrutura de ciência e tecnologia, para evitar maiores perdas no potencial de que o país ainda dispõe.

Nosso governo estabelecerá uma ação mobilizadora nacional que buscará estimular e atrair cientistas, técnicos, estudantes, empresários, trabalhadores etc, para a construção de um processo em que a ciência e a tecnologia sejam alavancas para o desenvolvimento do país e para a superação de seus graves problemas econômicos e sociais.

Para isso, estava sendo programada uma avaliação criteriosa e participativa dos centros de pesquisa, no tocante às suas condições materiais, de suas carências, bem como das necessidades de qualificação de seus membros e de aprimoramento da sua produção científica.

Já no programa de governo de 2006, trazíamos as seguintes considerações:

O primeiro mandato do presidente Lula na área de C&T foi bastante positivo. Os principais avanços foram:

1) Aumento significativo de recursos para a área.

2) Fortalecimento do Sistema Nacional de C&T e a realização de parcerias com secretarias estaduais de C&T e entidades da área.

3) Introdução de legislação de incentivo à inovação.

4) Expansão de bolsas em todas as modalidades.

5) Inclusão social colocada na agenda de C&T: criada a Secretaria de C&T para Inclusão Social (Secis) e executados novos programas e ações nesta área.

Já para o segundo mandato, as diretrizes foram:

1) A C&T não pode ser pensada de forma estanque e sim como uma poderosa ferramenta de indução do processo de desenvolvimento nacional, nos planos econômico e social. Uma moderna concepção de C&T tem desdobramentos em praticamente todos os ministérios, inclusive os de área social, necessitando que seja pensada e realizada como uma política pública de forma transversal. Muitas das iniciativas executadas nestes primeiros quatro anos foram implementadas de forma desarticulada. São muitos os exemplos de sobreposição de ações e de ausência de transversalidade.

2) A C&T deve ser vista como política de Estado e como ferramenta fundamental para o desenvolvimento nacional. O governo Lula ancora-se no binômio: inovação (possibilitando maior desenvolvimento) e inclusão social (contribuindo para a redução das desigualdades sociais). A meta prioritária no segundo mandato de melhorar drasticamente a qualidade da educação no Brasil deverá ter na C&T um aliado decisivo.

3) Além das propostas voltadas para a inclusão social colocadas no Programa de Governo de C&T, é preciso trabalhar de forma decidida a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse

social, reunindo as condições de mobilização do conhecimento para que se atendam as demandas da população como um todo, sobretudo dos mais necessitados.

Enfim, estes são alguns aspectos importantes das políticas públicas para C&T, que nos diferenciam, e que têm marcado as ações dos governos Lula em 2002 e 2006.

CULTURA

JUCA FERREIRA

UMA REVOLUÇÃO NA POLÍTICA CULTURAL

A política cultural é uma marca forte e singular do governo Lula. Fizemos – sem abusar da palavra – uma verdadeira revolução na área da cultura. A nossa sociedade tem dificuldades em entender a importância da cultura como política pública, como satisfação das necessidades humanas, e em dimensionar seu papel no desenvolvimento de uma nação.

O que construímos é um patrimônio do governo Lula, reconhecido internacionalmente. Muitos interlocutores nessa área, a exemplo de Henrique Iglesias, que dirige hoje a Secretaria Geral da Comunidade Ibero Americana, têm dito em vários fóruns internacionais que a brasileira é hoje a política cultural mais desenvolvida no mundo. Diretrizes de nossa política cultural são fonte de inspiração na Europa para as políticas voltadas aos imigrantes, na China, especialmente quando a questão diz respeito a patrimônio, e na América Latina, sobretudo nos aspectos afeitos à diversidade cultural.

Não basta aumentar o poder aquisitivo da população ou reduzir a desigualdade sob o ponto de vista da diferença de acesso a bens materiais. Há pelo menos duas questões que não podem deixar de fazer parte de qualquer política governamental e em um projeto de nação. Uma é a educação para todos e, a outra, acesso pleno à cultura. Cheguei recentemente de Cuba. O ministro da Cultura cubano disse que, em certos momentos, quem assegura a coesão do país é essa unidade cultural conquistada. Vejam: enquanto a tiragem de livros no Brasil é, em média, de cinco mil exemplares, em Cuba é de 120 mil, uma ilha de doze milhões de habitantes. Guardadas as diferenças e reservas em relação à estrutura geral e política de cada um dos dois países, há referências importantes em comum. Quando falei de nossos conceitos de política cultural, eles

ficaram muito entusiasmados, especialmente pelo que podem assimilar de nossa experiência.

É preciso completar esse processo. Ao assimilar essa política pública que estamos desenvolvendo, modifica-se a qualidade do discurso do governo. Porque é um governo plural e complexo que precisa de hegemonia conceitual e política. É por meio da afirmação conceitual que se garante a possibilidade de não ter na diversidade e complexidade a dispersão, mas, ao contrário, enriquecimento.

DIAGNÓSTICO

Quando chegamos ao Ministério, percebemos imediatamente a fragilidade do Estado brasileiro em nossa área. O que havia sido constituído historicamente foi destruído no governo Collor. De lá para cá houve uma pequena recuperação de um ou outro aspecto. Mas a fragilidade desta área é imensa e se deve ao fato de que a cultura nunca foi vista como necessidade básica, mas como algo supérfluo e secundário. A não ser em um ou outro aspecto, como por exemplo, na área de patrimônio. Algo grandioso foi feito na política de patrimônio, iniciada pelos modernistas brasileiros e fortalecida durante toda a construção do Estado moderno brasileiro. Chegamos a ter no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) uma das três burocracias brasileiras mais qualificadas, ao lado das Forças Armadas e do Itamaraty. Entretanto a encontramos em estado lamentável, com já quase trinta anos sem nenhum concurso: pessoas se aposentando, morrendo, sem que se promovesse qualquer renovação em seu quadro técnico. A tal ponto vexatório, que há três meses recebi a visita de uma dirigente intermediária do Ministério da Cultura, dizendo que poderia se aposentar já há dois anos e não o fez porque não queria levar o que desenvolveu no Iphan para sua casa. Era um patrimônio da nação. Ela nos pedia o favor de fazer um concurso para que pudesse passar adiante o conhecimento que tinha acumulado. Foi um depoimento desesperado de uma pessoa com espírito público, preocupada com a descontinuidade de seu fazer.

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) é também um bom exemplo. Estava num grau de fragilização enorme. Ela foi a principal instituição cultural da redemocratização, a mais criativa e importante na política cultural do Estado brasileiro. Encontramos um ministério que não estava à altura da grandeza, da criatividade do povo brasileiro, muito menos da diversidade e riqueza cultural do Brasil. Não existia um conceito de política pública no Ministério. O Ministério era uma instituição para atender às demandas dos

artistas; desenvolvia, dentro de uma perspectiva de troca de apoios, um sistema de cooptação simplório.

Fizemos uma compilação dos principais discursos do ministro Gil. No primeiro discurso, ele pontua que era preciso tratar a cultura na sua abrangência. Ou seja, cultura não é só arte, muito menos arte consagrada. É importante compreender a cultura como corpo simbólico de uma nação. Tudo que ultrapassar o limite funcional é cultura, tudo que tem carga simbólica é cultura. Ele propôs uma ampliação do conceito, capaz de incluir toda a complexidade da cultura brasileira. Evidentemente que astronomia, cultura digital, manifestações tradicionais, patrimônios, desenvolvimento da linguagem, *design*, fazem parte da cultura. Essa ampliação do conceito teve papel fundamental no que o governo Lula acabou fazendo em termos de política cultural. E preparou a segunda grande mudança. Deixamos de tratar a política cultural como mecanismo de troca com os artistas.

Tivemos certa dificuldade com os que tinham privilégios. Mas, ao mesmo tempo, abrimos enormes avenidas de diálogo com a população e com artistas e criadores que não tinham nenhuma atenção do Ministério. Isso criou a base para tratar a cultura como política pública. A partir daí, começamos a estruturar as referências gerais e instrumentos de planejamento dessa política, conceitos, planos plurianuais e anuais, planos setoriais também.

O universo da cultura sempre foi vasto, trata do patrimônio em toda a sua complexidade, do desenvolvimento das linguagens artísticas, manifestações tradicionais etc. Quando procuramos abarcar esse universo dentro das nossas limitações nos deparamos com o menor orçamento do governo e com uma estrutura inadequada para atender a grandeza da missão.

Ao mesmo tempo, tivemos a preocupação de desenvolver a ideia de que a intervenção cultural do governo não pode ser só uma missão do Ministério da Cultura. Temos que fazer articulações verticais com outros entes da federação, com os estados e municípios e, dentro do próprio governo, promover interatividades com a área da educação, que é muito óbvia, mas também com a área da Justiça, por exemplo. As políticas de segurança pública hoje no mundo são muito mais eficientes quando compreendem que quanto mais cidadania, mais haverá satisfação das necessidades. Com mais diálogo, mais lazer, mais atividade cultural, as comunidades se tornam mais qualificadas. E as ações sociais também. Assim, os índices de violência e barbárie se reduzem bastante. Temos que substituir a repressão por uma ação mais complexa, mais generosa quando ao papel do Estado na garantia da segurança pública.

O terceiro ciclo de mudanças no Ministério da Cultura, além da criação dos fundamentos de uma política pública e da interssetorialidade, deriva da compreensão de que devemos tratar a cultura em três níveis: como fato simbólico, como direito de cidadania e como economia. O Brasil pode em pouco tempo tornar-se a quinta maior economia do mundo. A cultura traz um valor agregado, absolutamente ecológico, no sentido da relação entre o impacto e o benefício. Além de ampliar a repercussão da sociedade brasileira no mundo, facilita as relações internacionais.

Esse terceiro ciclo de mudanças consolidou-se e, a partir daí, começamos a trabalhar no sentido de dar vida a isso. Não só quanto ao aprofundamento dos conceitos, mas quanto ao desenvolvimento das políticas gerais e das políticas setoriais.

ESTRUTURA CULTURAL E COMPLEXIDADE SOCIAL

Vale um exemplo para mostrar a importância da mudança que realizamos: os povos indígenas nunca tinham tido uma relação sistemática com o Ministério da Cultura, as poucas vezes foram ocasionais e eventuais. Passamos a trabalhar com povos indígenas como componentes importantes da população.

Enfrentamos situações que ainda não estão devidamente equacionadas. Acostumamo-nos a ver o Brasil como uma sociedade mestiça, oriunda de três grandes matrizes: a contribuição europeia, que os portugueses trouxeram como colonizadores, a contribuição dos africanos, que vieram como escravos e demonstraram riqueza cultural e capacidade de singularizar a sociedade brasileira, e a contribuição indígena. Mas desde o final do século XIX e começo do século XX, recebemos um fluxo migratório de várias partes do mundo. Hoje somos o maior laboratório multicultural do mundo, temos aqui mais libaneses do que no Líbano, a maior colônia japonesa do mundo, mais de um milhão de eslavos, ucranianos e poloneses, alemães, temos quase 30 milhões de descendentes italianos. E com uma característica muito original do Brasil: apesar de todas as desigualdades, preconceitos e discriminações reais, todos se sentem brasileiros e não há nenhuma fronteira rígida que nos separe. Essas contribuições culturais de outras identidades, mesmo as que não são ainda assimiladas, acabarão por ser, o que tornará esse país muito mais rico e complexo.

Quando foi apresentado o projeto do pré-sal, usei a reserva técnica adquirida com essa discussão dentro do Ministério da Cultura. Na apresentação da ministra Dilma Roussef, um trecho falava sobre diferenciais competitivos e dizia ser o Brasil um país seguro, sem grande fissura social. Pedi a palavra

e disse que, na verdade, segurança e insegurança, instabilidade e estabilidade são fatos históricos e não naturais. Na medida em que a gente passa a ser um país rico em petróleo, podemos ser alvo de ações de desestabilização do país. Onde há riqueza de petróleo e não há uma estrutura institucional e social forte, a tendência natural é que os grandes interesses mundiais, econômicos, mesclados com Estados poderosos, venham a interferir em outros. Como construir uma estabilidade que de fato possa enfrentar qualquer ação externa desestabilizadora? Primeiro, diminuindo as desigualdades, depois, gerando um padrão educacional e construindo uma estrutura cultural sólida, na qual todos se sintam parte de uma complexidade. Uma estrutura cultural fraca não é capaz de dar conta dos desafios a que nos propomos.

Hoje, o Ministério da Cultura se relaciona com territórios populares da cultura brasileira. Conseguimos dissolver a ideia de "bom gosto", cultura erudita, popular, cada qual com seus instrumentos, com suas políticas. Estamos renovando as políticas setoriais. O mundo não é mais o mesmo, e o patrimônio também não é mais o mesmo. Hoje não é só a casa grande, a senzala também precisa ser registrada, não por sua monumentalidade, mas por seu significado e sua importância como traço de uma parte dos brasileiros que vivenciaram sua relação oprimida na história brasileira. Estamos trabalhando novidades como o patrimônio imaterial, ou seja, as manifestações e maneiras de ser do brasileiro. Estamos há cerca de dois anos mapeando a cultura brasileira, para detectar territórios de identidades como os do Recôncavo da Bahia, da Zona da Mata e assim por diante. Temos também procurado acelerar o processo de tombamentos e registro nos livros de saberes, bem como divulgar os saberes dos mestres na terceira idade. É preciso que eles continuem divulgando seus saberes, transmitidos através de mecanismos modernos e em ambientes maiores dos que tradicionalmente vivenciam.

O Ministério da Cultura tem um papel importante na comunidade internacional, especialmente na área do patrimônio. Fui eleito presidente do Comitê do Patrimônio Mundial e Cultural da Unesco em reconhecimento ao nosso trabalho.

Lançamos a candidatura do Rio de Janeiro para uma nova categoria de patrimônio mundial, a que ninguém havia lançado candidatura, que é a paisagem cultural. O mundo inteiro reconhece que o Rio de Janeiro é a cidade mais bonita do planeta. A integração entre o contorno das montanhas, a floresta, a cidade e o mar formam um conjunto que deve ser percebido como um patrimônio e, portanto, é preciso criar mecanismos de preservação que deem conta da relação com a natureza.

O Ministério da Cultura do Brasil foi estratégico para aprovar, no âmbito da ONU, a Convenção de Proteção da Diversidade Cultural. Há anos, a França e o Canadá vinham propondo essa convenção. A questão não avançava porque os Estados Unidos eram contra. E a França e o Canadá não conseguiam mobilizar os chamados países emergentes, nem os países africanos. O ministro Gilberto Gil fez muitas reuniões aqui, e na África, nas Nações Unidas, e fomos consolidando a ideia de que a diversidade cultural da humanidade é um dos grandes patrimônios que temos. Há um reconhecimento internacional quanto ao papel cumprido por Gilberto Gil: quando entrou no plenário da ONU ele foi bastante aplaudido. Todo esse trabalho foi feito em conjunto com o Itamaraty. Queremos interferir na economia do mundo para que ela não seja hegemonizada e homogeneizadora. Queremos que haja garantia de que os povos possam criar reservas de mercado. Já é de alguma maneira uma Convenção que aponta para uma revisão do primeiro momento depois da queda do Muro de Berlim, quando se consolidava uma ordem mundial absolutamente desigual, que favorecia as hegemonias dos poucos países centrais. A inspiração provocada pelo Brasil no cenário cultural foi muito positiva porque chegamos com um imenso legado de diversidade cultural.

Há uma quantidade inimaginável de demandas do mundo inteiro. Estão redescobrindo o Brasil. Houve recentemente uma conferência das autoridades culturais na Bélgica e eu perguntei para a mulher que dirigia a sua delegação o que é que neles despertava tanto interesse pela cultura brasileira. Ela deu uma resposta muito significativa. Pesou muito em favor do Brasil nossa movimentação em defesa da diversidade cultural. Ela afirmou que o máximo que conseguem na Europa é propor a tolerância dos diferentes e, no Brasil, parece que extraímos prazer da diversidade. Expliquei que também tínhamos problemas, mas é inequívoco este valor da sociedade brasileira. Um valor de que temos que cuidar com muito carinho, para que nunca deixe de ser valor. Isso nos diferencia de outras sociedades, onde a cerca que separa as pessoas são absurdamente rígidas.

PONTOS DE CULTURA

Só no governo Lula seria possível reconhecer que o povo faz cultura. Cultura nas condições sociais mais adversas. É uma característica do ser humano, que o diferencia de todas as outras formas de vida. Essa necessidade de simbolização é uma instância da vida humana. Passamos a reconhecer que a sociedade brasileira desenvolveu uma tecnologia social. São quase 180 mil grupos culturais existentes nas periferias das grandes cidades brasileiras, dentro das favelas,

dos subúrbios etc. Isso gera sentimento de pertencimento, qualificação das relações humanas, aprofundamento da condição humana para muita gente que não tem pleno acesso à cultura, a não ser por meio da TV aberta. Às vezes capoeira, às vezes manifestações tradicionais, às vezes um grupo de cinema, uma biblioteca etc.

Chegaremos rapidamente a cinco mil Pontos de Cultura. A forma é muito simples: o Ministério entra com certo recurso, inicialmente para um prazo de dois anos. O grupo cultural beneficiado tem que já existir e cumprir um papel em sua comunidade. A seleção é feita por editais, com concorrências enormes. Tem de tudo o que se possa imaginar em termos de grupos culturais, de todas as áreas da cultura.

O governo Lula estabeleceu uma rede de cooperação que qualifica a vida das pessoas por meio de experiências estéticas, tanto do fazer quanto da fruição. Mas ainda temos muito que ampliar e institucionalizar, com alto grau de capilaridade diante do conjunto da sociedade brasileira. Só assim poderemos dizer que todos os brasileiros têm, de fato, acesso à cultura.

Estamos produzindo em torno de cem filmes/ano no Brasil, ganhando prêmios no mundo inteiro. Há certo patrimonialismo nesta área. No passado, o Estado, ao reconhecer a importância do aporte, exagerou um pouco. Hoje, produzimos cinema em todas as regiões do Brasil, onde poucos tinham acesso. Hoje se produz cinema de qualidade em todos os lugares do Brasil.

Criamos uma secretaria da diversidade das identidades e trabalhamos com todos os agrupamentos de brasileiros e segmentos da sociedade, como os ciganos, homossexuais, LGBT, portadores de distúrbios mentais, prisioneiros etc. E com políticas específicas para qualificar a vida das pessoas.

Estamos desenvolvendo um novo ciclo de política de livro e leitura. O Brasil é péssimo em leitura. As instituições que garantem níveis de leitura são: primeiro, a família, segundo, as escolas e, terceiro, as bibliotecas. A escola ainda não aprendeu a apresentar o livro de forma prazerosa. Em geral, nem a família de classe média lê, e quando lê, volta-se para livros de autoajuda e de menor qualidade. Estamos zerando os municípios sem bibliotecas no Brasil. Um dado simbólico, mas importante. Os municípios do Brasil precisam muito mais bibliotecas. Estamos criando uma nova geração de bibliotecas: centros culturais que induzem à leitura, motivadores da leitura. É uma experiência que na Colômbia se generalizou e deu certo, assim como no Chile. Esta é uma tecnologia testada.

Começaremos a desenvolver uma política internacional para a língua portuguesa e trabalharemos em conjunto com o MEC e o Ministério das Relações

Exteriores, entre outros. Nos países onde se fala a língua portuguesa, se reconhece que o destino da língua depende em grande medida do Brasil. O Brasil tem que começar a trabalhar uma política da língua portuguesa. Se trabalhamos bem a diversidade, temos que trabalhar também o que nos unifica. A língua portuguesa é a sexta mais falada no mundo.

Pela primeira vez, a cultura está sendo tratada como um direito, como uma necessidade humana básica, como política de Estado. Estamos aprovando no Congresso, através de uma PEC, o Plano Nacional de Cultura, estamos modificando o sistema de fomento e incentivo para usar bem o dinheiro. Hoje 80% da verba do Ministério é gasta sob a forma da Lei Rouanet, que é uma maneira de privatizar o recurso público. Boa parte do que é feito é para fortalecer marca de empresa, não tem prioridades públicas. Quando propusemos ter critérios, houve uma grita de que o Estado estava querendo dirigir a cultura. Na verdade, estamos cobrando é responsabilidade com o dinheiro público.

Nosso governo recuperou a cultura de forma moderna e não estatizante, no sentido de restringir ao Estado o único protagonismo. Definiu uma compreensão estratégica e generosa para o desenvolvimento cultural do país, defensável em qualquer fórum do mundo.

Na medida em que começamos a trabalhar como política pública, também começamos a demandar dados e informações. Por isso estamos propondo uma instituição parecida com a que tem o MEC para processar os dados necessários. Não poderemos viver apenas da contribuição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale finalizar mencionando os números do IBGE e do Ipea. Eles nos dão a dimensão do desafio. Só 14% dos brasileiros vão ao cinema pelo menos uma vez por mês; 92% nunca entraram em museus, 93% nunca foram à exposição de arte, 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. Dos municípios, 90% não têm cinema, teatro, museu ou espaço multiuso. Isso dá, também, um perfil da responsabilidade do Estado brasileiro. A ele cabe criar uma estrutura cultural e garantir o acesso da população. Não podíamos continuar fazendo uma economia para poucos.

FREDERICO BARBOSA

O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL

INTRODUÇÃO

A ideia principal deste balanço é destacar o que é novo e o que é resultante de uma postura incrementalista em relação ao governo anterior. Fiz uma escolha pontual porque a política pública envolve um elemento de análise que deve ser objeto de reflexão constante, que é a capacidade de coordenação, por parte do Estado, de atividades privadas, comunitárias ou da sociedade civil, ou seja, a capacidade de coordenar. Temos vários elementos na política pública da área da cultura como mudanças de regras, leis, legislações que fazem parte do desenho da política, mas o foco fundamental é a capacidade do Ministério da Cultura em fazer um processamento político e uma coordenação de atores no sentido de determinados objetivos.

O último ano de mandato é momento de balanço das ações do governo, com objetivo de dar alguma visibilidade aos êxitos e dificuldades enfrentadas e contribuir para delimitar ações políticas para um futuro que já dobra a esquina; ou seja, pensar o que fazer, tanto das boas ideias, quanto das discordâncias e hiatos entre intenções e a implementação. Enfim, deixar claro quais aspectos das experiências recentes poderiam ser mantidos, reformados, transformados ou intensificados. É também o momento para a discussão de novas perspectivas e prioridades que poderão ganhar, nos próximos anos, em novo mandato ou governo, aprofundamentos e desdobramentos.

Em primeiro lugar, é interessante apontar para o fato de que, nos primeiros anos de qualquer governo e não apenas na área cultural, são muitas as continuidades das ações que vêm de governos anteriores. Com pequenos ajustes de ênfase e de justificativas, o quadro geral dos programas e ações

inscritos no Plano Plurianual (PPA) do período foi, em linhas amplas, semelhante ao do governo passado. E assim talvez deva ser, para o bem das continuidades necessárias à boa gestão da administração pública. Mas inovações e ajustes de rota não foram pequenos, sobretudo da metade do mandato em diante, embora, é certo, todas elas ainda aguardem consolidação. No entanto, muitos dos espaços para reorientar e repor ênfases, na condução das políticas culturais, foram bem aproveitados nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, embora muitas das dificuldades encontradas em governos anteriores permaneçam e se reproduzam.

Para efetivar nossa avaliação, destacamos algumas dimensões importantes para a análise: a dimensão conceitual e os princípios, que demarcam não apenas as estratégias e usos de recursos políticos, mas, também, os estilos e as orientações da atuação governamental. Depois, são analisados os mecanismos de gestão política, que se referem às capacidades de aproveitamento de oportunidades e à habilidade de intercambiar problemas em diferentes níveis da administração. Constata-se uma dificuldade de processamento técnico-político de problemas, no âmbito das instituições federais de cultura. Finalmente, é abordada a gestão de recursos econômicos condicionada por restrições e prioridades macroeconômicas.

Construção e redirecionamento das Políticas Públicas

CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS DE ESTADO *VERSUS* INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS FRÁGEIS

A institucionalidade com a qual as políticas culturais operam é tão frágil que as tentativas de orientação dos recursos disponíveis para estruturação de políticas públicas dão margem a tensões e conflitos que limitam a consistência e continuidade das políticas propostas.

A adoção de critérios de alocação e distribuição de recursos nesse contexto dá margem a desconfianças de suposto dirigismo e as tentativas de estruturação – e articulação – do poder público, em nível nacional, são compreendidas como medidas de restrição às liberdades de criação artística e cultural. Diversas iniciativas do Ministério da Cultura (MinC), sob gestão de Gilberto Gil, foram criticadas em decorrência de tais desconfianças. A reflexão que se segue procura apontar para alguns dos muitos limites e avanços dessa administração.

O principal dos avanços foi a proposição da estruturação de Políticas Culturais de Estado que se referissem a diferentes dimensões do conceito de

cultura (ver Quadro 1). Os principais obstáculos referem-se à dificuldade de estruturação de unidades de ação que permitam aproveitamento dos recursos políticos para minimizar fragilidades institucionais. De outra forma, os principais obstáculos referem-se à gestão – ou capacidade de processamento tecno-político – e aos processos organizacionais que dão suporte para materializar a gestão proposta.

O Quadro 1 apresenta três dos elementos a serem ponderados e que são referências para este Balanço. O primeiro relaciona-se aos princípios perseguidos (as intenções declaradas do governo), o segundo diz respeito à agenda política (ou orientações sobre as regras, os conteúdos e valores que delimitam as políticas públicas culturais) e, finalmente, o terceiro, que constitui a dimensão da gestão das ações e da articulação das instituições da área, configura a agenda operacional.

Desde o início da atual gestão do MinC, a área federal de cultura vem sofrendo processos de transformação, visando criar e consolidar instrumentos

Quadro 1
Princípios, orientações e arranjos institucionais

Intencionalidade do Governo	Definição da Agenda do Governo: conteúdos, regras e valores	Arranjos institucionais: alguns resultados e agenda operacional
1. A cultura não se resume às belas-artes, mas tem outras dimensões, a antropológica, a econômica e a política. O reconhecimento dessas dimensões compreende o respeito pela Diversidade Cultural. 1.1. Atuação institucional integrada sobre as diversas dimensões do conceito de cultura. 1.2. Respeito à definição de prioridades dos governos de estados e municípios quanto ao objeto de ação pública.	1. Organização de programas federais qie abranjam as dimensões da cultura. 1.1. Os programas organizam as ações do MINC, instituições vinculadas e outros setoriais e ainda fomentam projetos da sociedade em todas as áreas culturais e regiões. 1.2. Criação do Sistema Nacional de Cultura e do instrumento do Plano Nacional de Cultura.	1A. Criação do Sistema Federal de Cultura – Decreto nº 5.220, 24/08/05. 1.1. Estruturação de Programas com ações dentro do MINC e articulados com outros setoriais. 1.2. Gestão de Programas Multisetoriais. 1.3. Plano de Gestão e o Comitê Gestor Interministerial criados pelo Decreto nº 5.233/2004. 1B. Criação do Sistema Nacional de Cultura e assinatura dos protocolos de intenção com Estados e municípios.
2. As Políticas Culturais devem se constituir como Políticas de Estado. 2.1. As ideias de democracia, transparência e equidade são reguladoras da organização das políticas públicas de cultura.	2. Constitucionalidade das regras que instituem as políticas culturais. 2.1. PEC 416/05 (Sistema Nacional de Cultura).	2. Constitucionalidade das regras que instituem as políticas culturais. 2.1. Estabelecimento de Plano Nacional de Cultura, seguido de Planos Estaduais e Municipais.

continua ▶

Quadro 1
Princípios, orientações e arranjos institucionais

Intencionalidade do Governo	Definição da Agenda do Governo: conteúdos, regras e valores	Arranjos institucionais: alguns resultados e agenda operacional
2.2. As Políticas Culturais convergem com as demais políticas na promoção da diversidade, da tolerância e do desenvolvimento social integrado. 2.3. As Políticas Culturais têm abrangência nacional e continuidade na alternância entre os governos.	2.2. PEC 150/00 (vinculação de recursos da União, Estados e Municípios). 2.3. Emenda Constitucional nº 48: – Estabelece Plano Nacional de Cultura para defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; democratização do aceso aos bens de cultura; – Valorização da diversidade étnica e regional. 2.4. Transparência nos critérios de alocação de recursos. 2.5. Emenda ao artigo 216 que autoriza vinculação de recursos dos Estados para a Cultura.	2.2. Estabelecimento do Sistema Nacional de Cultura. 2.2.1. Assinatura de Protocolos de adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). 2.2.2. Criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) – ainda não instalado. 2.2.3. Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), seguido da proposição de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). 2.2.4. Criação das Câmaras Setoriais (música, artes plásticas, teatro, circo etc.) no âmbito do CNPC.
3. As Políticas Públicas de Cultura objetivam a democratização e promoção do acesso aos mecanismos de produção, distribuição e fruição de bens culturais.	3. Criação de regras e instrumentos para a distribuição de recursos e instrumentos de participação. 3.1. Criação de instrumentos de difusão de bens culturais e ações de ampliação e universalização do acesso aos bens culturais, a exemplo dos Pontos de Cultura e a promoção da Diversidade Cultural. 3.2. Criação de órgãos participativos, de controle social e cogestão nos Estados e municípios.	3. Regulação e fomento de cadeias produtivas da cultura. 3.1. Ampliação do escopo de atuação da Ancine. 3.2. Criação de Programas de Desenvolvimento da Economia da Cultura (em implementação). 3.3. Política de Editais (em consolidação). 3.4. Consolidação das Conferências Nacionais de Cultura, Conselho Nacional de Política Cultural, Conselho Superior de Cinema etc. 3.5. Início de estruturação de órgãos participativos e de cogestão pelos entes federados.

Elaboração do autor.

que facultem capacidade de planejamento e ação integrada com as demais esferas federadas de governo. Há, também, a preocupação com a articulação entre o próprio sistema MinC e outros órgãos federais. Diversas iniciativas convergiram, recentemente, nesta direção e, por isso, merecem destaque, em especial por terem adquirido dimensão legal, depois dos primeiros momentos de consultas e discussões realizadas desde os meses iniciais de governo.

Como se trata de um balanço, talvez caiba citar algumas das iniciativas do atual governo e seu contexto, pois destacam-se em termos de estilo e diferença programática. A criação do Sistema Federal de Cultura (SFC), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC) constituem-se, desde já, em marcas distintivas e enquadramento institucional diferenciado para as políticas nacionais de cultura.

O Plano Nacional de Cultura (Emenda Constitucional 48, de agosto de 2005), por sua vez, criou instrumentos legais para consolidação e articulação de ações entre os governos federal, estaduais e municipais. Essas iniciativas enquadram-se na situação-objetivo de criação de Políticas Culturais de Estado, que permitam articulação de prioridades e coordenação de ações, entre os entes governamentais, e ainda permitam a pactuação de objetivos e metas.

Assim, nesse processo de criação de instrumentos de planejamento e coordenação, ganhou relevo o estabelecimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado pela promulgação da Emenda Constitucional (EC) 48 e que consolidou a posição institucional da área cultural como política pública de âmbito nacional, envolvendo os governos federal, estaduais e municipais.

O Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto 5.264, de 5/11/2004, permitiu, por sua vez, ampla mobilização de atores na consolidação da liderança do Departamento de Museus (Demu/Iphan), no processo de articulação de um sistema de âmbito nacional. Nesse caso, a novidade na conjuntura já não é o sistema propriamente dito, mas a desenvoltura com a qual passou a circular a discussão do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e depois sua aprovação no legislativo.

Também se deve destacar, ao lado da iniciativa do Ibram, o "Programa Arte Cultura e Cidadania-Cultura Viva", que tem como objetivo articular associações da sociedade civil e promover o acesso desses agentes a recursos públicos, facultando fortalecimento e reconhecimento de circuitos culturais com bases comunitárias e associativistas. O Programa já atingiu mais de dois mil Pontos de Cultura, com ações que vão desde a "cultura digital" até o reconhecimento da memória viva e da cultura popular.

Questão relevante, que chamou à atenção no período em análise, inclusive a ponto de sensibilizar a mídia, foi a da definição dos critérios de acesso aos recursos do MinC. O sistema de editais, que se constitui em uma das mudanças nos mecanismos de financiamento, permite direcionar recursos orçamentários, a partir de critérios definidos pelo próprio MinC, ou em alinhamento com suas diretrizes políticas.

A experiência ainda não é ampla, nem inédita. Tampouco contradita a experiência da boa gestão de recursos financeiros, pois há diversas empresas que fazem da prática dos editais um mecanismo de direcionamento da demanda em função de suas prioridades específicas. Há possibilidade de que o próprio mecanismo de editais se estenda aos incentivos fiscais ou a parte deles. Os editais permitem reorganizar a programação orçamentária, e, possivelmente, permitirão o direcionamento de pelo menos parte dos recursos incentivados, segundo as prioridades políticas discutidas entre MinC, empresas e sociedade.

Merecem destaque algumas das estratégias de construção e redirecionamento das políticas públicas culturais, com ênfase no processo de "constitucionalização" da cultura.

A "CONSTITUCIONALIZAÇÃO" DA QUESTÃO CULTURA

A Plenária Nacional da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília em dezembro de 2005, contou com aproximadamente 1.300 participantes, vindos de processos de discussão nos estados e municípios. Na Conferência, discutiu-se amplamente o Sistema Nacional de Cultura (SNC), a PEC 150/2000 (vinculação de recursos da União, estados e municípios) e o Plano Nacional de Cultura, já aprovado pela Emenda Constitucional 48.

De fato, há inúmeras questões a serem resolvidas para a efetiva implementação desses dispositivos, que poderão configurar uma Política Nacional de Cultura. Entretanto, em meio às diversas dificuldades, a estratégia do MinC tem sido de uma espécie de constitucionalização da questão cultural, o que atribui à cultura nova dimensão, enquanto valor e recurso para o desenvolvimento social.

O Quadro 2, abaixo, apresenta as proposições de Emenda Constitucional que ilustram o contexto abordado. São três, uma delas já aprovada via EC 48, outra já conta com terreno fértil de vários anos de construção efetiva do SNC (PEC 416/2005) e, finalmente, a que vincula recursos das receitas das esferas de governo à cultura (PEC 150/2000).

Quadro 2
Objetivos e desafios das emendas constitucionais na área cultural

Artigo da CF/1988	Objetivos gerais	Descrição dos conteúdos	Desafios
EC 48 (emenda ao artigo 215)	Integração das ações do poder público e definição de compromissos para a gestão cultural pública.	Estabelece Plano Nacional de Cultura para defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; democratização do acesso aos bens de cultura. Valorização da diversidade étnica e regional.	Definição de metas, valores e conceitos substantivos a serem trabalhados estratégica e prioritariamente, no âmbito dos diversos entes governamentais federados.
PEC 150/2000 (emenda ao artigo 216)	Construção de Sistema Público de Financiamento.	Vinculação de recursos da União (2%), estados e DF (1,5%) e municípios (1%) referentes à receita resultante de impostos, compreendidas as transferências. A União destinará 25% aos estados e ao Distrito Federal, e 25% aos municípios, sendo que os critérios de rateio serão definidos em lei complementar, observada a contrapartida de cada ente.	Resistência às vinculações por parte das áreas econômicas do Executivo. Indefinição dos itens de dispêndios considerados como culturais para efeito da aplicação da PEC. A definição dos critérios de rateio deverá enfrentar o fato de que os recursos da União serão insuficientes para atender à demanda e uma grande parte dos municípios menores e dos estados deverá enfrentar dificuldades para aportar recursos conforme exigido pela PEC.
PEC 416/2005 (emenda ao artigo 216)	Integração de instituições culturais públicas e privadas em regime de colaboração, de forma horizontal, aberta, descentralizada e participativa.	Participam do SNC: MinC, Conselho Nacional de Cultura, sistemas de cultura dos entes federativos, instituições públicas e privadas culturais, subsistemas complementares ao SNC (museus, bibliotecas, arquivos, informações culturais, fomento e incentivo à cultura), que deverão ser articulados com outras políticas setoriais como educação, esporte, turismo, meio ambiente, comunicação, direitos humanos etc.	Estabelecimento de mecanismos efetivos de articulação da gestão política e administrativa dos diversos sistemas e entre eles.

Elaboração do autor.

Como se deduz do Quadro 2, as estratégias de aprovação das normas de nível constitucional geram fatos políticos importantes, no que se refere aos marcos e regras para a atuação do setor público cultural. Todas as ECs convergem para a criação de um sistema articulado de ação entre os entes federados e desses com a sociedade.

No que se refere à discussão do PNC, é importante considerar que as propostas da 1ª Conferência Nacional de Cultura serão discutidas pelo Conselho Nacional de Política Cultural, com posse prevista para 2006. O Conselho definirá prioridades e aprovará o texto-base do Plano Nacional de Cultura.

O financiamento, por sua vez, é parte do problema e, por essa razão, ganhou especial atenção na 1ª Conferência Nacional de Cultura, quando se firmou a prioridade e o compromisso pela mobilização a favor da aprovação da PEC 150/2000. Entretanto, outros temas também foram objeto de discussões durante a Conferência, como, por exemplo, a necessidade de se estabelecer uma discussão ampliada sobre a lei de comunicações e a importância da democratização da mídia para a democratização da cultura (em conformidade com o artigo 221 da Constituição Federal).

No que se refere ao financiamento, pode-se dizer que as resistências à aprovação da PEC 150/2000 podem diminuir se se considerar que o nível de recursos da União, em 2005, já era muito próximo ao preconizado, incluindo os recursos do orçamento e os incentivados. Também é importante lembrar que a aprovação da EC 42 alterou o artigo 216 da Constituição, facultando vinculação de até 0,5% da receita tributária líquida de estados e Distrito Federal a fundo estadual de fomento à cultura.

Portanto, diferentes ações empreendidas sinalizaram intenções concretas para a criação de Políticas Culturais de Estado, isto é, de abrangência territorial, tendo o acesso democrático como ideal regulador, com critérios públicos de alocação de recursos, articuladas entre si e com outras instituições públicas e privadas (os Quadros 1 e 2 apresentam as ações em itens de forma sintética). O processo ainda está em gestação e seus maiores problemas se referem à capacidade de processamento tecnopolítico. Outro ponto a se destacar foi o projeto de transformação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que não teve os desdobramentos esperados pelo MinC e foi provisoriamente abandonado. Também é bom assinalar que o programa de desenvolvimento da cultura ainda não experimentou maturação de seu desenho, implementação e execução e que o Conselho Nacional de Política Cultural ainda consolida procedimentos e agenda de discussão autônoma.

O Quadro 3 apresenta uma matriz que permite a interpretação sintética do Quadro 1 e descrição de alguns resultados e de questões que permanecem na agenda de desafios a serem enfrentados pelo Ministério da Cultura. O item 1 do Quadro 1, que se refere aos programas e à qualidade do seu processamento e gestão, terá desdobramento analítico mais à frente, no Quadro 4.

Quadro 3
Síntese do Quadro 1

Grande estratégia	Seleção de problemas	Processamentos tecnopolíticos	Ação diária	Resultados
Intencionalidade do governo.	**Definição da agenda do governo: conteúdos, regras e valores.**	**Arranjos institucionais: resultados e agenda operacional.**	**Questões relativas ao desenho e instrumentos de gestão.**	**Comparação com a situação objetivo.**
Para onde vamos?	Em que problemas concentrar tempo e recursos?	Qual é a qualidade das decisões?	Qual a qualidade da minha gestão?	Balanço político, Econômico e de intercâmbio de problemas.
1. Organização das ações públicas a partir de conceito amplo de cultura.	1. Articulação de programas próprios à intervenção nas diversas dimensões do conceito de cultura.	1. Dificuldades de articulação entre programas e na implementação de instrumentos de "gestão por problemas".	1. Os mecanismos institucionais de articulação e processamento de problemas não estão consolidados.	1. Manutenção e criação de Programas isolados e criação de outros com pequena abrangência.
2. Construção de Políticas Culturais de Estado, com desenho democrático, descentralizado, participativo e com abrangência nacional.	2. Mudança das regras do jogo institucional.	2. Criação de viabilidade para aprovação da EC nº 48, discussão da PEC 416/05 e da PEC 150/00.	2. Capacidade de articulação de aliados em nível nacional e no Congresso.	2. Avanços claros na construção política do SNC, com envolvimento ativo dos entes federados. 2.1. Criação de Sistema Federal de Cultura, mas com baixa integração.
3. Definição de critérios públicos para a alocação de recursos e definição de prioridades.	3. Reforma da lei de incentivos e submissão do financiamento a critérios públicos.	3. Uso de editais e reformismo cauteloso nas leis de incentivos.	3. A configuração de política de editais é embrionária.	3. Aumento de recursos da fonte leis de incentivos e restrição financeira das instituições federais. 3.1. Os órgãos de co-gestão, participação e controle social não foram instalados.

Elaboração: Ipea/Disoc.

Como se depreende do Quadro 3, há muito a ser resolvido para a efetiva implementação de cada parte do conjunto das políticas. Embora os avanços sejam claros nas várias dimensões da atuação, os instrumentos de processamento e gestão por problemas ainda não está consolidado.

A questão do financiamento não é o início nem o fim dos problemas, mas é parte importante deles, razão pela qual foi frequentemente lembrado e ganhou *status* de prioridade em dezembro de 2005, na 1ª Conferência Nacional de Cultura, quando se firmou o compromisso da aprovação da PEC 150/2000. Sem recursos financeiros e capacitação tecnopolítica, o fortalecimento e a abrangência nacional do sistema federal e a consolidação do SNC são improváveis.

Mesmo na hipótese de que os recursos não se ampliem em curto período, é importante lembrar que as instituições federais, desde o início dos anos 1990, passaram por inumeráveis dificuldades, que permanecem tanto no que se refere aos recursos financeiros, quanto de pessoal. O quadro permite afirmar que ações de consolidação e expansão das capacidades dessas instituições ainda são fatores relevantes da configuração das políticas de Estado na área da cultura.

Não se trata apenas de perda de recursos financeiros, mas de uma atrofia das capacidades de condução política e burocrática da administração cultural. Essa perda verifica-se nas dificuldades operacionais mais triviais da administração e chega ao processamento tecnopolítico de problemas estratégicos das instituições. Portanto, o sistema federal de cultura padece da falta de recursos financeiros, sim, mas também de outros problemas de igual importância. A citada ausência de capacidade de processamento tecnopolítico, superada em muitos casos circunstanciais com esforço e criatividade, reflete-se em questões de fundo agravadas, por exemplo, pela ausência de informações para a gestão, bem como pela insuficiência de mecanismos operacionais para intercambiar problemas entre instituições e atores, selecioná-los e atacá-los de forma efetiva e convergente.

Por outro lado, já foram dados passos importantes com a aprovação da EC 48 e a assinatura de adesões ao SNC. Com esse processo, o trâmite da PEC, que institui o SNC, tem na grande mobilização de estados e municípios argumento de peso, favorável à sua aprovação.

Mesmo com essas iniciativas, inéditas pelos padrões de atuação histórica das instituições culturais brasileiras, vale registrar que os recursos reduzidos ainda impedem a ampliação da abrangência territorial da atuação do MinC (princípio e critério para caracterizá-la como política de Estado). A precariedade dos instrumentos de gestão também dificulta a coordenação e a articulação, tanto entre as instituições federais, quanto entre as esferas de governo e com a sociedade.

Os programas organizam as ações do governo e o Quadro 4 sintetiza as características dos programas do MinC e os problemas que enfrentam.

Grande parte dos objetivos e problemas apontados não pode ser resolvida pelos programas isolados dentro do MinC, pois suas causas extrapolam a atuação setorial. Mas os programas tampouco foram desenhados para atuarem de forma suficiente e em intensidade necessária para resolvê-los.

Além disso, o acompanhamento do desempenho e do desenho dos programas permite afirmar que eles não possuem mecanismos de articulação

Quadro 4
Programas do MinC e instrumentos de gestão

Nome do programa	Objetivos	Problemas
Livro Aberto	Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.	Ausência do hábito de leitura. Escassez de bibliotecas públicas em áreas carentes. Número de bibliotecas insuficiente e mal distribuído; há necessidade de treinamento de pessoal no que se refere a organização e conhecimentos técnicos; ainda há necessidade de modernização de serviços e atualização de acervos. Insuficiência das ações de formação e capacitação para a leitura e valorização da multiplicidade e complexidade das práticas de leitura.
Brasil, Som e Imagem	Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a autossustentabilidade da indústria cinematográfica.	Ausência de regulação do mercado nacional. Pequena abrangência do parque exibidor. Número reduzido de cópias dos filmes nacionais. Pequeno acesso do público a filmes nacionais. Número reduzido de frequentadores potenciais de cinema. Número de cinemas insuficiente e distribuição realizada por grandes empresas; algumas delas, inclusive, investem no filme e depois o distribuem com recursos da renúncia fiscal. A frequência ao cinema é reduzida e não existem ações específicas que facilitem o acesso ao cinema.

continua ▶

Quadro 4
Programas do MinC e instrumentos de gestão

Nome do programa	Objetivos	Problemas
Museu, Memória e Cidadania	Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.	Ausência de estratégias de organização e potencialização do financiamento aos museus. Espaços museológicos em situação precária de conservação. Necessidade de revitalização e modernização dos museus brasileiros. Baixa valorização das coleções que são representativas das várias experiências culturais vividas pelas sociedades e comunidades em território brasileiro. O hábito de frequentar museus é mínimo.
Cultura, Educação e Cidadania	Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.	Ausência de espaços culturais comunitários que permitam o desenvolvimento de capacidades e habilidades no manuseio de diferentes linguagens artísticas. Não há espaços culturais que permitam o acesso da população e a criação de produtos e elaboração de processos relacionados à cultura e que ainda permitam a capacitação e o desenvolvimento de habilidades em linguagens artísticas.
Engenho das Artes	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população às artes.	Ausência de ações sistemáticas de valorização das artes e cultura brasileira, bem como de formação do gosto para apreciação dessas manifestações artísticas. Reduzida preocupação com a formação profissional para as artes. A frequência da população ao espetáculo vivo é reduzida.
Cultura Afro-Brasileira	Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.	Ausência de ações amplas de valorização da cultura afro-brasileira e invisibilidade dessa cultura nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública. O preconceito é forte e as desigualdades étnicas são imensas.

continua ▶

Quadro 4
Programas do MinC e instrumentos de gestão

Nome do programa	Objetivos	Problemas
Identidade e Diversidade Cultural	Ampliar o acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio entre grupos culturais segundo características identitárias como gênero, orientação sexual, grupos etários e cultura popular.	Ausência de ações sistemáticas de valorização e promoção do direito de expressão das diferenças culturais e das identidades. O preconceito no que se refere à orientação sexual, gênero e origem étnica é forte; acrescentam-se ao problema as desigualdades étnicas, de gênero e culturais que são imensas; esse é um programa de viés intersetorial e as ações orçamentárias são nitidamente insuficientes para atacar os problemas apontados.
Monumenta	Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para sua sustentabilidade.	Insuficiência das ações setoriais para promover a sustentabilidade dos centros urbanos. Limitação das ações e dos instrumentos do poder público na intervenção no cenário urbano. O programa limitou-se a 26 centros históricos e, segundo a gerência do programa, apenas 20,6% das metas de obras estavam concluídas ou em fase de execução.
Brasil Patrimônio Cultural	Preservar e revitalizar o patrimônio brasileiro, tanto o patrimônio edificado, quanto o patrimônio imaterial, também abrangendo os sítios arqueológicos.	A abrangência nacional do programa exige ampliação de recursos e redesenho das estratégias institucionais para enfrentamento dos problemas. Insuficiência dos recursos institucionais do Iphan.

Fonte: Ministério do Planejamento (MP) e Ministério da Cultura (MinC).
Elaboração: Ipea/Disoc

eficiente entre si e com outros órgãos e sequer possuem dispositivos significativos de monitoramento e avaliação das próprias ações. É evidente a inexistência de sistema de monitoramento (e avaliação) de ações próprio à gestão e ao processo de tomada de decisões.

Dessa maneira, se, por exemplo, já está definido e aprovado o importante instrumento legal que desenha e dá feição ao Sistema Federal de Cultura (SFC), o mesmo não se pode dizer dos mecanismos operacionais relativos à existência

funcional de tal sistema. Na ausência de informações e instrumentos de articulação e efetiva decisão sobre problemas de gestão, pouco se pode fazer no que se refere à fragmentação de iniciativas, dificuldades de coordenação de ações e condução direcionada das instituições culturais. Portanto, os programas e ações do MinC têm limites relacionados ao desenho e aos instrumentos de gestão (se as ações são suficientes para resolver e atingir os objetivos do programa). Contudo, por razão de espaço, os pontos aqui enfatizados se resumem a dois: a) a inexistência de avaliação como mecanismo de compreensão das ações, aferição de resultados e de correção de erros e desajustes; b) ausência de instrumentos de articulação que potencializem as ações de cada programa.

Algo semelhante se pode dizer do CNPC, isto é, este foi criado para se tornar instrumento de deliberação e pactuação democrática de prioridades e objetivos, mas tem tido dificuldades para se desdobrar em realidade institucional. A instituição é de extrema importância, e sua criação no âmbito do SNC reforça o pendor participativo e democrático da atuação do MinC. O CNPC passou a ser conselho paritário e deliberativo com a edição do Decreto 5.520/2005, o que vale dizer, cogestor das políticas culturais. No entanto, seu funcionamento efetivo é um desafio, similar ao enfrentado pelas instituições culturais, isto é, requer criatividade e capacidade tecnopolítica, no processamento e intercâmbio de problemas e, depois, na proposição de sequências de ações factíveis. Entretanto, o mais importante na fase de consolidação é criar um processo sistemático de aprendizado, com acertos e erros, que permita a negociação de tensões e alianças, divergências e convergências com o Poder Executivo e com a sociedade. Além disto, o CNPC tem o difícil compromisso de estabelecer rotinas, agendas, mecanismos de deliberação e informação para o processo de decisão, bem como de estabelecer um papel mais definido e articulado às câmaras setoriais que dele fazem parte. A consolidação dessas iniciativas é um dos desafios a serem enfrentados no futuro próximo.

De forma semelhante, é preciso dizer que a criação do SNC se tornou um dos processos mais marcantes e promissores, no âmbito da administração cultural. Muitos foram os estados e municípios que aderiram ao sistema de forma voluntária, com a assinatura de protocolos com o MinC. Sem dúvida os desafios são muitos. O SNC é um sistema que se funda na adesão voluntária, na construção progressiva e que se caracteriza pela descentralização, articulação e cooperação entre esferas de governo e sociedade. Também aqui, os mecanismos institucionais ainda são fluidos.

A condução de processos políticos, nesta situação, exige criatividade, capital simbólico e de confiança que apenas funcionam na presença de

pessoas-chave, com reconhecimento, prestígio e trânsito entre os atores do contexto político. O modelo pode não ter sustentabilidade sem essas importantes figuras, ameaçando a consistência e a continuidade, em especial na passagem entre governos. Para tanto, é imprescindível o estabelecimento de operadores institucionais. Parte da questão parece resolvida com a participação de representantes dos estados e municípios no CNPC e também de instituições culturais de prestígio, mas mecanismos mais rápidos e rotinizados de interlocução e decisão devem ser experimentados. Um dos interessantes dispositivos utilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foram as comissões intergestoras. Essas permitiram ao longo da década de 1990 um rico diálogo e pactuação de interesses e objetivos entre gestores municipais e estaduais, na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), e entre estes e os gestores federais, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Ambas discutem a operacionalização do SUS e têm participação no Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O modelo de pactuação e negociação na área da saúde não tem aplicação universal, mas pode oferecer exemplos da configuração de espaços de interlocução entre os gestores públicos das diversas regiões, o que é imprescindível para a consolidação do SNC. A rigor, a experiência tem seu fundamento na construção de espaços públicos de interlocução e interpenetração entre os grupos de interesses e as estruturas do Estado. Se o Conselho Nacional de Política Cultural e as câmaras setoriais permitem esta dinâmica entre governos e sociedade, é possível e, talvez, desejável, que a experiência se expanda para as relações intergovernamentais, tal qual a experiência das comissões intergestores do SUS. Embora os fóruns de secretários de Cultura se constituam em um primeiro passo nessa direção, têm a vantagem e a desvantagem da pouca objetivação ou da baixa institucionalização. Ainda aqui é necessário assinalar as dificuldades enfrentadas pelos municípios, mesmo os de capitais, para conferir realidade institucional e densidade organizativa.

Outro ponto de igual importância para o SNC é a informação. Esta vertente de desafios é central, tanto na comunicação e democratização da ação governamental, quanto nas possibilidades que abre para a programação conjunta, interconexão de componentes e participantes e, sobretudo, para a coordenação de ações. Associada a ela está a vertente da interconexão da rede de equipamentos e instituições culturais. A definição do papel e das funções dos equipamentos na política cultural é uma lacuna na atuação ministerial. Este é um dos aspectos centrais na configuração do SNC, apontando as insuficiências institucionais e a pequena abrangência dos equipamentos das artes

de elite (belas-artes), e também de outros equipamentos que descortinam elementos das práticas e preferências culturais da população brasileira.

Em resumo, a iniciativa de criar o SNC já avança em termos políticos com uma extensa e interessante rede de interlocução entre atores, mas deverá enfrentar indagações operacionais, ou seja, que tratamento dar a uma possível rede de informações e à sua rede física de maneira a interconectá-los na forma sinérgica de um sistema? Como fazer para que as decisões sejam subsidiadas por informações oportunas? Quais os critérios de alocação de recursos? Quais os mecanismos institucionais que permitam ações coordenadas e a negociação de conflitos?

Em síntese, pode-se apontar: a) em geral, insuficiência de recursos locais, sejam financeiros ou de gestão; b) existência de mecanismo de financiamento que não tem referência nas diretrizes políticas; e c) ausência de instituições federais, regionais e locais capazes de organizar a demanda. O mecanismo dos editais poderá oferecer possibilidades de resolução parcial desta questão. Há potenciais e limites para a aplicação da EC 150/2000. A expectativa de aumento de recursos dá o tom da discussão da Emenda, mas variáveis conceituais, técnicas e políticas deverão ser consideradas na sua aplicação.

MORGANA ENEILE ALMEIDA

A SUPERAÇÃO DA LÓGICA MERCADOLÓGICA E A NOVA POLÍTICA PÚBLICA DA CULTURA

Minha contribuição está orientada do ponto de vista da construção partidária, no olhar externo sobre os programas do Ministério da Cultura e, principalmente, por parte de minha experiência na Fundação Nacional de Artes (Funarte), onde estive entre 2003 e 2007. Procurei relacionar os textos dos programas de governo de 2002 ("A imaginação a serviço do Brasil") e o documento de 2006 ("Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro") com as conquistas e os avanços do governo Lula.

O Ministério da Cultura surge com a redemocratização do país, desvinculando-se do MEC em 1985, ou seja, há 25 anos. Até 2003, teve 11 ministros, numa demonstração de grande fragilidade da pasta. O MinC passou por inúmeras dificuldades, especialmente no governo Collor, quando o setor cultural deu forte apoio nas eleições presidenciais à candidatura Lula e a resposta de Collor foi fechar as instituições, transformando por dois anos o Ministério em Secretaria.

Os dois governos FHC retomaram as instituições e o Ministério próximo ao modelo anterior, mas longe da estrutura em potencial que eles tinham até então. A Funarte nasceu no governo Geisel e tinha um projeto bem pensado para artes, com os salões nacionais de artes plásticas e o Projeto Pixinguinha. O período neoliberal de FHC estabeleceu um foco de mercado, no atendimento ao varejo, sem qualquer preocupação nacional. Um dos marcos do período é um folheto do Ministério da Cultura que tem como título a frase "Cultura é um bom negócio", onde se estimulava os empresários a investirem no segmento por meio da renúncia de impostos via Lei Rouanet.

Na linha do "bom negócio", as atividades e programas desenvolvidos obedeciam à lógica da Lei Rouanet. Ou seja, o Ministério avaliava tecnicamente um determinado projeto e dizia se estava adequado ou não à sua ideia. Recebia-se um certificado e, com ele, o produtor ia ao mercado oferecê-lo. O que contava nesse processo era se sua atuação, seu campo, seu produto cultural tinha ou não identidade com a marca da empresa disposta a patrocinar, em troca de renúncia de impostos. Desde sua criação, a Lei Rouanet também dispõe do mecanismo do Fundo Nacional de Cultura, cujo método utilizado para a seleção dos projetos não detém amplitude de recursos nem de atendimento, privilegiando o balcão de atendimento pontual e deslocado de objetivos da política pública. Uma das mudanças no governo Lula, na prática, foi a elaboração de editais, entre eles um específico que recebe demandas organizadas de municípios, de maneira a alterar o modelo herdado de financiamento à cultura.

Na lógica mercadológica, um caso emblemático foi o do Cirque du Soleil, que recebeu autorização de captação pelo MinC em 2006 em sua primeira temporada no Brasil, no montante de mais de 9 milhões de reais, e foi patrocinado pelo Bradesco, e que só foi a público para conhecimento geral por se querer uma autorização de maior captação, chocando o país pelo volume de recursos aplicados em renúncia fiscal para um grupo e por uma empresa.

O fato era que muitos projetos desse modelo de produções financiadas por meio da renúncia fiscal, não tinham o menor comprometimento com resultados de médio e longo prazo, nem ampliação do acesso dos cidadãos aos bens culturais. Ou seja, era um modelo de política que lidava com a noção de que o público preferencial do Ministério são os segmentos artísticos e os trabalhadores da área, como se fosse possível, por exemplo, fazer política de saúde cuidando só dos profissionais da saúde. O projeto de lei do Procultura nasce da necessidade de modificar esse modelo, dando equilíbrio aos mecanismos, fortalecendo o Fundo Nacional com fundos setoriais para os diversos segmentos da Cultura e regionalizando e aumentando a relação com estados e municípios.

O Programa de Governo de 2002 propunha modificar a dimensão da cultura, passando a ser compreendida de maneira mais ampla e incorporando, além da importante dimensão simbólica, as dimensões cidadã e econômica.

Naquele momento estimava-se que a economia da cultura correspondia a algo em torno de 6% do PIB, tendo uma indústria cultural em expansão envolvida neste processo, com muitas contradições, e envolvendo desde segmentos altamente especializados das novas tecnologias até trabalhadores que passam por processos graves de precarização. Os trabalhadores da cultura,

especialmente os artistas, ficam à margem, não têm registro, não têm contrato, não existem na Previdência Social, atuam em geral no segmento econômico numa relação de informalidade.

Quando chegamos ao governo, constatamos que nem mesmo fisicamente o Ministério existia. Não havia sequer móveis e equipamentos. Espaços e equipamentos culturais estavam altamente deteriorados. Uma sensação de que tudo deveria ser construído. Penso que gastamos todo o ano de 2003 e 2004 em reestruturação, com reformas que duraram todo o primeiro mandato e outras que ainda estão pelo caminho. Foi importante, porque tivemos a oportunidade de parar e pensar qual seria a melhor estrutura para o Ministério, enquanto se reduziam as sobreposições de áreas e se ampliava a abrangência da atuação.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

Da primeira reforma administrativa do Ministério, duas ações precisam ser ressaltadas. A primeira delas foi a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID). Sérgio Mamberti, o primeiro secretário, entre 2003 e 2008, teve um papel importante de expandir a forma e a compreensão do que era lidar com este novo campo, que envolve expressões da cultura popular, os movimentos sociais e grupos étnicos e tradicionais. Hoje temos um prêmio para culturas indígenas, cuja apresentação de projetos pode ser feita de maneira oral. Assim, um representante de um grupo pode ligar para um telefone e descrever seu projeto, e tudo é gravado. Como exigir de grupos que não têm escrita o preenchimento de um formulário padrão?

Da mesma maneira, foi criado um prêmio para a cultura LGBT, que na época do lançamento foi questionado publicamente. Perguntava-se se "gay por acaso tem cultura", assim como questionaram a realização da I Conferência LGBT pelo governo Lula. Foi exatamente esse elemento de uma política pública, com edital anual, que fez com que acontecessem atos de Parada Gay no Brasil inteiro, para além da avenida Paulista e da Praia de Copacabana, assim como o apoio aos demais eventos e seminários sobre os direitos LGBT. Há ainda outros editais específicos, como o de apoio às culturas ciganas, saúde mental, mundo do trabalho, idosos. Trata-se de um alinhamento fundamental da leitura da cultura como parte dos direitos humanos.

Também neste contexto da SID, as culturas populares passaram a ser valorizadas por meio de políticas próprias de fomento, com editais nacionais para grupos, manifestações e mestres de saberes populares, com centenas de premiados em todas as regiões. Foi uma redescoberta por parte do Estado,

com o estabelecimento de políticas de longo prazo expresso no colegiado de culturas populares, eleito entre pares do movimento.

Ainda existem fragilidades na manutenção desses grupos e expressões, existindo poucos mecanismos de fomento para quem não ganha o prêmio – parte desses grupos é atendida por políticas estaduais e municipais de fomento, como o caso das bolsas para mestres no Ceará ou da Ação Griô, junto ao Programa Cultura Viva. Ainda assim, não há por parte do governo federal um sistema de atendimento universalizante de fato.

O segundo ato inicial importante foi a criação da Secretaria de Articulação Institucional. Todo o contexto inicial de construção do marco regulatório da cultura foi iniciado nesse âmbito e no estabelecimento de parceria estratégica com o Congresso. A institucionalização da cultura era algo urgente para que a valorização do campo e das políticas girassem em torno de um sistema nacional. Esta Secretaria foi responsável pela realização das duas Conferências Nacionais de Cultura. A última, em março de 2010, teve mais de três mil etapas municipais em todos os estados e distrito federal. O primeiro Plano Nacional de Cultura é fruto das discussões ocorridas em todo o Brasil. Nesse momento, ela está em fase final de tramitação no Congresso.

Outros dois programas marcam a gestão do MinC no período. Um é o Programa Cultura Viva, coordenado pela Secretaria da Cidadania Cultural. Tem como carro-chefe os Pontos de Cultura. Esta é uma ação que nasce para atender a demanda do presidente Lula, que durante a campanha eleitoral falava sobre a necessidade de casa de cultura em cada cidade do Brasil. Seria inviável levar adiante tal projeto construindo espaços físicos, devido a questões orçamentárias. Portanto, optamos por um modelo que alcançasse regiões que nunca tinham recebido recursos para as ações da cultura local. A importante decisão foi priorizar quem já produzia nessas comunidades, partindo da lógica do reconhecimento de uma rede de pessoas e grupos que produzem cultura no cotidiano, de modo que recebam recursos do governo federal por intermédio de convênio, com duração de até três anos.

As avaliações recentes apontam que muitos Pontos de Cultura iniciados em 2004 tiveram suas atividades interrompidas ou fecharam, porque eram frágeis do ponto de vista da sua construção institucional. Mas temos muitos outros exemplos de instituições, dessa primeira edição, que conseguiram se viabilizar economicamente por meio de seus próprios produtos culturais. Hoje, a rede se alimenta de editais para eventos, fortalecimento das práticas e de lideranças.

Em qualquer município que visitamos, as pessoas reconhecem os Pontos de Cultura, querem entender como funciona e saber como fazer para ter um.

Para ultrapassar barreiras burocráticas, optou-se por repassar os recursos aos governos estaduais, por intermédio do Programa Mais Cultura. Depois que o Ministério chegou a mais de 600 convênios numa mesma secretaria, coordenar o cotidiano se inviabilizou, principalmente porque o Ministério não tem, em sua estrutura, apesar de todos os avanços, concurso público e incrementos de cargos comissionados, pessoal para dar conta do volume de processos. Hoje existem mais de 2.500 Pontos de Cultura em mais de mil cidades em todas as regiões do país.

Outra iniciativa importante é o Programa Mais Cultura. É um programa amplo que envolve bibliotecas, cineclubes, modernização de equipamentos, projetos específicos para a relação com os Territórios da Cidadania, microprojetos de até 20 mil reais para empreendedores culturais, além da importante retomada do investimento na construção de equipamentos públicos chamados Espaços Mais Cultura.

Neste programa, estados e municípios assinam um termo de cooperação com o Ministério da Cultura, abrindo as portas para diversos locais. Por meio da política de editais, temos dezenas de ações e projetos ocorrendo ao mesmo tempo.

No segundo governo conseguimos consolidar a atuação no campo dos museus. É emblemático que tenhamos evoluído da construção da Política Nacional de Museus, em 2003, até a construção de um marco regulatório expresso no Estatuto dos Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus. Somente na formação de especialistas foram criados mais de dez cursos de graduação em museologia em universidades federais, consolidando o campo e a qualificação voltada para a preservação da memória brasileira.

NOVOS DESAFIOS

Há elementos fundamentais, ainda não constantes em nossos programas de governo e que têm que ficar para o futuro.

Em primeiro lugar, a cultura digital. Esse mérito, em minha opinião, é do ministro Gilberto Gil, que percebeu a dimensão digital na área da cultura. Hoje, a Secretaria Nacional de Cultura tem tentado se aproximar, estudar para alcançar o tempo perdido, porque dominamos pouco.

Outro elemento é a aprovação da proteção e promoção das diversidades culturais pela Unesco 2005 e ratificada pelo Brasil em 2007. O Brasil teve uma participação expressiva para que ela fosse aprovada, o que só não ocorreu por unanimidade porque os Estados Unidos e Israel se posicionaram contra os termos da Convenção. No Brasil, ela foi ratificada pelo Congresso

Nacional, o que abre espaço para proteger nossos grupos étnicos e a cultura local, o que é a chave da possibilidade do futuro para um país como o nosso, diverso, com produção rica e fantástica do ponto de vista de qualidade e quantidade.

O Ministério cresceu muito em quantidade e qualidade de seus programas. Mas enquanto não reconhecerem o potencial econômico da cultura e nossa participação no desenvolvimento do país, priorizando este campo, provavelmente continuaremos em segundo plano. Temos de pensar a cultura como pilar do modelo de desenvolvimento.

Também temos de recuperar a capacidade estrutural da ação. Um ministério que não consegue operar na ponta, será prejudicado em algum momento por falta de capacidade operacional. Boa parte das políticas que temos depende de nossa capacidade de trabalhar e, portanto, passa pela reestruturação operacional.

Por último, mas não menos importante, é preciso rearticular os Ministérios da Educação e da Cultura. Para muitos, a separação ocorrida em 1985 trouxe um distanciamento que prejudica as atuações de ambos. Recuperar a ação conjunta e estabelecer as escolas como campo prioritário da ação cultural é uma demanda urgente que, apesar da prioridade apontada em nosso Programa de 2006, não obteve resposta objetiva.

Como resultado deste período, percebemos claramente que a reorganização do Ministério seguiu as linhas de nosso programa de governo e incorporou muitos elementos que estiveram presentes no debate da esquerda nos últimos 30 anos. Agora é o momento de aprofundar e superar novos desafios.

ESPORTES

ORLANDO SILVA

UM NOVO PARADIGMA DE POLÍTICAS DE ESPORTE

O presidente Lula deu uma outra dimensão ao esporte brasileiro. Ele criou um ministério específico para o assunto que nunca tinha existido. Em nossa história, houve vários modelos de organização institucional para o esporte na área do governo federal, no período mais longo foi um departamento e, em outros momentos, foi uma Secretaria vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Desde Vargas, em 1941, quando ele fez o primeiro decreto que normatiza a atividade esportiva no Brasil, já se vinculava sua coordenação, sua gestão pública ao Ministério da Educação. Isso foi praticamente até o começo dos anos 1990. Na era Vargas, foi criado o Conselho Nacional do Desporto (CND), órgão que tutelava a atividade esportiva no Brasil. Digo tutelava porque em função da visão varguista de presença muito forte do Estado, o CND intervinha em entidades, reconhecia ou não diretorias de entidades esportivas, ou seja, era uma tutela realizada plenamente por esse braço do governo, o CND.

Entretanto, os nossos constituintes de 1987-88 foram entes democráticos e liberais que acabaram introduzindo o esporte como um tema constitucional pela primeira vez. Até então, não o era. O artigo 217 da Constituição de 1988 registra o esporte como direito de cada um. Esse direito, evidentemente, deve ser objeto de política pública, portanto, é dever do Estado oferecê-lo à população. Esse registro na Constituição reflete uma carta que a Unesco publicou dez anos antes, a Carta Internacional da Educação Física e Esporte. Em 1978, a Unesco aprovou, referindo-se ao esporte como um tema que deve ser objetivo de políticas sociais, um direito social. A Constituição incorporou essa compreensão e a redemocratização fez com que o esporte

ocupasse um papel mais relevante. Foi criada a Secretaria Nacional do Desporto, vinculado à Presidência da República – quando Zico [Arthur Antunes Coimbra] assumiu, seguido depois por Bernardo [Rajzman]. Foi um período turbulento aquele em que Collor era o presidente da República. Com a saída do Collor, a Secretaria do Esporte voltou a ser um órgão do MEC. Quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, criou o Ministério Extraordinário dos Esportes. Esse ministério era praticamente um gabinete e Pelé, Edson Arantes do Nascimento, foi o escolhido. Havia um instituto, o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Esporte (Indesp), uma espécie de autarquia vinculada a esse gabinete extraordinário. Mas foram muitas instabilidades naquele momento, o Pelé teve uma ação muito forte na revisão da Lei Geral do Esporte brasileiro. Depois da Constituição, Zico elaborou uma Lei Geral, chamada de Lei Zico, e Pelé vem depois. Mas cabe ressaltar que tanto Zico quanto Pelé tratavam de maneira muito futebolística o esporte. Qual era o grande tema? Era passe, fim do passe, volta do passe. A gestão era muito ligada a temas de futebol e as políticas sociais tinham pouco alcance, quando existia alguma, resumia-se a apoio a eventos. E, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, veio o fim do mandato de Pelé, período também marcado por muitas instabilidades e denúncias, porque o Indesp recebia recursos dos bingos, e esses acabaram se transformando em fontes de corrupção, de toda a sorte de manipulação criminosa de recursos. Era a principal fonte de financiamento que existia, com repasses para clubes, entidades esportivas etc. O Indesp se transformou numa espécie de cartório que oferecia outorgas para o funcionamento dos bingos. Muita dificuldade e crise culminou com a saída de Rafael Grecca, ministro naquela época. Entrou Carlos Melles, que ficou um tempo maior e era do Ministério do Esporte e Turismo. Ou seja, no primeiro mandato de FHC, era o gabinete extraordinário em que Pelé era o ministro, o segundo mandato era Ministério do Esporte e do Turismo. No último mandato de Fernando Henrique Cardoso, assumiu Caio Carvalho, hoje presidente da São Paulo Turismo. Na época, era presidente da Embratur, ou seja, tinha mais ligação com o turismo. O esporte era sempre o patinho feio da história, recebia menos recursos e as iniciativas tinham pouca escala. As políticas sociais começavam a existir, mas com pouca dimensão. Sempre o Turismo com mais protagonismo e centralidade na agenda. Tanto Rafael Grecca quanto Carlos Melles e Caio Carvalho não eram quadros da área do esporte, todos eram ligados ao turismo.

O presidente Lula, com muita sabedoria, no primeiro dia de mandato desmembrou em dois ministérios, criando um específico para o esporte. Foi

uma iniciativa muito consequente e sensível do presidente. Numa composição política com o PCdoB, foi escolhido o deputado Agnelo Queiroz, à época deputado federal pelo Distrito Federal. Ele já mantinha bom diálogo com a comunidade olímpica e, sobretudo, havia sido um dos autores da lei que repassava recursos para os esportes olímpicos e paraolímpicos no Brasil. Agnelo Queiroz recebeu a missão de estruturar o ministério. Além de ser um tema novo, era um ministério novo com a estrutura limitada.

Aliás, 2003 foi um ano muito difícil para o governo Lula, a herança que nós recebemos não foi das melhores. Vim para participar do Ministério na primeira semana do governo Lula. A minha missão foi ajudar Agnelo Queiroz a organizar o Ministério. Porque quando foi desmembrado do turismo havia apenas uma secretaria. Quando era Ministério do Esporte e do Turismo, o lado do esporte era a Secretaria Nacional do Esporte e o lado do turismo era a Embratur, eram os dois braços principais. Trabalhamos na estruturação durante três meses e desmembramos em três secretarias: Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, que é a secretaria que cuida das competições, dos eventos esportivos, da preparação de atletas de alto nível; Secretaria do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, que trata do esporte recreativo, com uma forte dimensão de inclusão social, com objetivo de trabalhar com as várias gerações, com atividades sistemáticas; e Secretaria Educacional, cujo foco é aproximar a escola e o esporte. Criança, sobretudo, e jovens são o foco desse trabalho. Essas três secretarias são expressão das três dimensões do esporte estabelecido na lei brasileira: esporte recreativo e de lazer, o esporte educacional e o esporte de alto rendimento.

PROGRAMAS DE INCLUSÃO

Estruturado o Ministério, o primeiro passo foi ampliar o alcance das políticas sociais esportivas. Assim, em 2003, foram criados vários programas. Um deles, que cresceu muito e ainda hoje tem um bom nível, é o Segundo Tempo – que tem como foco crianças e jovens que praticam atividade física no contraturno da escola, em núcleos de módulos sistemáticos. Ele é realizado em parcerias com prefeituras, estados e entidades não governamentais. É uma experiência que foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Hoje é um programa muito consistente, pois desenvolvemos uma pedagogia da educação por intermédio do esporte. O Primeiro Tempo é o tempo da educação regular e o Segundo Tempo seria o tempo da atividade física, recreativa, de lazer, porque acreditamos que a vivência esportiva é um mecanismo muito poderoso de educação. Falo sempre que o esporte é uma escola para a vida. Você ensina a

ganhar e a perder e a vida também é assim. É preciso seguir as regras do jogo, se mudar a regra tem que repactuar e a regra vale para todo mundo. Ninguém ganha nada sozinho, é preciso cooperar, trabalhar junto. Uma vez, fiquei impressionado com um depoimento de uma menina que fazia judô no programa Segundo Tempo. Eu perguntei "Por que é que você gosta do Segundo Tempo? O que ele lhe ensinou?" Ela falou assim: "Olha, eu aprendi a cair". Parece um detalhe, mas o judô ensina que você cai, mas você levanta. Trabalhar ludicamente a educação, isso é um potencial maravilhoso para a formação cidadã. É uma experiência muito interessante e uma mudança de qualidade.

O Segundo Tempo é um programa de inclusão social pelo esporte. É um programa que alcançou o atendimento de perto de um milhão de crianças e jovens. Varia o número porque vence um convênio, entra outro, mas o atendimento é em torno disso, no Brasil inteiro. Houve uma evolução muito significativa porque o programa mais amplo que nós alcançamos aqui atendia cerca de 50 mil crianças e jovens. Evoluir para um milhão é muita coisa. Mais ainda creio que é preciso ampliar a escala. Eu tenho dito – e já falei para o presidente Lula – que se pudesse olhar para frente, para pensar medidas de consolidação das políticas sociais, sugeriria a criação de uma rede de proteção para a infância e juventude brasileira. Isso exige políticas sociais de larga escala na área do esporte, na área da cultura, nas artes. Os nossos programas são muito bons, mas ainda precisamos ter escala. Em termos absolutos, um milhão de crianças é muita coisa, é capaz de ser o maior programa de inclusão social em atividades esportivas do mundo, mas ainda é pouco para a dimensão do Brasil. Temos que ter um alcance de dez milhões de crianças. Esse é o nosso desafio. O Bolsa Família é um programa universalizado e nós temos que trabalhar para buscar alcançar a escala de um programa assim.

Quando isso acontecer, não tenho a menor dúvida de que vamos encontrar vocações esportivas, encontrar talentos, capacidades e, mais do que isso, de que formaremos melhor nossas crianças. Porque se no tempo livre a ocupação for atividade artística, a atividade física e a atividade esportiva, no futuro, essa juventude vai ter outra saúde, vai ter outra sensibilidade, outra capacidade crítica.

Estou me detendo mais do que devia do Segundo Tempo porque é um tema muito importante para nós e porque a sua realização foi um aprendizado. Porque, num primeiro momento, para tentar dar o alcance desejado e atingir resultados rápidos, a opção feita foi por entidades privadas, entidades não governamentais. E rapidamente vimos que esse setor ainda tem muitos limites para desenvolver iniciativas. A centralidade das parcerias tem que estar

no município, tem que ser com as prefeituras, pois as melhores práticas que conquistamos foram com convênios com os municípios. Até mesmo porque eles apresentam uma outra dimensão importante: são instituições fiscalizadas, controladas socialmente. O prefeito da cidade deve satisfação à sua comunidade, à Câmara de Vereadores, ao Tribunal de Contas, então, também do ponto de vista da gestão, do uso do recurso público, é mais eficiente. Para nós foi também um processo de aprendizado e, hoje, felizmente, nós temos mais de 90% das parceiras concentradas com os municípios e com os governos estaduais.

Quando chegamos aqui, havia um programa chamado Esporte na Escola. Mas o que era o Esporte na Escola? Era assim: escolas com mais de 500 alunos recebiam um valor tal (50 mil reais por ano, algo assim), e tinha a responsabilidade de tomar suas iniciativas, de animar as atividades físicas na escola. Não tinha um conteúdo pedagógico pré-definido. Ora, no Brasil tem cidades como São Paulo que é uma cidade-Estado, muita complexa e com muita estrutura, muita capacidade de realização, mas a grande maioria dos nossos municípios tem uma baixa capacidade de realização, uma baixa capacidade de qualificação dos recursos humanos. Então, uma política social, um programa do governo federal, tem que ser em parceria com a cidade e tem que contribuir com aquilo que é mais débil na cidade. Para nós, hoje, esse é também um aprendizado desse período. Um tema sensibilíssimo é a qualificação das pessoas, o trabalho de capacitação dos agentes, a capacitação dos monitores, a capacitação dos profissionais, é um tema chave. Hoje realizamos um trabalho de qualificação presencial com base numa rede de universidades.

Há uma outra dimensão de atividades que desenvolvemos e diz respeito ao programa Esporte e Lazer da Cidade. Não é um programa focado somente em criança e jovem, mas é um programa onde também crianças e jovens participam. É intergeracional com crianças, jovens, adultos e pessoas da melhor idade; há um trabalho valorizando pessoas com deficiência. Apresenta atividades sistemáticas, como o Segundo Tempo faz, em núcleos, mas também atividades assistemáticas. O que chamo de assistemático? É uma atividade num sábado à tarde, quando o trabalhador pode ter uma programação para curtir em sua cidade, ou pode ser um evento como uma corrida, que pode acontecer num domingo. O Esporte e Lazer da Cidade é menor e mais novo do que o Segundo Tempo.

O Esporte e Lazer da Cidade tem uma dinâmica que se vincula muito a cada realidade, faz interface forte com a Cultura, é uma boa experiência. Tem também um trabalho importante de capacitação. Aliás, o Esporte e Lazer foi o

que primeiro começou esse trabalho concentrado na capacitação. Capacitação de gestores num primeiro momento e, depois, aqueles que orientam atividades físicas, também vinculados às universidades. As universidades cumprem um papel chave na preparação desses profissionais. Tanto o Segundo Tempo, quanto o Esporte e Lazer da Cidade são programas que procuram assegurar o esporte como direito. Portanto, é dever do Estado oferecer isso.

Mas, em políticas públicas, os recursos são limitados e priorizamos o Segundo Tempo mais do que outros, porque o foco era criança e jovem. Foi uma decisão ligada à estrutura. Tanto em um quanto no outro, nosso governo viveu momentos diferentes de articulação interna. Por exemplo, o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade tiveram momentos muito bons de articulação com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inclusive porque participavam com financiamento, com recursos para manter o programa. Com o Ministério da Defesa, utilizamos as instalações militares. Em 2010, pensamos introduzir, finalmente, uma grande parceria com o Ministério da Educação, conjugando o Segundo Tempo com o Mais Educação. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) permite ao governo ter claro onde está o problema de qualidade e investir ali. O Mais Educação é um programa que pretende, sobretudo, investir na qualidade da educação brasileira. Ele é ofertado às escolas de mais baixo Ideb. O Segundo Tempo, na verdade, o esporte e o lazer são atividades do mesmo campo do Mais Educação. Com a parceria do Segundo Tempo com o Mais Educação, colocaremos o esporte em todas as 1.500 escolas de mais baixo Ideb, monitoradas pelo MEC. E a nossa perspectiva é evoluir ao longo do período. Isso permitirá cumprir o compromisso com o Comitê Olímpico Internacional que é ter, até 2016, três milhões de crianças participando do Segundo Tempo.

Sempre contamos com as parcerias entre o Ministério, prefeituras e governos estaduais. Um exemplo concreto dessa parceria é a boa experiência do Ceará. Todas as cidades do Ceará têm Segundo Tempo a partir de uma parceria com o governo do estado, que também aportou recursos.

Apostar nas parcerias com os governos municipais e estaduais foi iniciativa do governo Lula. O maior exemplo é o programa Bolsa Família. Isso permite ao gestor local agregar elementos sem prescindir da coordenação central. Assim, você tem uma ação que não é programa, mas que tem um impacto social importante, os investimentos em infraestrutura esportiva. Até o final de 2008, já tinham sido contratados perto de 7.700 obras. Isso cresceu em 2009 e, em 2010, estimo que devemos chegar perto de dez mil contratos para construção e reformas de equipamentos esportivos.

Valorizamos muito as reformas porque percebemos que muitas cidades tinham equipamentos esportivos abandonados. Então, não fazia sentido construir um outro ginásio para batizar com o nome de outra personalidade, se havia um ali abandonado no bairro vizinho.

Essa iniciativa de investir em infraestrutura, sobretudo na periferia das cidades e nas escolas, também é um aspecto importante. Muitas escolas públicas no Brasil não têm equipamento esportivo, diria que a maioria delas. Não têm uma sala de aula para a educação física, portanto, boa parte do investimento é em equipamentos esportivos para escolas e, outra parte, em equipamentos nas periferias do Brasil. É isso que permite atividade física e social. Às vezes, visito as cidades e vejo uma área, um local que está iluminado e às dez horas da noite tem gente fazendo atividade física. Outro dia eu estava no Piauí, com o governador Wellington Dias, num jantar às dez e meia da noite e, por acaso, do lado contrário ao restaurante, tinha uma quadra e ele brincou: "Olha, isso foi feito com recursos de vocês"; estava lá iluminada e a molecada fazendo atividade física. Ou seja, melhorar a infraestrutura também tem um impacto social muito positivo para o desenvolvimento de escolas no Brasil.

Antes havia esse tipo de investimento em infraestrutura, mas a escala era completamente diferente. Aqui vale a mesma referência de política social. Ainda que saibamos que falta muito da nossa caminhada para alcançar o país que sonhamos, nunca houve um investimento desse porte. Esse tipo de testemunho não é apenas meu, que sou funcionário do governo, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, uma pessoa insuspeita, presidente do COB há 15 anos e militante do esporte há 50 anos, comprova que nunca foi feito tanto pelo esporte no Brasil.

Numa visita que fiz ao Comitê Olímpico Internacional (COI) há alguns anos, comecei a falar das iniciativas do governo e citei um programa, que possui uma dimensão social e esportiva no alto rendimento, o Bolsa Atleta, também criado no nosso governo. Ele dá uma bolsa ao jovem que tem bom rendimento esportivo e não tem patrocínio. Tendo bom rendimento e não tendo patrocinador, ganha a bolsa. Se o jovem for participar das Olimpíadas Escolares, das Olimpíadas Universitárias ou foi o primeiro, segundo ou terceiro colocado nesses eventos, em eventos nacionais ou internacionais, ou se participar da delegação olímpica ou paraolímpica, ele recebe uma bolsa para apoiá-lo a treinar e competir. Tem uma dimensão social porque às vezes uma criança não mantém uma atividade regular de esporte por não ter dinheiro para pagar a passagem de ônibus. É um programa que começou em 2004 e, inicialmente, atendeu algo em torno de 700 atletas. Depois nós evoluímos e

até 2008 passamos a atender 100% dos atletas que demandaram e cumpriram os critérios, são cerca de 3.300 atletas.

E teremos avanços ainda. É provável que o presidente Lula anuncie ainda para 2010, à luz da conquista olímpica, um programa chamado Atleta de Ouro, uma iniciativa que vai concentrar ainda mais a ajuda. Vamos manter o Bolsa Atleta, mas entre os atletas de alto rendimento há aqueles mais qualificados, que têm chances de disputar medalhas e terão um tratamento diferenciado. Eles terão equipes multiprofissionais dando suporte por meio de uma bolsa um pouco maior, mais intercâmbio internacional, para preparar bem esses ídolos do futuro. Acreditamos que o esporte de alto rendimento também tem essa possibilidade de impacto na auto-estima da população, pelas conquistas que traz para o Brasil. Tem o impacto positivo de referencial, de valor para a juventude, pela mensagem que os ídolos transmitem para a nossa juventude. Nesse caso, a participação e o apoio do governo têm um peso relevante.

Outro programa importante que herdamos do governo anterior e que multiplicamos é o chamado Pintando a Liberdade, um programa de produção de material esportivo em presídios, com produção de bolas e de uma série de materiais. Mas o alcance era limitado. Ampliamos e implantamos em todos os estados. O preso trabalha, ocupa seu tempo, produz, e a cada três dias de trabalho, comuta um dia da pena, e ainda aumentando a receita ganha, o que ajuda a ele e à sua família.

Mas o que nós percebemos? É importante esse trabalho nos presídios, mas muitas vezes os egressos, inclusive que tinham participado desse programa, têm muita dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho. Não é fácil um egresso do sistema penitenciário se reinserir. E percebemos também outra questão. Naquele período de 2004, o nosso governo começava a enfrentar o desemprego e havia uma parcela da população com mais de 40 anos que já tinha trabalhado, mas encontrava dificuldades de se reinserir no mercado de trabalho. Qual foi a nossa decisão? Estimular a criação de cooperativas fora dos presídios, com o programa Pintando a Cidadania. Uma iniciativa com bons resultados em regiões periféricas. Em São Paulo, na Cidade Tiradentes, que é uma região densamente ocupada na Zona Leste, existe uma experiência maravilhosa do Pintando a Cidadania. É uma ação com um alcance social muito importante para nós. Todo material produzido é utilizado no Segundo Tempo e doado às escolas públicas, até escolas que não têm Segundo Tempo, às quais não conseguimos chegar. No convênio com a entidade, o governo federal remunera os trabalhadores, repassa recursos para a aquisição de matéria-prima e recebe de volta o material produzido, seja uniforme, seja material esportivo.

ESPORTE NO CENTRO DA AGENDA NACIONAL

Outra conquista importante de ser comentada são as várias dimensões em torno da realização do Pan-Americano. O Brasil vai perceber claramente as conquistas. O Pan-Americano foi decisivo para demonstrar ao mundo a nova fase do Brasil no esporte, pois realizamos um evento com padrão olímpico. Dois terços dos membros do Comitê Olímpico Internacional estiveram no Rio de Janeiro, então, a vitória do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 tem a ver com o Pan-Americano. Sem o Pan-Americano com o padrão que realizamos, não haveria Jogos Olímpicos no Brasil em 2016. Em 2007, fizemos pela segunda vez os Jogos Pan-Americanos, o primeiro foi em 1963 e, pela primeira vez, os Jogos Parapan-Americanos. Os Jogos Pan-Americanos já têm uma estrada mais longa, mas os Jogos Paraolímpicos e os Jogos Parapan-Americanos, que são competições de alto nível para pessoas com deficiência, são eventos mais recentes. Os Jogos Pan aconteciam em uma data e em uma cidade e o Parapan em outra data, em outra cidade. O Brasil juntou as duas coisas, fez nas mesmas condições, com o mesmo padrão de excelência.

Não foi por acaso, porque tratamos o esporte de pessoas com deficiência com o mesmo grau de prioridade que as do esporte convencional, do esporte tradicional. Isso aparece não só nos jogos Parapan-Americanos, mas apareceu no patrocínio que a Caixa Econômica Federal ofereceu ao Movimento Paraolímpico Brasileiro, e nunca tinha havido patrocínios. Patrocinamos os atletas paraolímpicos e, durante o Parapan-Americano, fizemos um trabalho forte com as escolas, levando crianças para acompanhar as competições. Isso é motivo de muito orgulho, porque, no Brasil, são mais de 20 milhões de pessoas que possuem alguma deficiência. Estes são brasileiros que têm a cidadania negada e o esporte pode ser uma forma de abrir uma porta para a cidadania a esses jovens.

Em 2011 vão acontecer os Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, com 110 países e 6 mil atletas; em 2013 será a Copa das Confederações da Fifa; em 2014 será a Copa do Mundo da Fifa; e, em 2016, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro. A Copa será em 12 cidades e a Olimpíada também será em mais quatro cidades: São Paulo, Brasília, Salvador e Belo Horizonte participam com o futebol nos Jogos Olímpicos, tudo o mais será no Rio de Janeiro.

Será uma década em que o esporte vai estar no centro da agenda brasileira, em que o Brasil vai descobrir a economia do esporte. Existe uma cadeia produtiva do esporte, da produção do material esportivo, da mídia especializada, da promoção de eventos, da indústria de máquinas e equipamentos. Assim, a

geração de emprego é fabulosa. Fizemos um estudo de impacto socioeconômico dos Jogos Olímpicos no Rio 2016, pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo: haverá, de 2010 a 2016, geração de cerca de 120 mil empregos diretos e indiretos por ano em torno da preparação dos Jogos Olímpicos. E o interessante é que 53% desses empregos, portanto, a maior parte deles, serão oferecidos fora do Rio de Janeiro, por causa das cadeias produtivas – a construção civil é o segmento que mais responde por esses empregos no Rio e fora dele. No Pan-Americano, no pré-Pan, a construção civil viveu pleno emprego, foi necessário gente de outros estados para poder dar vazão às demandas. Agora, ainda mais com PAC e com outros investimentos que o governo está fazendo, teremos uma possibilidade maravilhosa de geração de empregos, de geração de renda, a partir desses eventos.

Há impacto também em outras atividades, por exemplo, no turismo, uma indústria que cresce muito no mundo. No Brasil, nosso governo dobrou o número de visitantes internacionais – o Brasil recebia perto de três milhões, números aproximados, hoje deve receber perto de seis milhões. Com a plataforma de promoção desses eventos, seguramente vai ter um impacto fabuloso na economia do turismo no Brasil, também gerando emprego. O turismo, assim como a construção civil, emprega extensiva mão de obra; e o fazem em regiões que precisam mais, no Nordeste, que tem um potencial turístico muito importante, no Norte, e mesmo no Centro-Oeste.

Os grandes eventos esportivos servem para colocar o esporte como centro na agenda nacional e é mais do que estimular atividade física para o conjunto da população, é elevar a auto-estima do nosso país. Só sediar a Olimpíada já deixou o brasileiro cheio de orgulho.

Vivemos no Brasil praticamente uma monocultura do futebol. Começam agora os sinais de expansão para outras atividades. Esse é o desafio dos Jogos Olímpicos: vamos ter uma chance de ouro de difundir cultura esportiva variada no Brasil. Temos o direito de participar de todas as modalidades. Os Jogos Olímpicos no Brasil significarão um ponto de partida para outro patamar no esporte do nosso país. Não vejo como ponto de chegada. Na experiência internacional, você tem vários modelos, você tem experiência como a da Grécia, onde foi feito um esforço extraordinário para preparar a delegação que participou dos Jogos Olímpicos em Atenas, só que nas Olimpíadas seguintes a Grécia voltou ao patamar de antes. Mesmo a Espanha, que teve uma grande performance em Barcelona, caiu de novo o patamar nos jogos seguintes. Então, é preciso estruturar um modelo de desenvolvimento sustentado que permita ao Brasil situar-se entre as principais potências esportivas do mundo. Temos uma

das dez maiores economias. Somos um dos dez maiores países em extensão territorial, em população, temos crescido muito na produção científica, temos que pretender ser um dos dez principais países do ponto de vista esportivo. Esse é um desafio que os Jogos de 2016 trouxeram para a agenda, há uma estratégia sendo trabalhada que mexerá com a estrutura, com a organização, com a regulação do setor e terá impacto no alargamento da base dos praticantes e uma melhor preparação dos nossos atletas.

Temos um projeto nacional de longo prazo. Um projeto de Estado. E aqui, mais uma vez, você percebe a perseverança do presidente Lula, a clareza que teve. A construção do Pan-Americano foi muito atribulada. Hoje, a relação do governo federal com o Rio de Janeiro é harmônica, absolutamente harmônica, mas não era assim. Tivemos muita paciência, sermos republicanos, colocar o interesse do país e mesmo do Rio de Janeiro acima de disputas menores que tentavam ganhar força na preparação daquele período. O presidente Lula bancou financeiramente os Jogos Pan-Americanos, mesmo com o desgaste sofrido. Porque quando se faz uma obra num prazo mais curto, paga-se com uma taxa de urgência, mais turnos de trabalho e, evidentemente, com um ônus maior. Mas o presidente não vacilou, era o nome do Brasil que estava em jogo. Se o Pan foi um sucesso é porque o presidente Lula foi decisivo. Foi como na candidatura olímpica, não tenho dúvidas de que o presidente foi o grande vitorioso dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Ele foi militante da Campanha Rio 2016, fez, literalmente, boca-de-urna. Eu lembro que, no dia anterior da decisão, ele teve encontros bilaterais, conversas com 30 dos 100 eleitores do colégio eleitoral. Falava com franqueza, argumentando o momento novo da economia do Brasil, o desenvolvimento social, a nova arquitetura internacional. E seduzia todo mundo ao solicitar que nos dessem essa chance. Não teria Olimpíada com sede no Brasil sem a atuação do presidente.

Por fim, cabe dizer que por 40 anos o esporte brasileiro pleiteava um incentivo fiscal. É sabido que vários setores da economia brasileira se desenvolveram a partir de incentivos fiscais, às vezes incentivos locais, incentivos estaduais, incentivos federais. A cultura conquistou incentivo importante em 1985, a chamada Lei Sarney, que permitia deduzir do Imposto de Renda o que era investido em cultura. Essa lei foi modificada depois, passou a se chamar Lei Rouanet e teve um acréscimo da Lei do Audiovisual.

Então, podemos afirmar que a cultura, desde 1985, tem cerca de 20 anos de incentivo fiscal. O esporte, desde os anos 1970, pleiteava uma lei de incentivo fiscal. Mesmo no nosso governo houve dúvida, muita polêmica,

durante dois, três anos a área econômica não compreendia bem isso. Mas o presidente Lula, em 2006, tomou a iniciativa de propor um projeto de lei. Em abril de 2006, encaminhou-o para o Congresso Nacional e em 29 de dezembro de 2006, portanto, no mesmo ano, o presidente Lula, no último ato de seu primeiro mandato, sancionou a Lei de Incentivo ao Esporte. Interessante lembrar que a primeira lei que sancionou no seu primeiro mandato também foi uma lei do esporte – o Estatuto do Torcedor, em abril de 2003. Isso foi fruto de uma mobilização importante, todo o esporte se mobilizou, se envolveu com a preparação da lei e, assim, criamos uma fonte de financiamento para o esporte, uma fonte nova. Hoje, a empresa que investe no esporte desconta, em seu Imposto de Renda, 100% daquilo que investiu. Isso tem permitido atrair empresas para participar do esporte, elas experimentarão o incentivo e perceberão que associar a sua marca, os seus produtos aos valores positivos do esporte é um bom negócio. O esforço é atrair empresas para vivenciar e a partir daí estimulá-las a investir também, a patrocinar diretamente do seu capital não só recursos de incentivo.

JUVENTUDE

BETO CURY

A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE

Podemos afirmar que nunca se buscou articular um conjunto de ações, de programas e de políticas públicas estruturantes que incidissem sobre os nossos jovens, considerando que, por lei, jovens são aquelas pessoas com idade entre de 15 e 29 anos.

Até 2005, quando se começou a implementar a Política Nacional de Juventude, o que tínhamos de políticas direcionadas aos jovens e aos adolescentes era em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegurava os direitos daqueles que tinham até 18 anos. Depois disso, os jovens entravam no grupo de adultos com direito às políticas universais, como educação e saúde, mas sem um olhar direto do Estado brasileiro para suas demandas específicas.

Segundo a Pnad, temos cerca de 50 milhões de brasileiros e brasileiras entre 15 e 29 anos. Se avaliarmos quaisquer indicadores sociais por esse recorte etário, percebemos que há uma tendência dos indicadores de serem mais graves do que a média geral. Destes 50 milhões, podemos falar de 4,5 milhões de jovens que estão desempregados, fora da escola e sem ensino fundamental. Se retirarmos a categoria desempregado, dobramos o número de jovens sem ensino fundamental e fora da escola.

Para saber como ocorreu esse processo no atual governo, é preciso, primeiro, resgatar o que aconteceu na campanha de 2002, quando o então candidato Lula assinou, em um comício em Belo Horizonte (MG), o compromisso com a juventude brasileira de implementar uma política pública específica para o segmento. Assim, depois de um ano de governo, o presidente determinou, em 2004, a constituição de um grupo interministerial para pensar uma

proposta direcionada para a juventude. O grupo era composto por 19 ministérios, com o apoio do Ipea e, mais especificamente, naquela época, da equipe da Ana Peliano – diretora da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc). Nós trabalhamos com os dados do Censo Populacional do IBGE de 2000, levantamos qual era a população jovem no Brasil, seus principais problemas e os desafios a serem enfrentados, e em seguida fizemos um diagnóstico.

Apresentamos ao presidente Lula um conjunto de ações necessárias para construir uma política de juventude, entre elas a constituição de uma Secretaria Nacional de Juventude, que fosse vinculada à Presidência da República para que tivesse autoridade para cobrar das demais áreas um conjunto de programas e políticas direcionadas aos jovens. Isso se justifica pelo fato de o conceito da política de juventude ser transversal e englobar ações na educação, na cultura, no esporte, no trabalho, na saúde e no desenvolvimento social. Além disso, para ter a neutralidade de não estar inserida em uma área setorial, por mais importante que esta fosse.

Relevante também foi a constituição de um espaço de diálogo da sociedade civil com o Estado a partir da criação de um Conselho que auxiliasse na implementação de um programa específico direcionado a esse público, além do desenvolvimento de programas combinados com políticas estruturantes nas diversas áreas do governo, em função da gravidade dos números já citados nesse texto.

Isso ocorreu ao longo de 2004. O ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, era o coordenador político e eu, na condição de secretário de Articulação Social na Secretaria-Geral, coordenei o grupo técnico que produziu a proposta, após um trabalho de sete meses. Apresentamos o documento ao presidente Lula em outubro de 2004 e, em 1º de fevereiro de 2005, ele assinou a Medida Provisória 238 (MP), encaminhando-a ao Congresso Nacional.

A Medida constituía-se na proposta de uma política de juventude, criando a Secretaria Nacional, instituindo o Conselho Nacional de Juventude e lançando o ProJovem, que era um programa direcionado a jovens de 18 a 24 anos, desempregados, fora da escola e sem ensino fundamental. Em agosto de 2005, o ProJovem começou a ser executado em cinco capitais e foi empossado o primeiro Conselho Nacional de Juventude.

AS CINCO DIMENSÕES DA POLÍTICA JUVENIL

Quero apresentar como a Secretaria e o governo federal têm implementado esse processo de construção da política de juventude ao longo de 2006, 2007, 2008 e 2009. Começo dizendo que o nosso grande desafio é deixar, ao

final de 2010, um legado que permita a consolidação dessa política como uma política de Estado, ou seja, uma ação perene, duradoura e não sujeita à sazonalidade da troca de governo, como sempre ocorreu na nossa história. Nesse sentido, temos trabalhado com cinco dimensões para consolidar a política juvenil, ou seja, as dimensões institucional, legal, internacional, participativa e inclusiva.

No que diz respeito à dimensão institucional, gostaria de ressaltar que, nos últimos quatro anos, os espaços de juventude se multiplicaram nos estados e municípios brasileiros. Além de centenas de municípios que já têm uma secretaria ou uma coordenadoria de juventude, muitos conselhos foram criados, sendo que dos 27 estados, 25 já possuem um espaço institucional de juventude. Temos trabalhado no sentido de articular esses gestores para orientar e apontar os rumos na construção da política juvenil, mas para isso precisamos constituir um sistema de juventude – assim como foi feito com as crianças e adolescentes ao longo dos anos – que envolva as três esferas governamentais.

Em fevereiro de 2007 implementamos, em uma parceria com a PUC/MG, um curso de capacitação de gestores de políticas públicas, ensinando, entre outras questões, como se faz um convênio, como se acompanha e executa um orçamento, como se desenvolve e implementa um programa. Já realizamos pilotos desse curso em alguns estados e municípios e fizemos um seminário de lançamento nacional do programa.

Outra dimensão fundamental da política juvenil é a construção de um marco legal. Nesse aspecto, temos três instrumentos que estão em estágios e processos diferentes, mas todos seguem no caminho da consolidação desse marco legal. O primeiro é a PEC da juventude, promulgada em julho de 2010 e transformada na Emenda Constitucional 65. A aprovação da Proposta representou uma grande conquista dos movimentos juvenis e um passo decisivo para que a política de juventude seja, de fato, uma política do Estado brasileiro. A PEC insere o termo jovem no capítulo de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, a exemplo do que já acontecia com a criança, o adolescente e o idoso.

Temos também o Plano Nacional de Juventude, cujo relatório foi elaborado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) . Esse trabalho envolveu mais de dez ministérios e o Conselho Nacional de Juventude que, junto com os deputados, trabalharam na construção de um parecer conjunto. O Plano define um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à agenda juvenil em um período de dez anos.

Temos, ainda, o Estatuto de Juventude, cuja relatora é a deputada Manuela D´Ávilla, do PCdoB do RS, que prevê a criação de um sistema de juventude, com um fundo específico para financiar os programas juvenis.

A terceira dimensão da política de juventude é a dimensão internacional, que inclui o pedido de adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), único organismo multilateral vinculado à ONU com foco no tema. O pedido já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e na Comissão de Relações Exteriores do Senado, aguardando apenas o parecer final do Plenário. É importante ressaltar que o Brasil já integra o conselho político da entidade. Além disso, em agosto de 2006, Ano do Mercosul, constituímos uma Reunião Especializada de Juventude (REJ), que consiste em uma câmara temática sobre o tema no âmbito do Bloco. O Brasil sediou em maio passado, a pedido do Comitê Internacional da Conferência Mundial de Juventude, a Pré-conferência das Américas de Juventude, com a participação de 28 países latino-americanos. Esse evento foi preparatório para a Conferência Mundial que aconteceu em Agosto de 2010, no México. Na Pré-Conferência, aprovamos a Carta da Bahia, documento que estabelece uma série de compromissos a serem assumidos pelos governos, pelos parlamentos e pela sociedade civil desses países, com relação aos direitos dos jovens.

Estamos, ainda, construindo um processo de diálogo e aproximação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa é uma iniciativa importante porque o tema juventude foi introduzido na câmara temática de esporte da CPLP e nós somos responsáveis por pautar essa questão, já que o Brasil é o único país que possui uma área exclusiva de juventude. Em todos os outros países, a agenda está associada a um segundo tema, como por exemplo, "esporte e juventude". Além disso, na I Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, todos os países africanos de língua portuguesa enviaram delegações ao evento. Trata-se, portanto, de uma aproximação que temos construído ao mesmo tempo em que iniciamos algumas discussões bilaterais.

Uma quarta dimensão diz respeito à democracia participativa, que é uma característica forte do nosso governo. O Conselho Nacional da Juventude foi empossado em agosto de 2005 e sua composição é de dois terços da sociedade civil e um terço do poder público. Temos a representação de 16 ministérios; uma representação do Fórum de Gestores Estaduais de Juventude; uma representação dos municípios; uma representação do Parlamento Federal; uma representação das assembleias legislativas, 40 da sociedade civil, cujos representantes integram desde organizações tradicionais e históricas de

juventude, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Pastoral da Juventude, até organizações que tratam de questões sociais específicas, como é o caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), das centrais sindicais, da Ação Educativa, do Viva Rio e de fundações empresariais, entre outras.

O mandato do Conjuve tem duração de dois anos e a presidência do Conselho é alternada: um ano de mandato é do governo e outro da sociedade civil. Os membros da sociedade civil são eleitos em uma assembleia de organizações sociais convocada especificamente para esse fim.

Ainda sobre a I Conferência Nacional de Juventude, o processo começou em setembro de 2007 e foi concluído com o encontro nacional, realizado em Brasília, no período de 27 a 30 de abril de 2008. Considerando todas as etapas, a Conferência mobilizou mais de 400 mil pessoas; realizou conferências em mais de 800 municípios de todos os 26 estados, mais o Distrito Federal, e 840 conferências livres organizadas pelas mais diversas juventudes.

Aliás, uma questão conceitual, que já está colocada, é que quem trabalha com juventude, trabalha no plural. Estamos falando de diversas juventudes, onde cada uma possui suas próprias demandas e aspirações. Portanto, foram realizadas conferências livres no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), em Brasília, com jovens privados de liberdade; jovens dos quartéis do Exército em Alagoas; jovens indígenas de Tabatinga (AM); jovens de periferia na Cidade Deus; jovens dos congressos da UNE e da Ubes; bem como jovens que participaram da Mostra de Cinema em Tiradentes (MG), entre tantos outros.

Ao final, cerca de 2 mil delegados(as) e 2,5 mil participantes aprovaram, em Brasília, as 70 resoluções e as 22 prioridades de políticas de juventude. A novidade de todo esse processo foi o diálogo com as comunidades tradicionais – juventudes indígenas, ciganas, quilombolas etc – que pela primeira vez se encontraram e apresentaram um conjunto de propostas para a Conferência.

CULTURA JUVENIL E INCLUSÃO SOCIAL

Ao longo dos últimos anos nós temos combinado um conjunto de políticas estruturantes com programas especiais que são exclusivos para a juventude, como é o caso do ProJovem, ou são prioritários para a juventude, como é o caso do ProUni. Gostaria de ressaltar que é perfeitamente compatível

e necessário para o Brasil que se tenha uma política de ampliação de vagas nas universidades federais: são 16 novas universidades e mais de cem *campi* ampliando as vagas, combinado com um programa especial como o ProUni, direcionado a jovens provenientes do ensino médio da escola pública, de famílias com renda de até seis salários-mínimos. Com a iniciativa, o governo lhes concede bolsas públicas para que estudem em universidades particulares. Até o final de 2010 serão mais de 750 mil jovens beneficiados com a oportunidade de cursar uma universidade ou escola técnica.

Quanto ao ProJovem, trata-se de um programa que possui quatro modalidades, uma delas executada pela Secretaria Nacional de Juventude, que é também a coordenadora geral da iniciativa. O ProJovem surgiu da integração de outras seis programas que já existiam desde 2003. O Consórcio Nacional de Juventude, por exemplo, já existia desde 2003, dentro do programa Primeiro Emprego. O Agente Jovem era o único criado antes do governo Lula, em 1999, e destinava-se a jovens de 15 a 17 anos.

Dessa forma, os seis programas foram integrados em um só: o Agente Jovem, que atendeu 185,9 mil jovens; o ProJovem Original, que beneficiou mais de 241 mil; o Saberes da Terra, que atendeu 5 mil jovens em um programa piloto realizado em 12 estados; o Juventude Cidadã e o Consórcio Nacional de Juventude, que atenderam 214,6 mil e o Escola de Fábrica, que atendeu outros 38 mil. Ou seja, entre 2003 e 2008, esses programas atenderam, juntos, a cerca de 700 mil jovens.

Com a integração, o Agente Jovem virou ProJovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); o ProJovem Original virou ProJovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude); o Saberes da Terra virou ProJovem Campo (Ministério da Educação) e o Consórcio Nacional de Juventude, Juventude Cidadã e o Escola de Fábrica foram transformados em ProJovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntas, as quatro novas modalidades atenderão, até o final de 2010, cerca de dois milhões de jovens. Se somarmos a esse número o total de jovens atendidos pelos programas originais, serão aproximadamente 2,6 milhões de jovens beneficiados em todo o país.

É importante lembrar que a integração aconteceu em setembro de 2007, a lei foi aprovada somente em junho de 2008, e nós começamos a executar o programa somente em outubro daquele ano, após as eleições municipais. Nesse período enfrentamos diversas dificuldades políticas, além das restrições da lei eleitoral, que veta o repasse de recursos a partir do mês de julho.

Atualmente, as quatro modalidades apresentam o que mostra o Quadro 1.

Quadro 1
Panorama numérico do ProJovem

Modalidade	Ministério	Jovens atendidos		A serem atendidos em 2010
		2008	2009	
Adolescente	MDS	370.950	150.525	522.950
Urbano	SG-PR	70.724	270.063	156.361
Trabalhador	MTE	-	162.960	216.779
Campo	MEC	-	22.162	62.245
Total	**-**	**441.674**	**594.642**	**958.335**

Elaboração do autor.

No caso do ProJovem Urbano, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, até o final de 2010 a modalidade marcará presença em 103 cidades com mais de 200 mil habitantes, onde a parceria é feita entre o governo federal e o município, e em 22 estados, que viabilizam a chegada do programa nas cidades menores. Nesse caso, a parceria é firmada entre o governo federal e os respectivos governos estaduais.

Gostaria, por fim, de dizer que o grande desafio agora é assegurar que a política nacional de juventude se transforme, de fato, em uma política de Estado, levando em conta a grande sensibilidade social que o presidente Lula tem em relação ao fato. Para isso, precisamos criar uma cultura juvenil em nossos gestores públicos e agentes políticos, levando-os a compreender que a juventude não é apenas uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Trata-se de um segmento social que requer políticas públicas específicas para assegurar a sua inclusão, o seu protagonismo e a sua participação.

Acredito que já demos passos importantes e estamos caminhando para conquistar o objetivo de construir essa cultura juvenil, conquistando os corações e mentes dos nossos gestores públicos. Eu diria que boa parte dos agentes políticos ainda acredita que fazer política de juventude é criar um espaço onde possa colocar o jovem, mas não possuem a noção de empoderamento desse jovem.

A política de juventude não significa promover eventualmente um torneio de futebol ou um show musical. É bom deixar claro que o futebol não possui toda a dimensão do esporte e o show não contempla toda dimensão da cultura. O esporte e a cultura são, sem dúvida, componentes fundamentais para uma política juvenil, mas não representam toda a dimensão dessa política, que é muito mais complexa. Pensar uma política de juventude, que assegure aos jovens oportunidades e direitos, é fundamental, sobretudo em um país que possui a maior população da América do Sul, para que possamos construir uma nação verdadeiramente justa e democrática.

Esses são, portanto, alguns legados que o governo do presidente Lula está deixando e espero que eles ganhem um impulso ainda maior, que aquele ou aquela que vier a assumir a Presidência da República, em 1º de janeiro de 2011, dê continuidade a esse processo, para que o Brasil possa efetivamente, em um futuro próximo, quitar a imensa dívida que acumulou com a sua juventude ao longo de séculos.

SEVERINE MACEDO

DIVERSIDADE E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE JUVENTUDE

A juventude do PT tem retomado suas ações de políticas públicas para a juventude, baseada em um conceito que contempla a sua diversidade. Essa mudança conceitual é um marco importante na história de nosso país, pois reconhecer a diversidade que tem a juventude brasileira leva ao reconhecimento da necessidade de pensar políticas específicas estruturantes para essa juventude. Isto significa que o que se aplica a quem mora no centro é bem diferente daquilo voltado para quem está na periferia, o que serve para a juventude metropolitana é diferente do meio rural.

Reconhecer essa diversidade é reconhecer que há distintas demandas a partir do local em que a juventude se encontra, de sua origem social, de sua renda familiar, das diferenças socioeconômicas, regionais, do preconceito e da exclusão em função de sua origem étnico-social, de gênero ou de sua orientação sexual. São fatores importantes a serem considerados. Ainda há dificuldade de se perceber e assimilar essas diferenças, inclusive dentro do governo. O próprio Conselho Nacional da Juventude foi composto com o intuito também de tentar incorporar ao máximo essa diversidade.

Importante ressaltar também que o governo Lula assumiu essa bandeira da juventude reconhecendo a dívida imensa do Estado brasileiro com esse segmento. Nunca tivemos políticas sérias voltadas para ele. O impacto do neoliberalismo é muito grande. É um dos segmentos que sofre primeiro com a questão do desemprego, da violência, é só olhar as estatísticas e a juventude está sempre à frente. Isso reforça uma visão do senso comum na sociedade e também por parte do próprio sistema público de ver a juventude como um problema. Precisamos rever essa visão. O que precisamos é de uma ação

imediata e outras de longo prazo se quisermos discutir o lugar e o papel que ela tem a desempenhar num outro projeto de país e de desenvolvimento. Os temas que mais aparecem nas pesquisas de como se tratam dos problemas, das necessidades e das demandas dos jovens são o trabalho, a educação e a segurança. Portanto, é preciso discutir a fundo a questão do trabalho e do retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho. É preciso pensar políticas que garantam o acesso ao estudo, o acesso à cultura, e não forçar uma entrada precoce no mercado de trabalho.

Há a necessidade de diálogo entre as demandas específicas das diversas juventudes. Temos jovens com dificuldades de acesso à escola e de permanecerem nela. Portanto, é preciso inserir as especificidades na agenda da escola porque ela, hoje, não garante que o jovem continue, ela não está dialogando com essa faixa etária. É preciso repensar o ensino médio, pois isso é fundamental numa perspectiva de continuidade do debate sobre a educação.

Hoje, o nível de escolaridade dos jovens do Brasil é bem mais elevado do que foi no passado. Mas ainda apenas 43% dos jovens possuem o ensino médio, completo ou incompleto, essa proporção cai para 16% entre os adultos; cerca de 41% dos jovens não alcançam sequer o ensino médio e apenas 14,5% chegam à universidade. Então, apesar de todos os avanços extraordinários de nosso governo com o aumento do acesso à universidade – com o ProUni e com a ampliação e interiorização das universidades – temos um passivo que, infelizmente, não será superado em oito anos.

Nossa avaliação é de que tanto a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho, quanto a visão emancipatória de juventude que o governo Lula promove (jovens como sujeitos de direitos), foram grandes avanços. Para o futuro, é necessário reconhecer que os jovens são sujeitos de direitos e, mais, são sujeitos de direitos políticos, portanto, aqui se encontra uma tarefa que não é só do governo, mas também do nosso partido, tem que promover e incorporar.

DESAFIOS

Transformar as políticas de juventude em políticas de Estado e não só de governo é uma tarefa muito grande. A criação de um sistema nacional de juventude, mesmo com todos os avanços no governo federal, ainda está no começo. Nos estados, não há quase nada e o que existe, é resultado da aplicação dos recursos federais; nos municípios, a situação é ainda pior, uma vez que, exceto os municípios maiores que têm alguma coisa, os menores quando têm algum recorte de juventude é para fazer festa ou toque de recolher. A gente ainda não conseguiu criar mecanismos que viabilizem a criação desse sistema.

Temos que pensar levando em conta a questão do pacto federativo, pensar a aplicação de recursos do governo federal, em como avançar um pouco mais para que estados e municípios possam assumir essa política de juventude. Temos um conjunto de administrações municipais e estaduais que não conseguem ainda pensar e executar políticas de juventude. Vemos como o ProJovem ainda fica aquém do que poderia. Como fazer para que um programa como esse, extremamente importante, não fique totalmente vulnerável às ideias particulares de cada gestor lá do município? Muitas vezes esses gestores dificultam a participação social, o que cria problemas com a própria execução das metas, porque não mobiliza os movimentos das juventudes, não monitora o acesso para que esses jovens possam dar continuidade. Se tivéssemos um sistema organizado, nós teríamos mais sucesso na execução dessas políticas e o índice de evasão, que hoje é bastante alto, seria reduzido.

A Conferência Nacional de Juventude foi um momento muito rico e mostrou a vontade do governo de impulsionar essa participação. Todo o processo de Conferência, municipais, estaduais, mesmo com muitos problemas nos estados, culminou na sensação de que houve um espaço rico de debate. Agora estamos com 22 prioridades e esse é nosso desafio de fato: a elaboração, a promoção da participação no processo de elaboração, os recursos e a condição política para executar essas propostas.

Outra questão é a necessidade de pensar uma interligação entre os projetos. Repensar a política do ensino médio, garantir o ProJovem a quem não teve acesso à universidade. Como é que se pensa o conjunto desses projetos, para garantir a entrada na escola, a continuidade dos estudos, a inserção no mercado de trabalho e uma série de outros temas que são interligados? Construir uma dinâmica e uma sequência entre uma e outra política é muito importante.

Abordei mais os desafios para podermos olhar um pouco mais à frente. É importante deixar claro que há um sentimento muito positivo na sociedade e nos movimentos sociais porque a gente avançou no governo Lula. Não há nenhum questionamento deste aspecto, de fato a gente se colocou na agenda, foi criada a Secretaria, o Conselho, um processo de Conferência Nacional, tem se discutido com a sociedade, portanto, o que fica é um sentimento bom. Mas se quisermos discutir o papel da juventude no desenvolvimento do país, não dá para tratar a questão somente como políticas focalizadas, sem inseri-la em um debate mais amplo.

Sobre os autores

André Lázaro é secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Secretário executivo adjunto do Ministério da Educação (MEC) desde março de 2006. Formado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em comunicação e cultura pela Escola de Comunicação da mesma instituição. É professor universitário, lecionou nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Beto Cury tornou-se, em 2005, o primeiro secretário nacional de Juventude, depois de coordenar um grupo de articulação para propor políticas para essa área. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, vereador e candidato a prefeito em Divinópolis (MG). Em 2003, foi secretário de Articulação Social do governo federal.

Fernando Haddad é ministro de Estado da Educação do governo Lula desde julho de 2005. Bacharel em direito, mestre em economia, doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Francisco Chagas é vereador pelo PT-SP. Cientista social, diretor licenciado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Plásticas de São Paulo e Região é, membro da direção estadual do PT e fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Está em seu terceiro mandato no Legislativo paulistano, para o qual

foi reeleito em 2008. Ocupa, atualmente, a 1ª suplência da Mesa Diretora da Câmara e integra a Comissão de Administração Pública.

Frederico Augusto Barbosa da Silva é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é técnico de planejamento e pesquisa, coordenador da área de Políticas Culturais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Juca Ferreira é ministro de Estado da Cultura do governo Lula desde agosto de 2008. Antes disso, foi secretário executivo do ministro Gilberto Gil, na mesma pasta. É sociólogo e dedicou sua trajetória profissional à vida política e às ações culturais e ambientais. Foi líder estudantil secundarista e presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

Luiz Antonio Rodrigues Elias, economista, chegou ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em abril de 2006. Especializado em gestão da cooperação técnica internacional pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). O secretário foi também consultor da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para a reunião de especialistas realizada no Uruguai, em 2003, quando tratou dos aspectos da transferência de tecnologia e do balanço tecnológico do Brasil.

Morgana Eneile Tavares de Almeida é, desde 2008, secretária nacional de Cultura do PT. Formada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), iniciou sua militância em 1997 no movimento estudantil na cidade do Rio de Janeiro quando se filiou ao PT. Participou do Diretório Municipal do Rio de Janeiro entre 2003 e 2008. Foi fundadora do setorial de Cultura do PT do Rio de Janeiro em 2002, o primeiro a ser oficializado junto à direção do partido e foi membro do Coletivo Nacional de Cultura do PT desde a sua fundação, de 2003 a maio 2008. Compôs, de 2003 a 2007, a Assessoria Especial da Presidência da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE-MinC).

Newton Lima Neto foi prefeito de São Carlos (SP) por dois mandatos consecutivos a partir de 2001. Lima Neto também foi reitor da Universidade Federal de São Carlos (1992/1996). Formou-se em

Engenharia Química em 1975 na Escola Politécnica da USP onde obteve em 1978 o grau de Mestre e, em 1985, o título de doutor em Engenharia. Vice-Presidente de Assuntos Temáticos da Frente Nacional de Prefeitos, membro titular do Conselho de Mercocidades, representando o Brasil; coordenador da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação da Rede Mercocidades; foi eleito deputado federal, em 2010, pelo PT-SP.

Orlando Silva é ministro de Estado do Esporte desde março de 2006. Cursou Direito na Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Em 1995, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva exerceu os cargos de secretário Nacional de Esporte, secretário Nacional de Esporte Educacional e secretário-executivo do Ministério do Esporte.

Paulo Corbucci é técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas sociais (Disoc), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Graduado em arquitetura pela Universidade Federal de Brasília (UNB), com mestrado em educação e doutorado em Sociologia. Concentra sua atuação na diretoria de estudos sociais, na qual realiza trabalhos sobre educação com ênfase em ensino superior.

Selma Rocha é graduada em História e mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na PUC. Foi assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1996); secretária municipal de Educação de Santo André (1997-2000); presidente do Conselho de Curadores da Fundação Santo André (1997-2000); chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (2000-2001); membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (1996-2003) e atualmente faz parte da diretoria da entidade. Foi consultora da Secretaria Municipal de Educação de Niterói (RJ).

Severine Macedo, agricultora familiar, foi eleita secretária nacional de Juventude do PT durante o I Congresso Nacional da Juventude do partido, em 2008. É também da liderança da Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil).

Sobre os organizadores

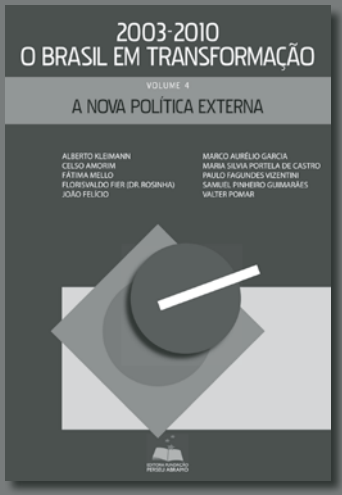
Juarez Guimarães é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em economia, fez mestrado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi durante 12 anos editor do jornal da imprensa alternativa *Em Tempo*. É membro do conselho de redação da revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo.

Natália Guimarães Duarte Sátyro é cientista política com mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É professora adjunta do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desenvolve pesquisa e leciona na área de partidos, proteção social, análise de políticas públicas e desigualdade, com foco nos estados.

Elói Alfredo Pietá é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Duas vezes membro do Diretório Nacional do PT, prefeito de Guarulhos (2001 a 2008), vice-presidente de relações internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (2006 a 2008), deputado estadual em São Paulo (1991 a 2000), vereador em Guarulhos-SP (1983 a 1990), sempre pelo PT. Foi militante de movimentos sociais, professor de Língua Portuguesa e atuou como advogado.

Coleção Brasil 2003-2010: O Brasil em Transformação

Volumes lançados



Adquira através do site
www.efpa.com.br

O livro *A criação de um novo futuro na Educação, Cultura, Ciência & Tecnologia, Esportes e Jventude* foi impresso pela Gráfica ????? para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto foi composto em Berkley no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel pólen soft 80g.